



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
Faculdade de Filosofia e Ciências

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

LUCIANA DAVANZO

**CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DE TESAUSOS FUNCIONAIS NA
ARQUIVOLOGIA: UMA PROPOSTA TEÓRICA E METODOLÓGICA A PARTIR
DO MODELO RECORDS CONTINUUM**

**Marília-SP
2021**

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

LUCIANA DAVANZO

**CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DE TESAUSOS FUNCIONAIS NA
ARQUIVOLOGIA: UMA PROPOSTA TEÓRICA E METODOLÓGICA A PARTIR
DO MODELO RECORDS CONTINUUM**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Universidade Estadual
Paulista como requisito para obtenção do título de
Doutora em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Walter Moreira

Área de concentração: Informação, Tecnologia e
Conhecimento

Linha de pesquisa: Produção e Organização da
Informação

**Marília-SP
2021**

D245c Davanzo, Luciana

Construção e aplicação de tesauros funcionais na Arquivologia :
uma proposta teórica e metodológica a partir do modelo do Records
Continuum / Luciana Davanzo. -- Marília, 2021
192 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Walter Moreira

1. Organização do conhecimento. 2. Tesauros Funcionais. 3.
Records continuum. 4. Linguagem documentária. 5. Arquivologia. I.
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DE TESAuros FUNCIONAIS NA ARQUIVOLOGIA:
UMA PROPOSTA TEÓRICA E METODOLÓGICA A PARTIR DO MODELO RECORDS
CONTINUUM

AUTORA: LUCIANA DAVANZO

ORIENTADOR: WALTER MOREIRA

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO, área: Informação, Tecnologia e Conhecimento pela Comissão Examinadora:

Prof(a). Dr(a). WALTER MOREIRA (Participação Virtual)
Departamento de Ciência da Informação / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Prof(a). Dr(a). MARCIA CRISTINA DE CARVALHO PAZIN VITORIANO (Participação Virtual)
Departamento de Ciência da Informação / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Prof(a). Dr(a). TELMA CAMPANHA DE CARVALHO MADIO (Participação Virtual)
Departamento de Ciência da Informação / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Prof(a). Dr(a). RENATO TARCISO BARBOSA DE SOUSA (Participação Virtual)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da
Informação

Prof(a). Dr(a). MICHELY JABALA MAMEDE VOGEL (Participação Virtual)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Universidade Federal Fluminense

Marília, 09 de março de 2021



Prof. Dra. Marta Lígia Pomim Valentim
Coordenadora do PPG em Ciência da Informação

Àquele que é capaz de fazer infinitamente mais do que tudo o que pedimos ou pensamos, de
acordo com o seu poder que atua em nós
(Efésios, 3:20)

AGRADECIMENTOS

Enfim, chegou o grande dia: término de um ciclo que começou no ano de 2014 e, encerra-se em 2021.

Longos períodos de estudos, muito aprendizado, amadurecimento e, acima de tudo muita gratidão. Gratidão a Deus, porque os Seus planos são maiores e melhores do que os meus, afinal, em 2003 quando iniciei a graduação em Arquivologia jamais imaginei que um dia eu estivesse escrevendo os agradecimentos da minha tese. Hoje sei o que significa: “E Ele te colocará sobre o muito”!

Dessa forma, quero externar algumas palavras para aqueles que estiveram ao meu lado, me encorajando, me apoiando, mostrando caminhos e, segurando nas minhas mãos.

Acima de todas as coisas agradeço a Deus pela oportunidade de não apenas terminar um doutorado, mas pela oportunidade de ingressar em uma Universidade Pública e de qualidade. Cada capítulo dessa tese foi realizado porque Deus é bom, porque Ele nos mostra caminhos e oportunidades onde os nossos olhos humanos não conseguem enxergar. Gratidão a Deus, louvado seja o seu nome!!!

Um sonho nunca é construído sozinho. Existem pessoas que tomam para si nosso sonho e, nos ajudam durante toda a nossa caminhada. Registro aqui a minha gratidão ao meu orientador professor Doutor Walter Moreira. Essa tese é apenas real porque lá em 2013 tive a grata surpresa de ser escolhida por você professor. Mais uma vez obrigada pela caminhada acadêmica, pelo exemplo de profissional e de pessoa. Obrigada pela parceria, pelo conhecimento compartilhado, pelos ensinamentos e, por mostrar que o desenvolvimento de uma tese pode ser sadio.

A minha família, na figura de meu pai e minha mãe (*in memorian*) que sempre me proporcionaram a oportunidade de estudar, obrigada por permitirem que eu chegasse aonde vocês não chegaram. Estudar nem sempre é um privilégio de todos.

Ao Alexandre Tonezer que acreditou em mim, que pegou para si os meus sonhos e, me proporcionou toda a base para que eu conseguisse entregar a tese. Você mais do que ninguém sabe o que essa tese significa, do valor que ela tem para a minha vida. E obrigada principalmente por todas as orações, certamente elas me sustentaram.

Aos meus professores da Graduação e da Pós-Graduação por mostrarem o quanto a pesquisa é apaixonante e a educação fascinante. Hoje tenho a honra de dividir essa conquista com professores que formaram a minha base acadêmica, ainda na graduação.

Professora Telma de Carvalho Campanha Mádio, Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano e Renato Tarciso Barbosa de Sousa: vocês me deram base para a profissional que me tornei.

À professora Michely Vogel que prontamente aceitou fazer parte da minha banca, pelas contribuições oferecidas e, principalmente pela *live* realizada que permitiu a formação da banca. Em tempos tão difíceis por conta do COVID-19, as *lives* permitiram o acontecimento de tantos eventos e, em um destes, tive a grata oportunidade de conhecer um pouco de suas reflexões.

À Fabiana Izidio companheira de tantos eventos, artigos, troca de conhecimento. Parceria que se estende não apenas no caminhar acadêmico, mas para a vida.

Ao Sergio Marques, pelo apoio, pelas trocas de conhecimento, pelas palavras de encorajamento.

Às minhas amigas e irmãs: Mônica Benfica e Grá Oliveira - vocês fazem meus dias mais leves e coloridos, mesmo em dias nublados.

Aos colegas do grupo de pesquisa pelas discussões realizadas e, em especial para a Andrieli Pachú da Silva, Luciana Beatriz Piovezan Rio Branco: pessoas do bem, a quem desejo muito sucesso, desejo que vocês continuem impactando a Ciência da Informação, que vocês voem alto. Tenho muito orgulho de ter aprendido tantas coisas com vocês. Contem sempre comigo.

A Ana Maria Nogueira Machado, bibliotecária da UNESP (Campus de Marília) que tanto influenciou na minha jornada acadêmica, pessoal e espiritual.

Enfim, gratidão...a tudo e a todos. A realização dessa tese foi possível porque cada um de vocês, a sua maneira, me ajudaram durante todo o caminhar dessa jornada acadêmica.

“Enquanto eles capitalizam a realidade, eu socializo meus sonhos”

Sérgio Vaz

RESUMO

A necessidade de aprimoramento das práticas, instrumento e processos que envolvem o tratamento da informação arquivística auxilia nas investigações que contribuam para melhores formas de organização, representação e acesso à informação. Essa pesquisa investigou o modelo australiano *Records Continuum*, sob a perspectiva de aprofundar estudos sobre os tesauros funcionais de acordo com a literatura brasileira e internacional. A partir dessa análise é possível compreender como a Arquivologia tem se posicionado em relação aos instrumentos que colaboram com melhores formas de controle e padronização terminológica. Nesse sentido, a pesquisa aborda se a fragmentação do ciclo vital dos documentos impede a aplicação efetiva de um tesouro funcional que interopere com os tesauros temáticos. Por essa razão, percorreu-se historicamente pelos períodos da Arquivologia- Arquivologia Clássica, Moderna e Pós Moderna para compreender em que momento esse instrumento começa a ser discutido pela área. O objetivo geral propõe-se a apresentar subsídios teórico-metodológicos que ajudem no desenvolvimento dos tesauros funcionais na Arquivologia, por meio de uma diretriz que colabore para o desenvolvimento de tesouro funcional que possa se adequar às necessidades de integração de procedimentos de controle de vocabulário em todo o fluxo de representação e recuperação da documentação arquivística. Após a pesquisa bibliográfica, aplicou-se a metodologia de análise de conteúdo nos artigos recuperados nas bases de dados utilizadas nessa pesquisa, nomeadamente: Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Base de Dados do Encontro Nacional de Pesquisa Ciência da Informação (BENANCIB), *Library, Information Science and Technology Abstracts* (LISTA), *Library and Information Science Abstracts* (LISA), anais de eventos: Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), *International Society for Knowledge Organization* (ISKO Brasil) entre outras publicações. Esse corpus documental foi selecionado devido à sua solidez no campo da Ciência da Informação, por serem usualmente utilizadas nas pesquisas da área e por contribuírem para a consolidação de pesquisas da área de Ciência da Informação e da Arquivologia. Como resultados nota-se que os tesauros funcionais colaboram com a Arquivologia, pois oferecem melhores estratégias de tratamento informacional a partir das instrumentalidades advindas do controle e da padronização terminológica, fatores que impactam nos processos de organização, representação e acesso a informação.

Palavras-Chave: Organização do conhecimento. Tesauros. Tesauros funcionais. *Records continuum*. Linguagem documentária. Arquivologia.

ABSTRACT

The need to improve the practices, instruments and processes that involve the treatment of archival information helps in investigations that contribute to better forms of organization, representation and access to information. This research investigated the Australian model Records Continuum, from the perspective of deepening studies on functional thesaurus according to Brazilian and international literature. From this analysis, it is possible to understand how Archivology has positioned itself in relation to the instruments that collaborate with better forms of control and terminological standardization. In this sense, the research addresses whether the fragmentation of the life cycle of documents prevents the effective application of a functional thesaurus that interoperates with thematic thesaurus. For this reason, it has historically gone through the periods of Archivology - Classical, Modern and Post Modern Archivology to understand when this instrument begins to be discussed by the area. The general objective proposes to present theoretical and methodological subsidies that help in the development of functional thesaurus in Archivology, through a guideline that collaborates for the development of functional thesaurus that can adapt to the needs of integrating vocabulary control procedures in the entire flow of representation and retrieval of archival documentation. After the bibliographic research, the content analysis methodology was applied to the articles retrieved from the databases used in this research, namely: Database in Information Science (BRAPCI), Database of the National Information Science Research Meeting (BENANCIB), Library, Information Science and Technology Abstracts (LISTA), Library and Information Science Abstracts (LISA), annals of events: National Congress of Archivology (CNA), International Society for Knowledge Organization (ISKO Brasil) among other publications. This documentary corpus was selected due to its solidity in the field of Information Science, as they are usually used in research in the area and for contributing to the consolidation of research in the area of Information Science and Archivology. As a result, it is noted that the functional thesauri collaborate with Archivology, as they offer better informational treatment strategies based on the instrumentalities arising from the control and terminological standardization, factors that impact on the processes of organization, representation and access to information.

Keywords: Knowledge organization. Thesaurus. Functional thesaurus. Records continuum. Documentary language. Archival science

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Arquivologia clássica.....	56
Figura 2 - Arquivologia moderna	56
Figura 3 - Arquivologia pós-moderna	57
Figura 4 - Modelo do Records Continuum.....	59
Figura 5 - Elementos de interoperabilidade.....	112
Figura 6 - Identificação da necessidade de busca.....	115
Figura 7 - Termos e conceitos	115
Figura 8 - Exemplo de uso do termo	116
Figura 9 - Tradução do fluxograma do National Archives of Australia.....	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Princípios e características da Arquivologia.....	33
Quadro 2 - Descrição dos eixos do modelo do <i>records continuum</i>	60
Quadro 3 - Relações existentes entre os eixos do modelo <i>Records Continuum</i> em relação a Arquivologia.....	61
Quadro 4 - Trabalhos sobre o <i>Records Continuum</i> na Base de Dados da BRAPCI	64
Quadro 5 - Particularidades do RC.....	67
Quadro 6 - RC nos anais da ISKO Brasil	68
Quadro 7 - Pesquisa na base de dados do BENANCIB	69
Quadro 8- Resumo das publicações do ENANCIB que tratam do RC.....	70
Quadro 9 - Informações referentes ao CNA	72
Quadro 10- RC nos anais do CNA.....	72
Quadro 11 - Levantamento de dados sobre o RC na LISA	74
Quadro 12 - Levantamento de dados sobre o RC na LISTA.....	76
Quadro 13 - Relacionamentos dos tesouros.....	117
Quadro 14 - Etapas de construção de um tesouro.....	120
Quadro 15 - Como elaborar vocabulário controlado para arquivos	123
Quadro 16 - Elementos da ANSI/NISO Z.39.19-2010.....	126
Quadro 17 - Construção de um tesouro de acordo com o National Archives of Australia.....	129
Quadro 18- Relação dos tesouros funcionais com os instrumentos da organização e representação do conhecimento.....	139
Quadro 19- Entrevista para identificação de levantamento documental.....	143
Quadro 20- Análise terminológica.....	144
Quadro 21- Requisitos para o desenvolvimento de tesouro funcional para a Arquivologia....	148
Quadro 22- Interfaces do modelo do RC em um tesouro funcional.....	152

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGIFT	<i>Australian Government Interactive Functional Thesauri</i>
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
BENANCIB	Base de Dados do Encontro Nacional de Pesquisa Ciência da Informação
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CNA	Congresso Nacional de Arquivologia
COA	<i>Commonwealth Archives Office</i>
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
ISKO Brasil	<i>International Society for Knowledge Organization</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
LAI	Lei 12.527 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação
LD	Linguagens documentárias
LISA	<i>Library and Information Science Abstracts</i>
LISTA	<i>Library, Information Science and Technology Abstracts</i>
RC	<i>Records Continuum</i>
OC	Organização do Conhecimento
ORC	Organização e com a Representação do Conhecimento
SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Delimitação do tema e do problema.....	22
1.2 Objetivos.....	23
1.3 Tese	24
1.4 Hipóteses.....	24
1.5 Justificativa	24
1.6 Procedimentos metodológicos.....	25
1.7 Sistematização da tese	28
2 TEORIA ARQUIVÍSTICA	30
2.1 Características e princípios da Arquivologia.....	30
2.2 Períodos da Arquivologia.....	35
2.2.1 Marcos da Arquivologia Clássica.....	35
2.2.2 Marcos da Arquivologia Moderna.....	42
2.2.3 Marcos da Arquivologia Pós-Moderna.....	46
3 O MODELO AUSTRALIANO <i>RECORDS CONTINUUM</i>: ESTADO DA ARTE	63
3.1 Records Continuum na literatura brasileira: um recorte as bases de dados BRAPCI, ISKO Brasil, ENANCIB e CNA	63
3.2 Records Continuum na literatura internacional: um recorte das bases de dados LISA/LISTA.....	73
4 SUBSÍDIOS TEÓRICO-APLICADOS À CONSTRUÇÃO DE TESAuros FUNCIONAIS.....	80
4.1 Linguagens Documentárias e a Organização do Conhecimento	81
4.2 As teorias que subsidiam a construção de tesauros.....	87
4.2.1 Teoria do Conceito (TC)	90
4.2.2 Teoria Geral da Terminologia (TGT).....	97
4.2.3 Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT).....	101
4.3 Tesauro conceitual e tesauro funcional: diferenças e complementaridades	104
4.3.1 Tesauro conceitual.....	106
4.3.2 Tesauro Funcional	107
4.3.3 Arquivo Nacional da Austrália.....	110
5 MANUAIS PARA ELABORAÇÃO DE TESAuros	119
5.1 Metodologia para a criação de tesauro.....	119
5.2 Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos.....	122

5.3 Norma Z39.19-2005 (R2010): Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies.....	124
5.4 Norma International Organization for Standardization: ISO 25.964.....	127
5.5 National Archives of Australia	129
5.6 O essencial da construção de tesauros	132
6 METODOLOGIA PARA A CRIAÇÃO DE TESAURO FUNCIONAL	135
6.1 Aplicações de tesauro funcional na Arquivologia.....	135
6.2 Requisitos para o desenvolvimento de tesauro funcional na Arquivologia.....	140
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS	164

1 INTRODUÇÃO

A Arquivologia é uma área em constante evolução e, por isso, passa por desafios no que tange ao seu desenvolvimento teórico e prático, pois, além de oferecer tratamento para os documentos analógicos, a Arquivologia precisa ao mesmo tempo se [re]inventar de forma que possa atender aos desafios oriundos das tecnologias digitais.

Ao considerar a abrangência do Brasil e, as inúmeras instituições públicas e privadas, ainda não somos um país que consiga formar profissionais suficientes para o fazer arquivístico. Isso pode ser constatado quando se verifica que existem no Brasil apenas 16 cursos de graduação em Arquivologia que estão vinculados às universidades públicas, que além de capacitar e formar profissionais que possam ser inseridos nos mais diversificados tipos de instituições, estes cursos são também responsáveis por contribuir com a formação de profissionais que tenham engajamento para a área acadêmica, colaborando com a formação de professores que serão os responsáveis por dar continuidade ao ensino, a pesquisa e a extensão.

A Arquivologia consolida a sua base teórico-metodológica no decorrer dos tempos. Inicialmente a área era considerada apenas como uma ciência auxiliar de outras áreas, tais como a história, a paleografia. Observa-se que a Arquivologia começa a ser considerada como uma ciência autônoma a partir do fortalecimento de seus princípios que foram fundamentais para a sua consolidação enquanto área científica. Destaca-se também que os princípios da Arquivologia permitiram que a área alcançasse autonomia em relação a outras áreas que possuem o mesmo objeto de estudo: a informação registrada.

A bases teóricas e metodológicas da Arquivologia são afetadas por transformações que ocorreram, tais como a grande produção documental possibilitada a partir da Segunda Guerra Mundial (1945). O aparecimento das tecnologias de informação contribuiu para a existência de novos caminhos para a área. Atualmente a área passa por uma mudança de paradigma, não apenas em relação a necessidade de tratamento das informações digitais, mas também no que tange a uma mudança de olhar da área, ou seja, o arquivo passa a ter como função garantir um melhor acesso à informação.

A necessidade de acesso à informação, no Brasil pode ser sentida a partir da Lei 12.527 de novembro de 2011- LAI (BRASIL, 2011). Por essa razão, concorda-se com Menne-Haritz (2001), pois, a autora observa que a Arquivologia vem experimentando uma mudança de paradigma, onde os arquivos, enquanto ambientes físicos, deixam de ser compreendidos como lugares de memória, passando a assumirem uma visão sistêmica, isto é, os arquivos passam a assumir uma nova posição:

Arquivos não custodiam memória. Porém, oferecem a possibilidade de criá-la. A sua função é a de prevenção da amnésia. Permitem-nos construir memória, poli-la, retificá-la ou reassegurá-la sempre que necessário. Isso é refletido pelos novos desenvolvimentos, que permitem a mudança de foco dos arquivos da custódia para o acesso, e isto influencia todas as áreas do trabalho arquivístico. O principal serviço que os arquivos oferecem às sociedades globais emergentes é o acesso à matéria-prima para a memória e, destarte, garantem a capacidade de construir e moldar a memória de uma forma que nos ajude a compreender os problemas atuais e nos preparar para o futuro (MENNE-HARITZ, 2001, p. 59, tradução nossa).

Para que o acesso à informação possa ocorrer com solidez e consistência, a Arquivologia precisa [re]investir nos processos de representação da informação, pois, os usuários alcançarão resultados satisfatórios em suas demandas informacionais, a partir de representações consistentes do objeto informacional.

As mudanças nas quais a Arquivologia passou e passa podem ser visualizadas a partir do seu percurso histórico: Arquivologia Clássica, Moderna e Pós-Moderna, onde constatou-se que os tesouros funcionais são comuns para a Arquivologia Pós-Moderna, teoria muito difundida na Austrália¹. Os períodos da Arquivologia trouxeram subsídios para compreender a ausência ou a presença da temática sobre o modelo do *Records Continuun* (RC).

O modelo do RC foi fundamentado por Frank Upward, no ano de 1996, sendo que a preocupação do autor estava inserida no tratamento dos documentos digitais. Upward (1996) entendia que havia a necessidade de revisitar os princípios da Arquivologia, visando oferecer um tratamento mais adequado aos documentos digitais.

Upward (1996) contrapõe a teoria das três idades, teoria que subsidia o desenvolvimento teórico e prático da área, além de respaldar o trabalho dos arquivistas a partir da criação de procedimentos e operações que impactam na gestão de documentos. Para Upward (1996) a teoria das três idades permite uma divisão nos documentos e, além disso, a intervenção do arquivista poderia ocorrer apenas quando as informações fossem recolhidas aos arquivos permanentes fato que gera dificuldade, uma vez que, de forma ideal o tratamento documental na Arquivologia deve ocorrer na ou até mesmo antes da produção dos documentos.

Visando oferecer melhores resultados na organização, representação e recuperação da informação, esta pesquisa desenvolveu um modelo de requisito embasado no modelo do RC

¹ A colonização na Austrália iniciou no ano de em 1788, quando a Inglaterra resolveu fazer da nova terra uma colônia penal. No ano de 1901, a Austrália passou a fazer parte da Comunidade Britânica, passando a ter uma estrutura federativa e parlamentar. Esses fatores impactam em relação a uma menor produção documental da Austrália.

como nova estratégia para o tratamento documentário da Arquivologia. Para entender a relação da Arquivologia com essa temática foi realizada revisão bibliográfica nas bases de dados brasileiras e, em anais de congressos referentes a Ciência da Informação: Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Base de Dados do Encontro Nacional de Pesquisa Ciência da Informação (BENANCIB), *International Society for Knowledge Organization* (ISKO Brasil) e Congresso Nacional de Arquivologia (CNA). Como resultados da pesquisa evidenciou-se que as pesquisas sobre o RC na literatura brasileira ainda são incipientes, mas na literatura Internacional, a partir de pesquisas realizadas nas bases de dados *Library, Information Science and Technology Abstracts* (LISTA) e *Library and Information Science Abstracts* (LISA) constatou-se que existe um maior número de publicações em relação ao uso do modelo do RC. O levantamento realizado nas bases de dados foi fundamental, pois permitiu entender de forma mais abrangente o que é o modelo do RC, sua aplicação e como seu uso tem ocorrido na Arquivologia.

Diante de tais explicações, observa-se que a Arquivologia tem sua base teórico-metodológica fundamentada de forma que seja possível atuar com os mais diferentes tipos de documentos e suportes, portanto, são muitas as possibilidades de tratamento informacional que podem ser aplicadas aos documentos de arquivo.

Os usuários carecem cada vez mais de medidas que tornem a recuperação da informação mais precisa e consistente, diminuindo os ruídos de comunicação existentes entre usuários e sistemas. Dessa forma, a Arquivologia, precisa se aproximar de instrumentos que atuem no controle e na padronização terminológica, uma vez que os tradicionais instrumentos de pesquisa da área não contemplam essa necessidade.

Por essa razão, reflete-se que o uso das Linguagens documentárias (LD) contribuem com a Arquivologia, pois subsidiam os processos de Organização e de Representação do Conhecimento (ORC), por meio de instrumentalidades que diminuem problemas originados das linguagens naturais, tais como a polissemia e a ambiguidade. Elementos que, no processo de recuperação da informação, atuam como barreiras para uma pesquisa precisa e consistente.

A necessidade de representar um documento de forma adequada também é sentida quando se analisa que não foram apenas os arquivos, enquanto instituições, que mudaram, os usuários atuais também possuem perfis diferentes dos primeiros usuários dos arquivos, afinal, a facilidade e a agilidade no que tange a recuperação da informação são qualidades que o novo usuário da informação não abre mão. O acesso à informação, possibilitado pelas tecnologias digitais, colaborou para que os usuários não precisem estar no mesmo ambiente físico onde os documentos estão armazenados, ao contrário, os usuários buscam cada vez mais realizar suas

pesquisas a partir de um simples “*click*”. Por essa razão, está pesquisa tem como foco aprimorar os processos de organização, representação e recuperação da informação notadamente no campo de atuação da Arquivologia.

É fundamental colaborar em relação ao controle terminológico, fazendo uso de instrumentos que possam dar apoio para a Organização do Conhecimento (OC). As autoras Brascher e Café (2008, p. 8) destacam que a OC pode ser compreendida como:

O processo de modelagem do conhecimento que visa a construção de representações do conhecimento. Esse processo tem por base a análise do conceito e de suas características para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio, bem como das suas relações com os demais conceitos que compõem esse sistema nocional.

A partir da reflexão de Brascher e Café (2008) compreende-se que a OC fornece os subsídios necessários para que as informações possam ser recuperadas, independentemente do tempo, do lugar, do suporte, do tipo de usuário (comum ou especializado) e da instituição.

Os instrumentos que colaboram para o tratamento das informações originam-se da OC. Por isso, a OC exerce papel de destaque na área de Ciência da Informação, enquanto na Arquivologia, tal temática vem sendo ampliada. Tal ampliação vem ao encontro de melhores estratégias que versem sobre o tratamento da informação, uma vez que, a Arquivologia sofre grandes mudanças em sua base teórico-metodológica devido a constante necessidade de tornar o acesso informacional mais consistente.

A OC gera instrumentos que trabalham com a perspectiva de melhorar os processos de representação do conhecimento. O desenvolvimento e uso de tais instrumentos são realizados de acordo com as necessidades de cada instituição. Dentre esses instrumentos que organizam e representam o conhecimento, podem-se citar: taxonomias, tesouros, ontologias e os esquemas de classificação.

Os instrumentos acima citados são considerados como Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Seus desenvolvimentos requerem algumas medidas: a) “análise das necessidades dos usuários dos sistemas; b) a identificação do tipo de SOC apropriado e, c) o desenvolvimento do hardware e do software adequado à arquitetura de rede, sua integração e manutenção” (CARLAN; BRASCHER, 2011, p. 55).

Os SOC variam de acordo com a sua abrangência e desenvolvimento, pois se apresentam por meio de estruturas mais simples chegando até as estruturas mais complexas. Entretanto, algumas de suas funções assemelham-se à padronização terminológica, que visa melhorar as formas de navegação dos usuários, aperfeiçoando e tornando o processo de recuperação da

informação mais estruturado. Por essa razão, os SOC podem ser compreendidos como instrumentos que são desenvolvidos através de estruturação semântica, pois contemplam as definições, os termos e demonstram como ocorrem os relacionamentos entre os conceitos.

Os SOC fundamentam-se na padronização da linguagem, intervindo na recuperação da informação, já que esse instrumento normaliza os termos que são usados para representar as informações. Além disso, os SOC permitem um melhor acesso às informações, devido aos meios de navegação que são criados através dos relacionamentos que atuam como pontes entre usuários e sistemas.

Os SOC são instrumentos que facilitam e orientam os usuários em relação às suas demandas informacionais. Cada instrumento será desenvolvido a partir de uma linguagem que seja comum para os usuários, afinal, “para que os arquivos sejam acessíveis, eles devem ser conhecidos e facilmente localizáveis. Os arquivos são, de fato, inúteis se não sabemos sua existência e se não temos os meios para saber onde eles estão e o que eles contêm”, conforme destacam Maurel e Champagne (1999, p. 255, tradução nossa).

Ainda que os SOC contribuam com melhores maneiras para recuperar a informação, pesquisa realizada por Azevedo (2020) demonstrou que a representação da informação ainda ocorre de maneira intuitiva, sem respaldo dos fundamentos da área de Organização e Representação da Informação.

A aproximação da Arquivologia com novos instrumentos que sejam desenvolvidos de forma a garantir melhores maneiras de representação e acesso à informação é salientada por Azevedo (2020, p. 84) quando a autora reflete que

os instrumentos de pesquisa disponibilizados pelos arquivos não se mostram completos, havendo a necessidade de o usuário pesquisar em instrumentos impressos e no sistema online. A principal questão dessas duas etapas é que o usuário não consegue, de forma remota, ter sua pesquisa atendida. Acaba sendo fundamental sua ida até a instituição para consultar o que não está disponível na base de dados.

Em concordância com Azevedo (2020), considerando a necessidade de aproximação de instrumentos que trabalhem com a perspectiva de padronização terminológica, nota-se o papel que as terminologias desempenham. A terminologia tem como preocupação o estudo dos conceitos, ou seja, a terminologia ocupa-se da representação da informação tratando, portanto, de diminuir problemas que atuem como empecilhos no que tange a recuperação da informação.

As instrumentalidades das terminologias podem ser aplicadas a quaisquer áreas do conhecimento científico, pois a Terminologia caracteriza-se por oferecer tratamento às

informações, em relação aos termos e conceitos. O uso das terminologias é fundamental quando se considera que ela oferece subsídios para uma melhor forma de organização e representação da informação, o que nos permite compreender que suas instrumentalidades colaboram com a comunicação entre usuários e sistemas.

Dessa forma, considera-se que as terminologias colaboram com a construção das LD, fornecendo bases para o desenvolvimento dos SOC sendo, por esse motivo, consideradas como fundamentais para a Arquivologia ao permitir melhores estruturas para a representação da informação impactando positivamente no processo de recuperação da informação.

Partindo da perspectiva de possibilitar resultados mais positivos em relação a organização, representação e uso da informação, realizou-se um recorte em relação aos instrumentos que permitem melhores formas de recuperação da informação, neste caso, os tesouros funcionais.

Dessa forma, torna-se necessário compreender como esse instrumento precisa ser desenvolvido de forma que atenda às necessidades da Arquivologia. Concorde-se com Smit e Kobashi (2003, p. 44) ao mencionar que “um tesouro funcional controla o vocabulário que designa a razão de ser do documento (sua função) e não o que ele contém (assunto)”.

Os tesouros funcionais podem ser usados para melhorar o acesso às informações o que impacta em dois processos nucleares da Arquivologia: a classificação e a descrição. Esses dois processos são os responsáveis por organizar e representar os documentos e, por consequência, afetam de maneira direta a recuperação e uso da informação.

Os tesouros funcionais atuam no controle terminológico, transformando a linguagem natural em uma linguagem construída artificialmente, podendo ser considerada como um instrumento de mediação entre sistemas, informação e usuários.

A necessidade de melhores oportunidades de acesso à informação possibilita que a Arquivologia tenha a necessidade de usar instrumentos que melhorem a organização e representação da informação e, é por essa razão, que foi realizado um estudo teórico em relação às publicações que subsidiam o desenvolvimento dos tesouros. Como subsídio para a compreensão dos tesouros, foram selecionadas as seguintes publicações: a) Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos (SMIT; KOBASHI, 2003), b) National Archives of Australia (2003); c) O essencial para a construção de tesouros (BROUGHTON, 2003); d) ANSI NISO Z.39.19-2005 (R2010); e) ISO 25964 (2011; 2013).

As publicações acima citadas foram selecionadas por dois motivos: a) Publicações desenvolvidas de forma específica para Arquivologia: Smit; Kobashi (2003) e National Archives of Australia (2003) e, b) Abordou-se também com a ANSI NISO Z.39.19-2005

(R2010) e a ISO 25.964 porque são publicações mais abrangentes e mais complexas do que as publicações que foram desenvolvidas de forma específica para a Arquivologia. Além disso, não seria possível não trabalhar com a ISO 25964 tendo em vista que esta é a norma mais recente e mais completa sobre o assunto: tesauros. E, embora o Manual de Broughton não seja específico para a Arquivologia, quando consideramos que a Arquivologia ainda caminha de maneira tímida no que tange aos instrumentos que atuam no controle e na padronização terminológica, o Manual auxilia na elaboração dos tesauros, por ser uma linguagem simples e, que pode ser aplicada em diversos domínios. As publicações serviram de base para que houvesse maior compreensão do que é um tesouro, qual sua abrangência e objetivos.

A possibilidade de desenvolver um instrumento que se adapte às realidades informacionais das instituições é mais um fator positivo para a Arquivologia, pois cada arquivo é único dentro de seu contexto de produção e, por isso, ao pensar em instrumentos que atendam às demandas de cada instituição certamente contribui para melhorias em relação a organização, representação, acesso e uso da informação.

Após as análises realizadas nas publicações citadas observa-se que, para a Arquivologia, o melhor instrumento que se adequa às necessidades de tratamento da informação são os tesauros funcionais. Tais instrumentos são desenvolvidos de forma a considerar as funções e atividades que são desenvolvidas pelas instituições.

Nota-se que tal instrumento possui maior solidez na Austrália, onde é utilizado por vários órgãos governamentais, o que demonstra sua eficiência em relação ao tratamento da informação. Porém, não existem impeditivos para que a Arquivologia brasileira faça uso dos tesauros funcionais em suas práticas, contudo, nota-se apenas que a abordagem sobre os tesauros funcionais ainda ocorre de maneira tímida, fato que foi constatado no levantamento realizado nas bases de dados da BRAPCI, BENANCIB, CNA e ISKO Brasil. A pesquisa demonstrou que poucas são as literaturas que aproximam a Arquivologia dos tesauros funcionais. Embora não tenhamos embasamento para compreender tal distanciamento, nota-se que as instrumentalidades dos tesauros funcionais contribuem com a Arquivologia, pois oferecem subsídios que melhoram a comunicação entre sistemas e usuários, atuando nos processos de organização, representação e recuperação da informação.

Refletindo sobre as necessidades em garantir um melhor acesso à informação, objetiva-se contribuir com a Arquivologia no que tange ao estabelecimento de um modelo de requisitos que visam demonstrar quais são os caminhos que os arquivistas podem seguir em relação ao desenvolvimento de um tesouro funcional. Esse requisito não visa esgotar todas as possibilidades para a construção de um tesouro funcional, afinal, conforme percorrido na

pesquisa, um tesauro funcional pode ser desenvolvido a partir de uma estrutura simples chegando a estruturas mais complexas, por essa razão, salienta-se que o modelo de requisitos não tem a finalidade de eliminar os demais manuais que foram tratados, ao contrário, as publicações citadas nessa pesquisa devem ser consultadas sempre que for necessário, principalmente em relação a ISO 25.964, que apresenta uma estrutura de maior complexidade e que aborda muitos aspectos que contribuem com a elaboração de instrumentos que atuam no controle e padronização terminológica.

Objetiva-se nessa pesquisa, contribuir com a Arquivologia em relação à investigação sobre um instrumento que colabore com o controle e com a padronização terminológica, de forma que tal instrumento possa atender a todo o processo documentário, uma vez que tradicionalmente, são desenvolvidos dois tipos de tesouros, um tesouro que atenda aos arquivos administrativos (arquivos correntes e intermediários) e outro para os arquivos de terceira idade (arquivos permanentes), em relação aos quais majoritariamente são desenvolvidos instrumentos que abarcam a perspectiva temática.

As argumentações, análises e reflexões expostas nesta pesquisa originam-se a partir da ampliação de estudos anteriores iniciados no ano de 2014, no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-UNESP), na linha de pesquisa “Produção e Organização da Informação”. A temática abordada na dissertação de mestrado teve como título “Vocabulário controlado para arquivos: análise de viabilidade e propostas” (DAVANZO, 2016). Essa pesquisa evidenciou que os vocabulários controlados contribuem com o tratamento informacional da Arquivologia, ao possibilitar melhores formas de organização, representação e recuperação da informação e, por esta razão, sentiu-se a necessidade de maiores reflexões no que tange à Arquivologia e aos instrumentos de controle terminológico, de forma que seja possível o desenvolvimento de um único instrumento que abarque todo o processo documentário da Arquivologia.

1.1 Delimitação do tema e do problema

Esta pesquisa pretende apresentar um modelo de requisitos que subsidie os arquivistas no que tange ao desenvolvimento de um tesauro funcional de forma a privilegiar todo o processo documentário da Arquivologia.

Ao constatar que a Arquivologia atua objetivando oferecer melhores formas de tratamento para as informações, é necessário incluir o uso de instrumentos que atuem no processo de organização e representação da informação, pois tais processos impactam na recuperação da informação.

Entende-se, portanto, que a Arquivologia precisa se aproximar das instrumentalidades advindas dos tesouros funcionais, pois as discussões acerca desse instrumento mostraram que seu uso traz benefícios para a Arquivologia, pois possibilita melhores formas de controle e padronização terminológica.

Diante desse cenário, esta tese possui dois problemas de pesquisa:

- 1) Os tesouros funcionais podem oferecer contribuições que subsidiem à organização, à representação e à recuperação da informação na Arquivologia?
- 2) Quais requisitos são necessários para o desenvolvimento de um tesouro funcional de modo a atender às necessidades de tratamento informacional específico para a Arquivologia?

1.2 Objetivos

Com a realização desta pesquisa, pretende-se alcançar o objetivo geral que é propor subsídios teórico-metodológicos que ajudem no desenvolvimento dos tesouros funcionais na Arquivologia, de forma que sejam contempladas às necessidades de integração de procedimentos de controle de vocabulário em todo o fluxo de representação e recuperação da documentação arquivística.

Para tanto, apresentam-se os seguintes objetivos específicos:

- 1) Realizar estudo teórico nacional e internacional sobre o modelo do *Records Continuum* de modo a compreender como essa temática tem sido investigada na Arquivologia.
- 2) Relacionar as abordagens existentes na literatura que tratem da temática linguagens documentárias na Arquivologia, com ênfase no tesouro funcional.
- 3) Identificar quais são os requisitos que devem ser considerados para o desenvolvimento do tesouro funcional de forma a atender as particularidades da Arquivologia.
- 4) Identificar, por meio de levantamento bibliográfico, as origens, princípios e as bases da Arquivologia, de forma a compreender em que momento a área começa a se aproximar da temática sobre os *Records Continuum*.
- 5) Identificar e analisar os manuais que tratam sobre a temática de desenvolvimento de tesouros e de tesouros funcionais, propondo um modelo de requisitos para o desenvolvimento de um tesouro funcional específico a Arquivologia.

1.3 Tese

A tese desta pesquisa é que, embora a Arquivologia faça um uso incipiente dos tesouros funcionais e também de outros instrumentos que colaboram com o controle de vocabulário, tais instrumentos contribuem em relação a melhorias nos processos de organização, representação, acesso e uso da informação arquivística. O tesouro funcional colabora em relação a padronização terminológica que é fundamental para a nomeação das informações (entrada), para a precisão dos termos e para a consistência terminológica. Essa construção terminológica afeta de maneira direta os processos de recuperação da informação (saída).

1.4 Hipóteses

As hipóteses que foram destacadas para esta tese são expressas conforme segue:

- 1) Há poucas publicações de pesquisas que inter-relacionam a Arquivologia com os tesouros funcionais.
- 2) Os tesouros funcionais precisam ser mais consistentes, o que irá impactar no processo de recuperação da informação por parte dos usuários, tanto os usuários comuns, quanto os usuários especialistas. Espera-se que tais instrumentos sejam mais qualitativos e com menores ruídos de comunicação.

1.5 Justificativa

Esta tese propõe a elaboração de um instrumento que atenda de maneira específica as necessidades da Arquivologia, considerando a sua base teórica e metodológica. Por isso, esse trabalho é justificado pelo fato de que ainda não há relatos a respeito de um tesouro funcional que tenha sido desenvolvido de acordo com a realidade da prática da Arquivologia brasileira. Essa lacuna foi constatada a partir de levantamento prévio realizados nas bases de dados da LISTA, LISA, BRAPCI, BENANCIP e periódicos: CNA e ISKO Brasil, demonstrando que a quantidade de trabalhos sobre tesouro funcional foi inexpressiva.

O tesouro funcional permite maior precisão, tanto em relação a entrada das informações no sistema (etapa realizada pelo profissional da informação) quanto para as informações que estão saindo do sistema, isto é, quando as informações estão sendo recuperadas pelos usuários.

Considerando a grande produção e circulação de informação nas instituições, percebe-se a necessidade de possibilitar um melhor tratamento a essas informações. Nesse sentido, investir em instrumentos que sejam capazes de possibilitar o controle terminológico é fundamental para o contexto brasileiro, uma vez que o controle terminológico possibilita adequação eficaz dos termos para a organização e a representação do conhecimento.

Além disso, essa tese é inovadora porque a temática sobre os tesauros funcionais ainda é relativamente nova para a Arquivologia brasileira. No cenário internacional, principalmente na Austrália, essa temática é reconhecida e abordada pelos pesquisadores e pelos arquivistas de modo mais amplo, conforme destacado na seção 3.

Ressalta-se que no Brasil, especificamente no cenário arquivístico, um dos primeiros passos em relação à aplicação de “tesauros” em arquivos ocorreu através do trabalho desenvolvido por Smit e Kobashi (2003), intitulado “Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos”.

Dessa forma, espera-se que a Arquivologia brasileira passe a utilizar os tesauros funcionais em sua trajetória para que os instrumentos possam melhorar as questões terminológicas, perpassando os processos de representação da informação.

1.6 Procedimentos metodológicos

Tendo em vista o objetivo geral dessa pesquisa, que é propor subsídios teórico-metodológico que ajudem no desenvolvimento dos tesauros funcionais para aplicação em arquivos, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e qualitativa.

A literatura que compôs o corpus teórico desta pesquisa considerou as seguintes bases de dados: a) cenário brasileiro: Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Base de Dados do Encontro Nacional de Pesquisa Ciência da Informação (BENANCIB); b) cenário internacional: *Library, Information Science and Technology Abstracts* (LISTA), *Library and Information Science Abstracts* (LISA). Foram também utilizados os seguintes anais de eventos para embasar o desenvolvimento da proposta dessa pesquisa: anais do congresso nacional de arquivologia (CNA) e os anais do capítulo da ISKO Brasil. A escolha das bases de dados acima citadas ocorreu por sua solidez em relação às pesquisas desenvolvidas que abarcam ao campo da Ciência da Informação.

Os anais de eventos foram selecionados por alguns fatores: ISKO Brasil: por contribuir com pesquisas pertinentes ao campo de organização do conhecimento, área que contribui com reflexões que vão subsidiar a pesquisa e também por ser referência para o campo da Ciência da Informação. Além disso, selecionou-se o CNA porque é considerado como um evento específico da Arquivologia. Esse evento abriga temáticas específicas, notadamente em relação ao campo de atuação da Arquivologia, abrangendo pesquisas de cunho teórico, aplicado e metodológico. Optou-se por analisar os anais desse evento porque são revisados por profissionais da área e são trabalhos que colaboram com a construção da pesquisa aqui abordada.

Os trabalhos recuperados foram selecionados em dois idiomas: português e inglês, por meio da utilização de palavras-chaves selecionadas para esta pesquisa, isto é, “organização do conhecimento”, “tesauros”, “tesauros funcionais”, “*records continuum*”, “linguagem documentária”, “arquivologia”. Os mesmos termos foram selecionados na língua inglesa: *archival*, *functional thesaurus*, *controlled vocabularies*, *documentary languages* e *records continuum*. As estratégias de busca foram aplicadas com restrição aos campos de título, resumo, texto completo e palavras-chave dos trabalhos armazenados nas bases de dados e nos anais de eventos consultados nesta pesquisa.

Buscando-se uma melhor análise dos resultados obtidos por meio do levantamento realizado nas bases de dados e anais de eventos, os trabalhos foram dispostos em quadros, indicando o título dos trabalhos, seus respectivos autores e o ano de publicação.

Espera-se que os trabalhos recuperados auxiliem em relação à identificação do arcabouço teórico da pesquisa, proporcionando maior reflexão em relação a temática. Por meio do levantamento bibliográfico, espera-se compreender se e como ocorrem as relações entre a Arquivologia e os tesauros funcionais.

Além das bases de dados e anais de eventos citados anteriormente, consideramos também algumas publicações, como os manuais que foram desenvolvidos objetivando oferecer subsídios para a construção dos tesauros. A partir desses manuais, espera-se obter subsídios para o desenvolvimento de um tesouro que atenda a necessidades específicas da Arquivologia, ou seja, que possa refletir as funções e atividades que são desenvolvidos pelos arquivos. Diante disso, foram analisados: a) National Archives of Australia (ARQUIVO NACIONAL DA AUSTRÁLIA, 2003), b) como elaborar vocabulário controlado para a aplicação em arquivos (SMIT; KOBASHI, 2003) e, c) o essencial da construção de tesauros (BROUGHTON, 2006). Este último, ainda não que faça referência explícita aos tesauros funcionais, conforme a compreensão que a Arquivologia tem desses instrumentos, mostrou-se relevante por seu caráter didático no tratamento da metodologia para a construção de tesauros.

Os manuais que oferecem subsídios para o desenvolvimento de tesauros são fundamentais porque contribuem para que esse instrumento possa ser desenvolvido de acordo com necessidades específicas de cada instituição. Por essa razão, os manuais que foram analisados servirão de base para que seja possível compreender como esse instrumento pode ser desenvolvido de forma a se adequar a Arquivologia.

A pesquisa também usou de outros materiais que abarcam o desenvolvimento de tesauros e, embora esses materiais também não sejam específicos da Arquivologia, considera-se que podem fornecer uma base de sustentação sólida quando se analisa as particularidades do

desenvolvimento do tesauro. Dessa forma, foram também consultadas as seguintes normas: a) ISO 25964 - *Information and documentation - Thesauri and interoperability with other vocabularies - Part 1: Thesauri for information retrieval* e *Part 2: Interoperability with other vocabularies* e a Norma Z39.19-2005 (2010) – *Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies*.

Para analisar os trabalhos recuperados nas bases de dados, recorreu-se ao método Análise de Conteúdo, da autora Bardin (2011), para auxiliar na coleta, na análise e na seleção do material teórico que embasará o corpus teórico da proposta dessa pesquisa.

O método de análise de conteúdo proposto por Bardin pode ser aplicado a quaisquer discursos e, em qualquer área do conhecimento científico, uma vez que permite:

[...] uma análise com base em inferências extraídas de conteúdos de documentos – a partir de uma interpretação controlada por meio de variáveis ou indicadores. [...] uma análise com base em inferências extraídas de conteúdos de documentos – a partir de uma interpretação controlada por meio de variáveis ou indicadores (GUIMARÃES; SALES, 2010, p. 05).

A análise de conteúdo de Bardin (2011) foi escolhida devido a três fatores: 1) por colaborar com a fase de pré-análise dos materiais selecionados para compor o *corpus* teórico da pesquisa, 2) por contribuir com a exploração do material e 3) por oferecer subsídios para o tratamento dos resultados, inferências e interpretações.

Em relação à primeira etapa, a pré-análise, ressalta-se que não foram indicados espaços temporais para o levantamento dos trabalhos para que dessa forma fosse possível recuperar o maior número de trabalhos que tenha pertinência em relação à temática abordada por essa pesquisa.

A segunda etapa abordada no desenvolvimento dessa proposta foi a exploração do material. Essa etapa contribuiu para as descrições analíticas das publicações e interpretação dos conceitos. Nessa etapa, serão utilizadas as categorias elencadas com o objetivo de oferecer melhor análise do material selecionado. Essa é uma fase que demanda tempo em relação as leituras devido ao aprofundamento das ideias dos autores.

A etapa de exploração do material possibilita definir as categorias que vão contribuir com a análise dos dados. As categorias podem ser desenvolvidas *a priori*, de maneira a conduzir o desenvolvimento da pesquisa. Para esta pesquisa, as categorias elencadas (*a priori*) para subsidiar as análises dos materiais recuperados serão: a) elementos necessários para o desenvolvimento de tesouros; b) abrangência de cada elemento do tesauro e c) normativas consultadas para o desenvolvimento de tesouros.

A última etapa é o tratamento dos resultados por meio da elaboração e análise das categorias. Estas categorias determinam a análise dos textos recuperados de maneira interpretativa com base nas categorias. Essa etapa se constitui através das informações que foram coletadas dos artigos em revista, manuais e artigos de anais de congresso que contribuíram com o desenvolvimento dessa tese.

Dessa forma, o desenvolvimento desta proposta ocorrerá considerando a análise e também as inferências que servirão como base para o desenvolvimento da temática aqui apresentada. Em algumas situações podemos encontrar divergências em relação às ideias defendidas pelos autores que estudam os tesouros funcionais na Arquivologia. Essa discordância será utilizada de forma positiva, pois fomentam novas discussões, resultando no desenvolvimento de novas pesquisas científicas.

1.7 Sistematização da tese

Essa pesquisa estrutura-se a partir das seguintes seções:

- a) Introdução: em que buscou-se oferecer um panorama geral referente a temática aqui apresentada;
- b) Seção 2, cujo título é “Teoria arquivística”, apresenta uma contextualização da Arquivologia, em que se apresentou as origens dos arquivos, os princípios que norteiam a Arquivologia, a gestão de documentos que fundamenta o fazer da área e, por fim, trabalhou-se com os períodos da Arquivologia, a fim de analisar como ocorreram as transformações da área, suas contribuições, visando compreender em que momento a área se aproximou do modelo do RC;
- c) Seção 3 cujo título é “Estado da arte: o modelo *records continuum*”, onde realizou-se um panorama nas bases de dados brasileiras e internacionais a fim de compreender como o RC têm sido abordados na literatura;
- d) Seção 4 cujo título é “Subsídios teórico-aplicados à construção de tesouros funcionais” onde trabalhamos com questões relacionadas às linguagens documentárias de modo a compreender o papel destas em relação ao desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento. Esse estudo foi fundamental para a compreensão dos tesouros funcionais que originam-se das LD melhorando o processo de organização e representação da informação.
- e) Seção 5 cujo título é “Manuais para elaboração de tesouros” foi desenvolvido de forma a contemplar os manuais que trabalham com a temática dos tesouros, sejam tesouros tradicionais ou tesouros funcionais. A análise dos manuais colaborou para o melhor

entendimento da temática sobre os tesauros funcionais, onde foi possível compreender como os tesauros podem ser desenvolvidos, sua abrangência, uso e objetivos. Após o estudo dos manuais, foram selecionados três manuais que serviram de base para o desenvolvimento da sexta seção;

- f) Seção 6 cujo título é “Metodologia para a criação de tesauros funcionais na Arquivologia” onde o objetivo foi demonstrar como os tesauros devem ser desenvolvidos de forma a respeitar os princípios que norteiam a área. Para o desenvolvimento desta seção foram utilizados três manuais, dois manuais que foram desenvolvidos de maneira específica para a Arquivologia e a norma ISO 25.964 (2011; 2013), onde o objetivo foi colaborar com a Arquivologia no que tange ao desenvolvimento de um tesouro funcional que atenda a todas as fases do processo documentário. E, por fim, apresentamos as considerações finais.

2 TEORIA ARQUIVÍSTICA

Os princípios são fundamentais para qualquer área do conhecimento científico, porque a partir deles é que as áreas podem se desenvolver, se sustentar o que consolidará suas bases teórico-metodológicas. Tais princípios contribuem para diferenciar as áreas científicas que podem ter um mesmo objeto de estudo, dessa forma, entende-se que os princípios darão suporte para o saber e o fazer de cada área. Destaca-se, contudo, que a proposta dessa pesquisa é trabalhar com uma nova abordagem de tratamento aos documentos, de forma ampla e continua a partir de subsídios que são oferecidos pelo modelo do RC.

2.1 Características e princípios da Arquivologia

A necessidade do ser humano de registrar as suas rotinas impulsionou a origem dos arquivos. Os arquivos eram produzidos de maneira natural, espontânea, sem a pretensão de comprovar fatos ou atos, mas havia a preocupação em deixar registrado como as coisas ocorriam.

Outro aspecto que influenciou o desenvolvimento dos arquivos é a evolução dos suportes por meio dos quais as informações eram registradas: placas de argila, papiro, pergaminho, papel e, atualmente, o suporte digital. Na concepção de Reis (2006) um dos grandes responsáveis pelo aparecimento dos primeiros arquivos, foi a escrita, através dela “a humanidade tomou consciência de que era preciso conservar os registros produzidos para mais tarde poderem ser utilizados” (REIS, 2006, p. 2).

Nesse sentido, é necessária a definição de arquivo que, de acordo com o Dicionário brasileiro de terminologia arquivística, é o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2004, p. 27).

A partir da definição oriunda do dicionário brasileiro de terminologia arquivística (2005) compreende-se que, a formação dos arquivos ocorre de maneira única, de acordo com o contexto de produção de cada instituição, conforme explica Sousa (2014, p.377), “quando falamos de arquivo, estamos nos referindo a um conjunto finito de documentos acumulados, que tem suas fronteiras demarcadas pela missão do criador, no caso das instituições, e pela área de atuação, no caso das pessoas físicas”.

Dessa forma, a Arquivologia ocupa-se do tratamento em relação às informações registradas, sejam essas analógicas ou digitais. Independente do suporte da informação, todas

precisam estar “regidas pelos princípios, normas e técnicas que regem a gestão de documentos” (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 24).

A Arquivologia tem suas raízes originadas pela necessidade de atender a questões históricas, tanto que por algum tempo a área ficou conhecida como ciência auxiliar da história.

Nesse sentido, a reflexão de Marques (2011) vem ao encontro desse relato, pois:

Os vínculos tradicionais entre a Arquivologia e a História e a sua configuração próxima da CI são quadros já descritos internacionalmente, como o fez Gagnon-Arguin (1992). Segundo ela, no Canadá (mais especificamente no Quebec), na França e nos Estados Unidos, é a formação em História que dá bases para o desenvolvimento da formação em Arquivologia. Fora das universidades, existem casos de associações de arquivistas concebidas a partir de associações de historiadores (MARQUES, 2011, p. 29).

Essa relação entre a Arquivologia e a história possui um caráter peculiar porque a história, ao retratar um período, um lugar ou um acontecimento, recorre aos documentos de arquivo.

Mas partir da publicação da obra de Muller, Feith e Fruim, conhecida como Manual dos Arquivistas Holandeses (1973), a Arquivologia ganhou um novo destaque, deixando de lado a característica de ciência auxiliar da história. O Manual dos Arquivistas Holandeses foi publicado em mais de 60 países, o que o tornou um marco teórico da Arquivologia. Os princípios tratados por esse Manual estão consolidados até hoje: princípio da proveniência e da ordem original, que são os pilares para o arranjo e para a descrição na Arquivologia.

Essa publicação permitiu que a área fosse reconhecida como área do conhecimento científico, distinguindo-a da Biblioteconomia e da Museologia que, embora também trabalhem com a informação, dão-lhe tratamento diverso, variando de acordo com a metodologia de cada área científica.

Em meio a produção constante de documentos, surge um novo conceito: a gestão de documentos para sanar os problemas oriundos da falta de controle documental. Para compreender melhor o que é a gestão de documentos, recorremos a Lei 8159 de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei dos Arquivos. Nesta lei a gestão de documentos é considerada como “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente” (BRASIL, 1991).

Por meio de uma eficiente aplicação da gestão de documentos, espera-se que os volumes de documentos que circulam nas instituições, sejam estes documentos analógicos ou digitais,

sejam devidamente analisados, tendo em vista a necessidade de um adequado tratamento informacional

Sobre as transformações ocorridas na Arquivologia, Rondinelli (2005, p. 24) contribui ao destacar que “o avanço tecnológico mudou radicalmente os mecanismos de registro e de comunicação da informação nas instituições e, conseqüentemente, seus arquivos também mudaram”.

A Arquivologia é uma área que passa, como diversas outras, por transformações provocadas pelas tecnologias digitais, as quais certamente contribuíram para que a área caminhasse em direção a novas metodologias que abarcassem essa nova realidade. Miranda (2011) observa que:

A produção crescente de documentos digitais e os novos mecanismos de armazenamento contribuíram para que a própria concepção de arquivo, como instituição, também ganhasse uma nova dimensão, deixando de ser limitado a um espaço físico, todavia associado também aos recursos tecnológicos por meio dos quais os usuários buscam informações; o enfoque do trabalho arquivístico ultrapassou os limites da custódia física dos documentos para o controle e os mecanismos de acesso à informação (MIRANDA, 2011, p. 9).

Nesse sentido, as tecnologias digitais mudaram o cenário de atuação dos arquivistas, atualmente esse profissional atua não apenas com documentos analógicos, mas pode também atuar com a gestão dos documentos digitais, oferecendo meios para que os usuários dessa informação possam ter suas demandas informacionais atendidas.

Dessa forma, é necessário refletir sobre o tratamento dos documentos digitais: é preciso garantir que tais documentos sejam autênticos, fidedignos, sendo estes, aliás, princípios basilares da Arquivologia.

Cook observa que em relação aos desafios da Arquivologia o “papel da ciência arquivística em um mundo pós-moderno desafia arquivistas, em todos os lugares, a repensar a sua disciplina e prática” (COOK, 2012, p. 4). O repensar sobre a Arquivologia gera mudanças na área, conforme explica Tognoli (2010, p. 56-57),

O objeto, antes entendido como o conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma entidade ou pessoa no decorrer de uma atividade, passa a ser compreendido como o conjunto de informações orgânicas, registradas em meios virtuais e dinâmicos. E o objetivo passa a ser a defesa e a reflexão dos princípios, conceitos e métodos basilares da disciplina, para que possa adaptar-se e sobreviver na contemporaneidade.

As tecnologias digitais e seu uso crescente propiciou que a Arquivologia [re]significasse o seu objeto de estudo: a informação registrada. Nessa nova era de grandes impactos causados pelas tecnologias digitais, é necessário que a área assuma uma nova posição, isto é, “que deixe de visualizar documentos como objetos físicos estáticos, e para então entendê-los como conceitos dinâmicos virtuais” (COOK, 2012, p. 4).

A Arquivologia, como outras áreas do conhecimento científico, possui princípios e características específicas que oferecem subsídios teóricos e metodológicos, além de contribuir para que a área se diferencie de outras áreas que trabalham com o mesmo objeto informacional.

Ressalta-se que os princípios, características, conceitos e técnicas da Arquivologia subsidiam o tratamento informacional da área e, por isso, são aplicados nas fases da produção, organização, preservação, acesso e uso das informações. O quadro 1 apresenta os princípios e características da Arquivologia.

Quadro 1 - Princípios e características da Arquivologia

Princípios e características da Arquivologia	Descrição dos princípios da Arquivologia
Proveniência	Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005)
Organicidade ou Princípio da Ordem Original	Qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas (BELLOTTO, 2002, p. 21).
Autenticidade	Um documento arquivístico autêntico é aquele que é o que diz ser, independentemente de se tratar de minuta, original ou cópia, e que é livre de adulterações ou qualquer outro tipo de corrupção. [...] Um documento autêntico é aquele que se mantém da mesma forma como foi produzido e, portanto, apresenta o mesmo grau de confiança que tinha no momento de sua produção (E-ARQ BRASIL, 2011)
Cumulatividade	Os documentos não são colecionados e sim acumulados, naturalmente, no curso das ações, de maneira contínua e progressiva” (BELLOTTO, 2002, p. 22)
Unicidade	Provém do fato de que cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental. Cópias de um registro podem existir em um mesmo grupo ou em outros grupos, mas cada cópia é única em seu lugar, porque o complexo das suas relações com outros registros é sempre único [...] (DURANTI, 1994, p. 52)
Indivisibilidade ou Integridade	Tem por objetivo garantir a compreensão do significado do documento através da sua relação com os outros documentos gerados pela mesma ação e que foram acumulados juntamente a ele, e a compreensão do arquivo como um todo, como reflexo da missão do seu produtor (RODRIGUES, 2004, p. 68)

Princípio da Territorialidade	Conceito derivado do princípio da Proveniência e segundo o qual os arquivos deveriam ser conservados em serviços de arquivo do território no qual foram produzidos, executados os documentos elaborados pelas representações diplomáticas ou resultantes de operações militares (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 141)
-------------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora

Estes princípios e características apresentados no Quadro 1 são os responsáveis por diferenciar, com o auxílio de outros elementos, a Arquivologia de outras áreas próximas, tais como a Biblioteconomia. É a partir de tais princípios e características que o arquivista desenvolve as atividades, transformando as realidades informacionais das instituições, auxiliando nas tomadas de decisões, na preservação da memória, garantindo o acesso aos documentos.

A necessidade de um melhor tratamento as informações ocorre devido a necessidade de melhorar a eficiência e eficácia da produção documental, por essa razão, a gestão de documentos alicerça-se na redução da massa documental das instituições.

Visando tratar essa documentação, são estabelecidas técnicas e procedimentos aplicados. Nesse sentido, são necessárias algumas medidas que visam: a) racionalização do planejamento; b) capacitação; c) promoção; d) controle, e) fluxo; f) tramitação; g) uso; h) avaliação; i) seleção; j) organização; k) arquivamento; l) disponibilização; m) acesso e conservação dos documentos nas fases corrente e intermediária.

O tratamento documental destinado às informações compreende três fases, conhecidas como ciclo vital dos documentos. O ciclo vital dos documentos responsabiliza-se por dar embasamento à gestão de documentos, onde os documentos passam por um processo de triagem visando identificar quais documentos serão eliminados e quais serão custodiados permanentemente.

Esta subseção trouxe reflexões que visam demonstrar como a área atua no que tange ao tratamento dos documentos. No entanto, para o desenvolvimento desta pesquisa refletimos em relação a uma nova maneira em relação ao tratamento documental da Arquivística que surge a partir do modelo do RC que possui uma visão integradora no que tange ao tratamento da informação arquivística, conforme demonstrado no capítulo 6.

Ao considerar uma nova maneira de tratamento para os documentos de arquivo, é necessário demonstrar em que momento o modelo do RC surge na Arquivologia e, por essa razão, a próxima subseção desenvolveu-se contemplando os períodos da Arquivologia de forma a evidenciar em que momento o RC começa a ser discutido pela área.

2.2 Períodos da Arquivologia

A Arquivologia é marcada por três períodos: Arquivologia Clássica, Arquivologia Moderna e Arquivologia Pós-Moderna. Cada um destes períodos abarca informações sobre o desenvolvimento teórico e prático da área. Por essa razão, esta subseção foi estruturada visando relatar cada um destes períodos, além de demonstrar como estes influenciaram no saber e no fazer arquivístico.

Nesse sentido, é necessário evidenciar que a necessidade de trabalhar com as abordagens teóricas da Arquivologia ocorreu para que pudéssemos compreender em que momento começaram as primeiras discussões acerca do modelo do RC, uma vez que, tal modelo é abordado nesta pesquisa para subsidiar o desenvolvimento de um tesouro funcional que se estruture de maneira que compreenda todo o processo documentário da Arquivologia.

2.2.1 Marcos da Arquivologia Clássica

O marco inicial para essa fase da Arquivologia ocorre através da publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses dos autores Muller, Feith e Fruin (1973). A sua difusão por mais de 60 países colaborou para que a área ganhasse mais consistência, uma vez que, os princípios que a fundamentam foram amplamente divulgados. Desse modo, a área ganhou destaque enquanto área científica, desvinculando-se de outras áreas, tais como a Paleografia, a Biblioteconomia, a Museologia e a História.

Os primeiros autores a serem analisados foram os responsáveis pelo desenvolvimento de um importante clássico, o Manual dos Arquivistas Holandeses.

2.2.1.1 Muller, Feuth e Fruin: Manual dos arquivistas holandeses

O Manual dos arquivistas holandeses foi criado devido à necessidade de se estabelecer meios para tratar o grande volume de documentos que estavam nas instituições. Alguns profissionais se reuniram de forma que pudessem estabelecer formas para melhorar a organização dos documentos que, diariamente, ganhavam volumes cada vez maiores.

Fonseca (2005) considera que o Manual dos Arquivistas Holandeses consolidou alguns fatores, a saber: a) inserção da Arquivologia na episteme da modernidade, especialmente na chamada “esfera política”; b) consequente importância das instituições arquivísticas para lidar com os problemas de uma administração pública que deve ser eficiente; c) subordinação da disciplina em relação ao seu objeto, ou seja, se a ideia de arquivo estiver clara, estará clara a ideia de arquivologia; d) tradição manualística da área, as suas limitações e as tentativas de generalizar o particular, favorecendo o império da norma (FONSECA, 2005, p. 3).

A partir de Fonseca (2005) compreende-se que os manuais contribuem para a consolidação das áreas enquanto campo do conhecimento científico. Por esse motivo, o Manual dos Arquivistas Holandeses é considerado um marco para Arquivologia, pois essa obra:

[...] representa um grande avanço na teorização arquivística, pelo pensamento que lhe está subjacente e pelo caráter sistemático da sua apresentação. Aspectos que nos nossos dias são considerados essenciais, como o conceito de arquivo, a organização dos documentos, a descrição, os inventários, o uso de normas, etc. (SILVA et al., 1999, p. 115).

Nota-se que o Manual dos Arquivistas Holandeses exerce um papel de destaque na Arquivologia, já que a partir dele a área foi sendo construída e consolidada diante do tempo. Os manuais são grandes influenciadores das áreas, pois “articulam a teoria e as práticas em torno de uma abordagem única e permitem a transmissão do estado dos conhecimentos bem como o estabelecimento de uma tradição”, conforme salientam Rousseau e Couture (1998, p. 53).

O Manual dos Arquivistas Holandeses é bastante extenso, está dividido em seis capítulos que contemplam cem regras que devem ser aplicadas no cotidiano das práticas da Arquivologia. O Manual dos Arquivistas Holandeses foi dividido em: a) Origem e composição dos arquivos; b) Arranjo dos documentos de arquivo; c) Descrição dos documentos de arquivo; d) Estrutura do inventário; e) Normas adicionais para a descrição do arquivo; e f) Sobre o uso convencional de certos termos e sinais.

Os autores, Muller, Feuth e Fruin (1973, p. 13) relatam que o Manual dos Arquivistas Holandeses foi fundamentado de acordo com a seguinte concepção:

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário.

A partir da visão de Muller, Feith e Fruin (1973) é possível observar uma das diferenças entre o arquivo e a biblioteca, já que a biblioteca se configura por meio de coleções e o arquivo se configura a partir da acumulação de documentos que foram produzidos ou recebidos em razão das funções e atividades de uma instituição.

Dessa forma, pode-se concluir que o Manual dos Arquivistas Holandeses foi fundamental para as práticas da Arquivologia, uma vez que, ofereceu subsídios para o tratamento da informação arquivística e, por isso, pode ser considerado como um grande marco para a área.

Duranti (1995a, p. 10) considera o Manual dos Holandeses como primeiro tratado científico arquivístico, uma vez que:

[...] os problemas ou regras que apresentaram e explicaram neste volume, são os primeiros esforços reais para articular sistematicamente conceitos e métodos que encontram seu valor em ideias de teoria arquivística que têm lógica e consistência internas e não provenientes do contexto histórico, legal ou cultural (DURANTI, 1995a, p. 10).

Além do Manual dos Arquivistas Holandeses, outras obras foram fundamentais para a Arquivologia: o manual de Hilary Jenkinson (1922), mais conhecido como Manual de Administração de Arquivos; o manual de Eugenio Casanova (1928) cuja publicação foi intitulada de Archivistica e o manual de Adolf Brenneke (1953) de *Archivkunde: ein Beitrag zur Theorie und Geschichte des Europäischen Archivwesens*. Assim, a próxima subseção foi desenvolvida considerando-se as contribuições do Manual de Administração de Arquivos, de Hilary Jenkinson.

2.2.1.2 Jenkinson: manual de administração de arquivos

Hilary Jenkinson é um arquivista inglês, cuja obra trata sobre a custódia dos documentos, nesta obra, cujo título em tradução livre é Manual de Administração de Arquivos, o autor trabalha visando atender às necessidades sobre a organização dos documentos que estavam acumulados nas instituições em decorrência da explosão informacional da Primeira Guerra Mundial.

Sobre a forma de acumulação de documentos e a estrutura de um arquivo, o autor relata que:

Um documento dito como pertencente à classe dos arquivos é aquele que foi elaborado ou usado no decorrer de uma transação administrativa ou executiva (pública ou privada) da qual ele mesmo fazia parte; e, posteriormente, preservado em sua própria custódia e para sua própria informação pela pessoa ou responsáveis por essa transação e seus legítimos sucessores. (JENKINSON, 1922, p. 11, tradução nossa).

O Manual de Jenkinson -*Manual of Archive Administration* apresentar um esboço para o tratamento dos arquivos que foram originados no período das guerras.

Partindo da concepção de Jenkinson (1922), os arquivos são formados por documentos originados de instituições, no âmbito administrativo e/ou executivo. Observa-se que o autor não trabalha com questões referentes aos arquivos pessoais. Para Jenkinson (1922), o arquivista não

deveria estar envolvido com as atividades de avaliação documental. Essa seleção caberia ao Estado, assim o arquivista assumia um papel de guardião das informações, não intervindo naquilo que deveria ser mantido nas instituições. O arquivista era considerado como um profissional neutro, que guardava verdades, pois refletiam as verdades absolutas das administrações (JENKINSON, 1922).

Uma importante contribuição de Jenkinson (1922) é a diferenciação entre os termos *document* (documento) e *archives* (arquivo). O termo *document* seria usado para os documentos que estão na fase corrente, enquanto o termo *archive* é o mais adequado para os documentos que estão na fase permanente. O manual de Jenkinson é estruturado de acordo com cinco partes: a) introdução; b) origem, desenvolvimento e regras para preservação de arquivos; c) arquivos modernos; d) produção de arquivos e; e) arquivos da guerra.

A notoriedade do Manual de Jenkinson é relatada por Schmidt (2012, p. 56) quando a autora considera que:

Hilary Jenkinson pode ser considerado um dos expoentes da arquivologia clássica, principalmente por consolidar, por meio de seu manual, o Fazer e o Saber dos arquivos sob o pilar do conhecimento científico. Essa construção se deu pela disseminação de ideias advindas de suas próprias experiências, ideias essas que foram e são, sistematicamente, revisitadas pela área.

Cabe ressaltar que Jenkinson (1922) possuía experiência na área de Paleografia, Diplomática e em relação aos arquivos medievais. O autor desenvolveu suas experiências profissionais junto ao *Public Record Office*. A centralidade dos trabalhos de Jenkinson (1922) tem por base a consideração do valor dos documentos, assim, o valor de prova contribuiria para que os documentos fossem autênticos e imparciais.

Documentos imparciais são aqueles que são produzidos para refletir as atividades e funções de uma instituição. Os documentos nascem para um fim determinado e sua autenticidade está vinculada à questão de o documento estar livre de adulteração ou de qualquer outra forma de corrupção da informação. Assim um documento é autêntico quando ele prova o que diz ser, estando livre de qualquer tipo de violação informacional.

Contudo, nas contribuições do autor, não houve preocupação em relação a questões que tratassem da necessidade de padronização terminológica, talvez a necessidade da época era em relação a como tratar as massas documentais que se acumulavam nas instituições.

A obra de Jenkinson continua fomentando as discussões da Arquivologia, contribuindo com o arcabouço teórico-metodológico da área, sendo revisitado mesmo após tantas mudanças

ocasionadas na área. Outro autor destacado na Arquivologia Clássica é, Eugênio Casanova, conforme próxima subseção.

2.2.1.3 Casanova: manual de Arquivística

É de Eugênio Casanova o “Manual de *Archivistica*” publicado na Itália, no ano de 1928. Este manual está dividido em: “a) administração geral externa do arquivo e dos atos: archiveconomia; b) arquivística pura; c) história dos arquivos e da arquivística; d) natureza jurídica e uso de arquivos (CASANOVA, 1928, tradução nossa)”. Esse Manual contempla quatro períodos: a) até o século XIII; b) entre os séculos XIII e XV; c) entre os séculos XVI e XVIII e, d) a partir do século XVIII.

Os períodos foram definidos por Schmidt (2012, p. 96-97) baseada em Casanova (1928):

- 1) Até o século XII- época patrimonial para os arquivos, cuja função era preservar os documentos relacionados à posse e aos bens de direitos e territórios, não existindo preocupação em manter os documentos produzidos no decorrer das atividades;
- 2) Século XIII ao XV- os motivos e condições para a existência dos arquivos permanecem semelhantes aos do período anterior, porém em outros contextos sociais e econômicos.
- 3) Século XVI até o XVIII, Casanova justifica uma nova função para os arquivos, a de servir como fonte para a História, mantendo documentos em cuja pesquisa fosse possível apontar elementos que justificassem o saber científico em sobreposição às superstições o que acabou por impulsionar as atividades de Paleografia.

E, por fim, o século XVIII em diante o autor considera como um período eminentemente dedicado aos documentos históricos e no qual o movimento científico da época influencia o campo dos arquivos (CASANOVA, 1928 apud SCHMIDT, 2012, p. 96-97).

A partir da criação e desenvolvimento do Manual de Archivistica, o autor faz uma importante contribuição para a área, ao considerar a Arquivologia como uma disciplina científica, dando a área autonomia em relação à História e à Diplomática. Os estudos de Casanova (1928) relatam que o período que compreendeu os séculos XVI até a metade do século XVIII, os arquivos eram considerados como fontes para a História.

Casanova (1928) considera a Arquivologia como uma área autônoma porque tem seu objeto de estudo definido: os arquivos. Segundo Casanova (1928, p. 19, tradução nossa) entende-se por arquivos a “acumulação ordenada de documentos produzidos por uma instituição ou indivíduo durante o exercício da sua atividade e conservados para a consecução dos objetivos políticos, legais e culturais desta instituição ou indivíduo”. Assim, não bastava

que os documentos estivessem conservados, mas era necessário que essa documentação fosse organizada.

Destaca-se também que para Casanova (1928) não existia divisão entre arquivo administrativo e arquivo histórico, o autor visualizava o arquivo como um conjunto sistêmico.

Nesse sentido, Casanova (1928) compreende que o arquivo pode ser formado por entidades que não sejam apenas originadas de instituições públicas, mas também pode ser formado a partir de indivíduos e famílias. Vale ressaltar que esta foi a primeira vez em que os arquivos originados de pessoas e/ou famílias foram considerados parte integrante da Arquivologia.

Em relação aos princípios da Arquivologia, Casanova:

[...] apresenta uma visão inédita do ponto de vista de aplicação do Princípio da Proveniência: a recuperação efetiva da informação acontece, segundo ele, quando se observa não apenas o ordenamento original ou a ordem primitiva interna, como, também, a proveniência, a territorialidade e o contexto de criação e utilização do documento (KUROKI; MARQUES, 2015, p. 313).

É necessário ressaltar também que Casanova é um dos primeiros autores a tentar estabelecer uma terminologia específica para a Arquivologia. Porém, a preocupação no que tange a questões de terminologia ocorrem apenas com a fundação do Conselho Internacional de Arquivos. A fundação do Conselho Internacional de Arquivos foi a grande responsável por demonstrar às primeiras preocupações em relação a padronização na Arquivologia, o que ocorreu somente com o desenvolvimento das normas de descrição arquivística. Outro importante ambiente para debates em torno da necessidade de padronização são os eventos específicos da Arquivologia.

Outro autor que pertence a Arquivologia Clássica é Adolf Brenneke que também contribuiu com a Arquivologia, conforme destacado na próxima subseção.

2.2.1.4 Brenneke - arquivos: contribuição para a teoria e a história dos arquivos europeus

Adolf Brenneke é um arquivista alemão, cuja obra foi publicada em 1953 denominada *Arquivos: contribuição para a teoria e a história dos arquivos europeus* (tradução nossa)². Um aluno foi o responsável pela publicação da obra de Brenneke que ocorreu após oito anos de sua morte. Sua contribuição em relação a Arquivologia foi baseada na discussão da teoria da Arquivologia em relação aos arquivos alemães, onde os princípios básicos da Arquivologia

² Archivkunde: ein Beitrag zur Theorie und Geschichte des Europäischen Archivwesens (1953)

foram considerados pelo autor: proveniência, ordem original, organicidade e o conceito de arquivo.

O conceito de arquivo para o arquivista alemão é o

[...] conjunto de papéis e de outros documentos constituídos por pessoas físicas ou jurídicas no curso de sua atividade prática ou legal e que, como fontes documentais e provas do passado, se destinam à conservação permanente em um determinado local (BRENNEKE, 1953, p. 125, tradução nossa).

Brenneke foi um dos autores a considerar a necessidade de centralização dos arquivos. A partir dessas ideias o acesso às informações foi facilitado, por estas estarem em um único lugar. Outro ponto que é destacado pelo autor (1953) é que a centralização dos arquivos também contribuiria em relação ao processo de avaliação documental.

Certamente, todos os autores que foram citados anteriormente contribuíram para o desenvolvimento da Arquivologia, pois através de suas publicações é possível compreender a natureza e a função dos arquivos. Além disso, por meio das reflexões de cada autor pode se perceber o desenvolvimento da Arquivologia, a solidez de seus princípios. Considera-se, portanto, que todos estes trabalhos contribuíram com a teoria e com a prática na Arquivologia, promovendo a consolidação da área.

A Arquivologia clássica tem como premissa realizar o controle dos documentos, por esta razão é que surgem os princípios basilares da área, tais como a proveniência e a ordem original.

Sobre esse período, relatamos as considerações de Costa e Roncaglio (2020, p. 4):

Este período clássico foi marcado principalmente pela disseminação do princípio da proveniência e dos seus desdobramentos, do conceito de documento de arquivo e pela idealização da ideia de organicidade, a partir da publicação e divulgação de manuais que passariam a ser considerados clássicos para a Arquivologia.

Esse período é então marcado pela autonomia da Arquivologia por meio consolidação de seus princípios e técnicas. A partir do estabelecimento dos princípios que norteariam a área, novas formas de tratamento são desenvolvidas para a documentação. A maneira de tratar os documentos de arquivo é um dos fatores que diferencia a Arquivologia de outras áreas do conhecimento científico.

A próxima subseção, aborda questões de um outro período da Arquivologia, conhecido como Arquivologia Moderna. Assim como na Arquivologia Clássica, buscamos trazer nessa

seção os autores que ganharam destaque nesse período, cujas ideias constituem-se como marcos.

2.2.2 Marcos da Arquivologia Moderna

Diante do volume de documentos que se acumulavam pelas instituições, os arquivistas sentiram a necessidade de pensar em meios para tratar essa massa documental. É nesse contexto que surge a necessidade de verificar quais conjuntos de documentos poderiam ser eliminados e quais deveriam permanecer nos arquivos.

Nesse período nasce a teoria do ciclo vital (arquivo corrente, intermediário e permanente). Nesta teoria, os documentos eram classificados de acordo com a frequência do uso.

Um importante ganho para o desenvolvimento das práticas e teorias da Arquivologia, foi a fundação do Arquivo Nacional dos Estados Unidos (*National Archives of the United States*), no ano de 1934.

Schellenberg foi um dos primeiros autores a tratar sobre a classificação, sendo considerado o pai da classificação na Arquivologia, assim, a próxima seção destina-se a compreensão do autor e de sua importância para a área.

2.2.2.1 Schellenberg - arquivos modernos: princípios e técnicas

Um ano após a sua fundação, o Arquivo Nacional dos Estados Unidos convidou o especialista Theodore Roosevelt Schellenberg para trabalhar na instituição.

No ano de 1956 é publicada uma importante obra para a Arquivologia: *Arquivos Modernos - princípios e técnicas*, do norte americano Theodore Roosevelt Schellenberg, cuja obra divide-se em três partes: 1) Introdução (importância dos arquivos, natureza dos arquivos, paralelo entre biblioteca e arquivo, interesses do arquivo de custódia na administração dos arquivos correntes); 2) Administração de arquivos correntes (pontos essenciais da administração de arquivos correntes, controle da produção de documentos, princípios da classificação, sistemas de registro, sistemas americanos de arquivamento, destinação dos documentos); 3) Pontos essenciais da administração de arquivos de custódia, avaliação dos documentos públicos modernos, preservação de documentos, princípios de arranjo de arquivos, arranjo de papéis ou arquivos privados, descrição de arquivos públicos, descrição de papéis ou arquivos privados, programa de publicações e serviço de referência.

Embora a obra tenha sido publicada no ano de 1956, foi traduzida apenas no ano de 1973 para o idioma português, sendo Nilza Teixeira a responsável pela tradução da obra.

Ressalta-se que tal publicação teve várias outras edições, sendo a mais recente pertencente ao ano de 2006. Schellenberg (2006) considera dois momentos distintos em relação aos arquivos. Para o autor (1973) o termo “*records*” refere-se aos documentos correntes e “*archives*” são aqueles documentos separados para a guarda permanente.

Um dos grandes marcos desse período da Arquivologia é a atividade de avaliação documental. Essa atividade propiciou lidar com o acúmulo dos documentos nas instituições, trazendo, subsídios para tratar o crescimento acelerado dos documentos.

Schellenberg (2006) é também o responsável por separar os documentos em valor primário e valor secundário. Sobre esse assunto, o autor destaca:

O valor primário é para o uso da própria entidade onde se originaram os documentos. [...] os documentos nascem do cumprimento dos objetivos para os quais um órgão foi criado – administrativos, fiscais, legais e executivos [...].

O valor secundário é para o uso das outras entidades e utilizadores privados, dividido em valor probatório – a prova que contém da organização e do funcionamento do órgão governamental – e valor informativo – a informação que contém sobre pessoas, entidades, coisas, problemas, condições etc. com que o órgão governamental haja tratado (SCHELLENBERG, 2006 p. 180-181).

Entende-se que o valor primário se relaciona com o valor probatório e/ou legal dos documentos. Esse valor considera os valores administrativos de uma instituição. Isso afeta de maneira direta em relação ao processo de avaliação documental, uma vez que a partir da avaliação, o documento é descartado ou recolhido para o arquivo permanente. Já o valor secundário é atribuído para os documentos cuja utilização é direcionada para outros fins tais como pesquisa e fonte histórica.

2.2.2.2 Brooks: quais princípios devemos preservar?

Outro autor que faz parte da Arquivologia Moderna é Philip Brooks. Brooks contribui com a Arquivologia em relação as atribuições dos valores que são agregados aos documentos. Após análise dos valores dos documentos verifica-se a possibilidade de aplicação da eliminação documental. Ressalta-se que a análise documental oferece subsídios para que os valores das informações sejam verificados, ou seja, valores legais, administrativos e históricos, dados importantes para a avaliação documental.

Os valores dos documentos foram abordados a partir da publicação de “*What records shall we preserve*”? no ano de 1975. Nesse livro, o autor trabalha com questões que evidenciam a vida dos documentos, de acordo com seus respectivos valores.

Para Brooks, os documentos possuem três categorias de valor, tais como a instituição de origem, o estudo da história administrativa da entidade produtora e a história em geral (ARAÚJO, 2013, p. 67). Essa divisão, evidencia a necessidade de avaliação documental, pois entender essas categorias contribui para que o arquivista tenha o embasamento necessário para avaliar os documentos custodiados nas instituições tendo, portanto, mais subsídios que auxiliarão na eliminação documental. Outro autor que também obteve destaque nesse período da Arquivologia é Posner.

2.2.2.3 Posner: arquivos do mundo antigo

Ernest Posner, arquivista alemão, também é considerado um autor da Arquivologia Moderna, sua atuação ocorreu principalmente no final do século XIX. Posner (1972) contribui com a Arquivologia ao considerar que a “manutenção de documentos constitui um aspecto importante da experiência da humanidade na sua organização; sem esses arquivos, na verdade, a história do nosso passado não poderia ser contada” (POSNER, 1972, p. 1, tradução nossa).

A obra de Posner foi publicada no ano de 1972, cujo título é “Arquivos no Mundo Antigo”. Para o autor (1972) os arquivos não seriam invenções novas, mas teriam existido em diversas civilizações ao longo da História.

A consolidação do ciclo vital dos documentos ocorreu devido a sua resposta em relação a desafogar os arquivos que estavam abarrotados de documentos. Dessa forma, o ciclo vital dos documentos possibilita a eliminação documental. Assim, a avaliação documental contribuiu para transformar a realidade dos arquivos.

2.2.2.4 Scott: Series system

Peter Scott trabalhou no arquivo de *Commonwealth* da Austrália em meados de 1966 e foi responsável por uma nova visão em relação a Arquivologia. Para o autor (1966), realizar a organização dos arquivos tendo como base o princípio de respeito aos fundos era complicado de ser adotado nos arquivos do governo australiano, devido às mudanças constantes que ocorriam junto aos órgãos do governo.

É comum que as estruturas dos órgãos governamentais mudem de acordo com o Governo eleito. Nesse cenário, é comum que ocorram mudanças: criação ou extinção de órgãos governamentais. Um ministério pode ainda passar a ser subordinado a outro órgão e esse tipo de mudança ainda é comum nos dias atuais, não apenas no governo australiano.

Cunningham (2007) menciona que o cenário de mudanças no governo australiano causava alguns transtornos, principalmente em relação a aplicação do princípio de respeito aos

fundos. Naquela época havia constantes realocações de funções entre um conjunto de unidades administrativas, agências governamentais e departamentos ministeriais extremamente instáveis (CUNNINGHAM, 2007, p. 80).

É diante destas dificuldades que, no ano de 1966, Scott apresenta uma nova forma de organização para os arquivos: o controle intelectual dos documentos de arquivo. Desse modo a classificação foi realizada pelas séries e não pelos fundos documentais.

Scott é o criador do que foi denominado de *series system*: sistema de séries. Sobre esse sistema, Schmidt (2012, p.161) destaca que se trata de

[...] um modelo que respeita o Princípio da Proveniência e, diferentemente dos americanos que trabalham com subgrupos baseados na estrutura administrativa, partem das Séries de documentos criadas pelas funções para então classificá-los (SCHMIDT, 2012, p. 161).

O sistema de series de Scott trabalha com a organização considerando o nível de series, não considerando a abordagem da organização a partir de subgrupos, sendo está a forma de organização adotada pelos arquivistas americanos.

Scott (1966) também faz duras críticas em relação ao modo como o princípio da proveniência era aplicado. Para o autor (1966) havia falhas quando a proveniência era compreendida através do agrupamento de documentos de forma física e descritiva. Por esta razão, o autor defende uma nova maneira de compreender esse princípio que seria a separação entre controle de documentos e controle do contexto. Costa Filho (2018, p. 42) caracteriza as particularidades desses dois controles:

Controle do contexto, que é alcançado por meio da identificação e do registro das entidades produtoras de documentos e de outras entidades que fazem parte do ambiente e da documentação das histórias administrativas e biográficas daquelas entidades, suas responsabilidades funcionais e suas relações umas com as outras e com os sistemas de arquivamento por elas mantidos;
Controle dos documentos, que é obtido por meio da identificação, registro e documentação das séries documentais e/ou dos itens que as compõem (COSTA FILHO, 2018, p. 42).

O controle do contexto leva em consideração quatro elementos: a) administração, b) órgão, c) família e d) pessoa. Scott (1966) por meio desses elementos traz uma importante contribuição, o autor considera como arquivo, os arquivos pessoais. Algo que não era muito comum, uma vez que a preocupação era contribuir com a diminuição da massa documental que pertencia a administração e órgãos governamentais.

A ideia de Scott (1966) pode ser considerada como ousada. Para muitos arquivistas de outros países, Scott não foi bem visto, afinal mudar uma base que há tempos estava sendo utilizada pelos arquivos no que tange a descrição dos documentos foi, sem sombra de dúvidas, algo que trouxe grande impacto. A ousadia de Scott em relação a uma nova maneira de descrever os documentos pode ser apontada por meio do artigo *The record group concept: a case of abandonment?* no periódico *The American Archivist*, no ano de 1966.

Além da consolidação das práticas na Arquivologia, do princípio de respeito aos fundos, considera-se também que mudar a prática da Arquivologia esbarraria em outro fator, nas Normas Internacionais de Descrição Arquivística onde, anos mais tarde, foram desenvolvidas considerando o fundo como elemento norteador da descrição nos documentos de arquivo.

Os arquivistas australianos têm sempre uma visão bastante peculiar em relação ao tratamento que pode ser oferecido aos documentos. Scott (1966) mesmo com documentos ainda no suporte analógico, entende que a Arquivologia pode realizar a aplicação de suas práticas através de outras práticas não tão convencionais quanto os subsídios oferecidos pela Arquivologia clássica e moderna.

Nesse sentido, a próxima seção foi desenvolvida abarcando mais uma fase da Arquivologia: a Arquivologia Pós-Moderna, que também apresenta novas maneiras de tratar a informação arquivística, principalmente devido às suas relações com os suportes digitais.

2.2.3 Marcos da Arquivologia Pós-Moderna

As novas tecnologias digitais afetaram as formas de comunicação, assim como contribuiu para que novos suportes documentais fossem gerados. É neste cenário que a Arquivologia sente a necessidade de reavaliar sua base metodológica, desde os conceitos, princípios e métodos. Ribeiro (2002, p. 103) esclarece que:

O conceito “estático” de documento, que significa a fixação inexorável da informação a um suporte físico, também ele se começa a revelar inconsistente para materializar o objeto da Arquivística num contexto em que, afinal, é perfeitamente aceitável que a informação pode ser pensada e conhecida independentemente do suporte em que está registrada.

Então, o objeto da Arquivologia que antes dos avanços das tecnologias digitais voltava-se para o tratamento informacional em relação ao suporte analógico, sofre mudanças significativas, pois o tratamento informacional da área precisar dar suporte para os documentos que estão no suporte digital.

A Arquivologia Pós-Moderna origina-se no Canadá, onde também é chamada de Arquivologia Funcional. Essa teoria parte do princípio de que é necessário que a área reavalie seus princípios, conceitos, práticas e métodos, para que seja possível oferecer tratamento para os documentos que estão sendo produzidas no suporte digital.

A mudança de suporte afeta não apenas a organização, representação e acesso à informação, essas mudanças “trata-se de uma perspectiva teórica que propõe uma viragem das preocupações da Arquivologia, da ênfase nos documentos e seu conteúdo para o seu contexto”, conforme reflete Araújo (2013, p. 46).

Autores como Silva e Silva (2016, p. 102) também refletiram em relação à essa nova abordagem da Arquivologia:

Com efeito, na perspectiva da Arquivística pós-moderna ou pós-custodial a informação e os arquivos têm outras características, uma vez que muda o seu caráter intrínseco, pois nessa nova visão informacional os arquivos, parecem com novos aportes teóricos, principalmente com tecnologia no início dos anos de 1990.

A revisão da área ocorre para verificar se esses pilares são capazes de sustentar novas informações que surgem no suporte digital. Talvez, seja esse o elemento que difere a Arquivologia Pós Moderna, da Arquivologia Clássica e da Arquivologia Moderna. Alguns autores ganham destaque na Arquivologia pós-moderna, conforme destacado nas próximas seções.

2.2.3.1 Cook: Arquivologia Funcional ou Arquivologia Pós-Moderna

Terry Cook é um dos nomes que ganham destaque na Arquivologia Pós-Moderna. Para o autor (2012), o discurso arquivístico teórico é a mudança do produto para o processo, da estrutura para a função, dos arquivos para o arquivamento, do documento para o seu contexto.

Essa nova maneira de entender as mudanças ocasionadas pelas tecnologias digitais, é também reflexo de um mundo em mudanças, pois não há como negar que os meios políticos, econômicos, sociais e culturais afetam os arquivos (TERRY EASTWOOD, 1993). Na Arquivologia, os contextos em que os documentos foram produzidos são levados em consideração, pois oferecem elementos que serão fundamentais para o tratamento da informação.

Considerando-se que cada arquivo é único dentro de seu contexto de produção, concorda-se com Cook (2012) que os documentos são gerados para atender necessidades

específicas de cada instituição e, por esta razão, os documentos de arquivo diferem de uma instituição para outra, afinal cada instituição possui objetivos, missão e valores específicos.

Ressalta-se que os arquivistas também passam por transformações, afinal este profissional precisa se adequar às novas demandas desse novo suporte. Assim, Cook (2012) ressalta que, “uma profissão enraizada no positivismo do século XIX, para não dizer em diplomática anterior, pode ter aderido a conceitos e, portanto, resultando em estratégias e metodologias que não são mais viáveis em um mundo pós-moderno e informatizado” (COOK, 2012, p. 4).

As principais características da Arquivologia Pós-Moderna foram as mudanças ocasionadas devido ao impacto das tecnologias digitais. Nesse cenário Cook (2012, p. 147) destaca algumas mudanças:

Processo em vez de produto, se tornando em vez de ser, dinâmico em vez de estático, contexto em vez de texto, refletindo tempo e lugar em vez de absolutos universais: são estas agora as palavras de ordem pós-modernas para analisar e entender ciência, sociedade, organizações e atividades empresariais, entre outros. Elas deveriam também se tornar as palavras de ordem para a Arquivologia no século, e assim, o fundamento de um novo paradigma conceitual da profissão.

As tecnologias digitais afetaram as práticas da Arquivologia, fazendo com que o profissional tenha que se apropriar de novos conceitos e novas práticas. A área possui inúmeros desafios, dentre eles tem-se a reflexão sobre como preservar os documentos digitais³.

Em meio a um cenário de grandes mudanças, surgem questionamentos em relação a aplicação dos princípios que foram consolidados pelos autores da Arquivologia Clássica e da Arquivologia Contemporânea. O princípio da proveniência é um dos temas que são revisitados na Arquivologia Pós-Moderna. Esse princípio foi idealizado em uma época em que os documentos não possuíam o dinamismo que têm atualmente. A informação digital é dinâmica, não linear e são registradas em suportes acessíveis através do uso de equipamentos oriundos das tecnologias digitais, onde um documento pode ser acessado, ao mesmo tempo, por mais de um usuário.

Em relação às novas demandas advindas das tecnologias digitais, Santos e Flores (2016, p. 126) consideram:

³ Conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantindo acesso e interpretação dos documentos digitais pelo tempo que for necessário (CONARQ, 2011, p.131).

[...] que estas mudanças têm impacto direto no que tange a sua gestão, preservação e acesso, surge a necessidade de adequar os documentos digitais para o âmbito da arquivística. Para isto, criam-se teorias, e conceitos são redefinidos a fim de contemplar a realidade digital.

Além disso, para os arquivistas australianos a organização da informação na Arquivologia deveria levar em consideração a função dos documentos e não o órgão produtor.

O princípio da proveniência ganha destaque em relação aos seus próprios métodos, à criação de sua própria teoria, afastando definitivamente a Arquivologia de ser considerada apenas como auxiliar da história. Os autores Kuroki e Marques (2015, p. 137) reafirmam a importância do princípio da proveniência, pois:

[...] orienta a Arquivologia como disciplina, no âmbito da teoria aplicada na identificação do contexto de produção e acumulação de documentos, bem como na organização externa e interna dos fundos, de forma que reflitam as funções que representam e cumpram o seu papel de prova perante a sociedade (KUROKI; MARQUES 2015, p. 137).

Diante das reflexões de Kuroki e Marques (2015), o princípio da proveniência colabora para que não haja alteração em relação a integridade dos documentos, devendo os documentos permanecerem unidos. Cook (2012, p. 4-5) relata como as tecnologias digitais foram capazes de afetar o princípio da proveniência:

No coração do novo paradigma está uma mudança que deixa de visualizar documentos como objetos físicos estáticos, e passa a entendê-los como conceitos dinâmicos virtuais; que não mais olha para documentos como produtos passivos da atividade humana ou administrativa e considera os próprios documentos como agentes ativos na formação da memória humana e organizacional; também muda a visão do contexto da criação de registros dentro de organizações hierárquicas estáveis para situá-los em redes horizontais fluídas de funcionalidade de fluxo de trabalho.

A visão de pós modernidade também pode afetar o ciclo vital dos documentos, porque, para a Arquivologia Pós-Moderna, as informações são dinâmicas, não lineares e não engessadas. Por essa razão, existem divergências em relação ao ciclo vital dos documentos, em tempos de grandes volumes e acesso informacionais é ainda possível considerar o ciclo vital dos documentos diante dos avanços das tecnologias digitais?

Para a Arquivologia Pós-Moderna, as informações são criadas, manipuladas, acessadas, transmitidas de forma muito dinâmica e, por esta razão, existe a necessidade de revisão em relação as formas de aplicação dos princípios da Arquivologia.

Sobre este assunto, Costa Filho (2018, p. 83) faz a seguinte consideração:

O ciclo vital dos documentos e a teoria das três idades passam a sofrer com incertezas e questionamentos no que se refere à sua integral aplicação às novas formas de produção, uso e disseminação de documentos, sobretudo no que tange aos documentos digitais.

Ainda em relação ao ciclo vital dos documentos, Nascimento, Moro-Cabero e Valentim (2017), baseadas em An (2003), apontam outras diferenças: a) Qualidade e quantidade em vez de quantidades isoladas; b) Formas de pensamento positivas, dinâmicas e coesivas em vez de formas diferentes ou passivas; c) Nas estruturas de políticas integradas e não fragmentadas; d) No controle integrado da implementação e auditoria de políticas, em vez de no controle separado do descontrole; e) Em abordagens integradas multidisciplinares e não díspares para a resolução de problemas; f) Em atender às necessidades heterogêneas e cambiantes das comunidades específicas de usuários por meio da colaboração em vez de duplicação ou sobreposição.

A Arquivologia, que ainda não conseguiu resolver todos os problemas relacionados com as massas documentais acumuladas nas instituições, passa a ter mais um novo desafio: realizar o tratamento informacional adequado em relação às informações digitais. Esse novo desafio não significa que a área precise abandonar os documentos analógicos, ao contrário, significa que a área precisa acompanhar as novas tendências das tecnologias, sem esquecer da necessidade de melhorar a realidade dos arquivos físicos, que ainda são muito comuns nas instituições.

Os documentos analógicos podem diferenciar dos documentos digitais, principalmente quando consideramos que os documentos digitais são produzidas com maior velocidade. Além disso, são acessadas de forma mais dinâmica e precisam ter maior controle em relação aos aspectos de preservação, de autenticidade e fidedignidade. É necessário avaliar quais serão os métodos escolhidos para garantir que tais documentos possam ser acessados independente do tempo.

Por esta razão, uma das grandes críticas da Arquivologia Pós-Moderna em relação à Arquivologia Clássica e à Arquivologia Moderna é analisar se essas teorias conseguiriam dar sustentação para os documentos digitais. Conforme tratado anteriormente, os documentos

digitais possuem particularidades que devem ser consideradas em relação ao tratamento da informação.

Cook (2001a, p. 7) retrata que a era pós-moderna considera:

O contexto por trás do texto, as relações de poder que moldam a herança documental, e de fato, a estrutura do documento, sistema residente de informação e convenções narrativas são mais importantes do que o objeto e seu conteúdo. Nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. Tudo é moldado, apresentado, representado, reapresentado, simbolizado, significado, assinado, construído.

Segundo Cook (2012, p. 4) “o papel da ciência arquivística em um mundo pós-moderno desafia arquivistas, em todos os lugares, a repensar sua disciplina e prática”, por essa razão, a Arquivologia Pós-Moderna é um convite para que a área revise sua construção teórico-metodológica.

Cook (2012) também discute um outro princípio basilar da Arquivologia, o princípio de respeito à ordem original. Nesse princípio, os documentos analógicos devem ser mantidos na mesma ordem em que foram produzidos. Em relação aos documentos digitais, a ordem original não deixa de existir, porém neste cenário, a ordem original estará atrelada às formas de acesso e uso da informação digital. Cook (2001, p. 21, tradução nossa) relata que “os documentos são combinados intelectualmente e funcionalmente, de formas diferentes, para objetivos diferentes, em lugares e horas diferentes, em vários tipos, por pessoas diferentes”.

Diante das considerações de Cook (2012) nota-se uma nova movimentação na Arquivologia Pós-Moderna: a) a informação não está mais fixada em um suporte (analógico), b) informações não são estáticas, mas sim dinâmicas; c) as formas de armazenamento das informações podem ser variadas, d) o acesso pode ser realizado por mais de um usuário e, isso pode ocorrer ao mesmo tempo, sem haver a necessidade de o usuário estar no mesmo local onde as informações estão armazenadas. Desse modo, Cook (2012, p. 145) considera que: “[...] o documento arquivístico não é mais um objeto passivo, um “registro” de evidência, mas um agente ativo desempenhando um constante papel nas vidas dos indivíduos, organizações e sociedade”.

As transformações sofridas pela sociedade influenciam os arquivos, já que este espaço deve guardar de maneira adequada os documentos que representam as transformações ocorridas em um determinado momento. Dessa maneira, os arquivos são os responsáveis por custodiar diversos tipos de informações, sejam essas políticas, econômicas, sociais, culturais. Estas

informações devem ser tratadas para estar disponíveis para sociedade e instituições, garantindo um adequado acesso à informação.

A sociedade atual passa por transformações que poderão ser compreendidas no futuro. Os documentos possibilitam entender como essas mudanças refletiram na ação, no pensamento e na maneira de se comunicar da sociedade. Todas essas mudanças serão certamente relatadas pelos documentos que compõem os arquivos. Tais documentos podem ser produzidos pela sociedade, instituição, família, indivíduo, entre outros. Muitos são os aspectos tratados pela Arquivologia Pós-Moderna, essa corrente traz perspectivas que fazem a área refletir sobre a aplicação de seus princípios e métodos, pois não há como considerar que os documentos analógicos e os documentos digitais devem ser tratados da mesma forma.

2.2.3.2 *Duranti: Diplomática Arquivística (Contemporânea e Moderna)*

Luciana Duranti é uma pesquisadora que trabalha com questões relativas à Diplomática. Duranti exerce o cargo de diretora do projeto InterPARES que é voltado para os aspectos de preservação a longo prazo dos documentos eletrônicos autênticos.

A diplomática surge no século XVII para investigar a autenticidade dos documentos eclesiásticos. Nesse período, a Diplomática era conhecida como Diplomática Clássica, uma vez que, sua abrangência era em relação aos documentos eclesiásticos.

O grande marco da Diplomática é o Manual *De re diplomática libri VI*, do autor Jean Mabillon, publicado em Paris, no ano de 1681. Duranti (2009) menciona que esse manual é o responsável pelo estabelecimento dos princípios e métodos para a crítica documental.

Duranti e Macneil (1996) refletem que embora a Arquivologia e a Diplomática possuam o mesmo objeto de estudo existe uma diferenciação entre as áreas. Para a Arquivologia, os documentos de arquivo são considerados como entidades individuais, afinal cada documentos assume um caráter único dentro de seu contexto de produção. Já para a Diplomática, o documento de arquivo é considerado como um conjunto documental.

Para compreender o conjunto documental, a Diplomática propõe um novo método de estudo: a tipologia documental. Sobre essa tipologia Tognoli (2010, p. 90-91) esclarece que:

[...] por meio da análise tipológica, o arquivista pode identificar a função do documento e seu contexto de produção, focando sua análise na evidência, a partir de seus elementos formais, independentemente de outras fontes alternativas, como os organogramas e regimentos. A análise é feita de baixo para cima, a partir da peça documental (bottom-up diplomatic analysis), do documento individual.

A partir das considerações de Tognoli (2010), a diplomática faz desdobramentos que recaem sobre o contexto de produção dos documentos, considerando as funções, competências e atividades da entidade produtora/acumuladora (BELLOTTO, 2004).

A partir dos estudos da tipologia documental, os arquivistas podem chegar à compreensão dos conjuntos documentais, assim, essa tipologia pode ser considerada como um método seguro de trabalho.

Duranti (2009) considera que os princípios e conceitos basilares da Arquivologia, tais como a proveniência, ordem original e o conceito de fundo, não precisam sofrer nenhum tipo de alteração para dar conta das novas especificidades de informação da área. Nesse ponto, observa-se que Durante (2009) não tem a mesma visão de Cook (2012), uma vez que defende a necessidade de manter os princípios e métodos dos primeiros manuais da área.

As tecnologias digitais contribuíram para que houvesse mudanças nas práticas e métodos da Arquivologia, afinal para atender as particularidades dos documentos digitais, os arquivistas precisariam de uma forma de trabalho que abarcasse essa nova realidade. Somando-se a isso, é necessário garantir que estas informações possam ser acessadas, independentemente do tempo e do tipo de sistema de armazenamento (software).

2.2.3.3 Thomassen: Arquivologia Pós-Custodial

Theo Thomassen também defendeu a ideia de que a Arquivologia passava por um novo paradigma e que “apesar de considerar uma tarefa muito difícil, os arquivistas deveriam estar preparados para correr o risco de estabelecer os novos fundamentos desse paradigma” (THOMASSEN, 1999, sem paginação, tradução nossa), dessa forma, a área poderia sofrer mudanças em relação ao seu objeto de estudo, aos seus métodos e em relação às suas técnicas.

Thomassen (2006, p. 6) considera que os arquivos:

São compostos por informação vinculada a processos, isto é: informação gerada e estruturada por processos de trabalho. Qualquer arquivo é formado por informação gerada e estruturada por processos de trabalho funcionalmente inter-relacionados. Um sistema de gerenciamento arquivístico é desenvolvido para estabelecer, manter e explorar a ligação entre estes processos de trabalho e a informação que geram, a fim de otimizar os potenciais informacionais decorrentes de suas relações.

O autor explica que a mudança de paradigma ocorreu na Arquivologia por influência das tecnologias digitais:

Em nosso caso, o assombroso desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação deu origem a novas ideias, as quais, num certo ponto, não podem ser ignorados às tradições existentes [...]. No início dos anos 1980 ficou claro que os computadores afetariam tremendamente o mundo arquivístico, mas a maioria dos arquivistas ainda considerava o computador como uma simples ferramenta técnica (THOMASSEN, 1999, p. 7, apud FONSECA, 2005, p.58).

Para Fonseca (2005, p. 59), “o objeto da arquivologia, na perspectiva de um novo paradigma, desloca-se do ‘arquivo’ para a informação arquivística, ou a informação registrada orgânica”. A informação arquivística é aquela produzida, recebida e acumulada por uma instituição em decorrência de suas funções e atividades

De acordo com as considerações de Thomassen (1999) percebe-se que o novo paradigma da Arquivologia não se refere apenas a uma mudança de suporte, isto é, do analógico para o digital. É necessário considerar que esta mudança de paradigma tem como foco os documentos em suas dimensões lógica e dinâmica. Essa visão ampla também permite o foco nos documentos físicos e estáticos. Dentro da Arquivologia pós moderna, os métodos e técnicas do paradigma clássico ainda são válidos (THOMASSEN, 1999).

O autor (1999) considera que a Arquivologia assume papel enquanto ciência apenas a partir das inferências das tecnologias digitais. Nesse sentido, explica que antes da publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses, a área não poderia ser considerada como ciência, mas deveria ser considerada como ciência auxiliar da História. Assim, a Arquivologia é vista como ciência em seu período pós-moderno, à medida que caminha para se tornar uma ciência autônoma (THOMASSEN, 1999).

Além de considerar que Arquivologia passa por uma mudança de paradigma, Thomassen (1999) avalia que o princípio da proveniência e da ordem original devem ser utilizados para a organização dos arquivos.

Além de Duranti (1994) e Thomassen (1999), outros autores, tais como Carol Couture (1998) e Jean-Yves Rousseau (1998) também tiveram destaque na Arquivologia Pós-Moderna. Os autores fazem parte da escola canadense francesa, que surgiu na década de 1980 e, por isso, foram tratadas na próxima subseção.

2.2.3.4 Couture; Yves-Rousseau: Arquivologia Integrada

Arquivologia Integrada pressupõe uma nova forma de tratamento das informações. Rousseau e Couture (1998) defendem uma Arquivologia que se preocupa com o tratamento da

informação desde seu nascimento (produção) até seu destino final (eliminação ou guarda permanente).

Por essa razão, a Arquivologia Integrada pressupõe três objetivos: a) garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo e permitir assim uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e secundário; b) permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização de arquivos e, c) integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 70).

Barros (2010, p. 119) explica que “não existe separação entre arquivos administrativos e históricos, e que os valores dados em primeira e segunda instância aos documentos estão inter-relacionados e que se complementam”.

A Arquivologia Integrada entende que o tratamento da informação deve ser aplicado desde o momento em que o documento foi produzido. Essa intervenção contribui com o processo de gestão dos documentos. Dessa forma, torna-se possível avaliar, classificar e descrever o documento desde o primeiro ciclo: a fase corrente.

A Arquivologia Integrada visa possibilitar um melhor acesso às informações e, para que isso ocorra, é necessário oferecer tratamento informacional adequado desde a fase corrente. Dessa forma, o arquivo é estruturado e organizado atendendo às necessidades dos usuários e da própria instituição.

Em relação aos princípios basilares da Arquivologia, assim como Thomassen (1999), Carol Couture e Jean-Yves Rousseau (1998) também consideram o princípio da proveniência e o princípio do respeito aos fundos, para a organização das informações. Esses autores (1998, 1999) consideram que o novo paradigma da Arquivologia está relacionado ao objeto de estudo da área. Além disso, os autores valorizam os conceitos de informação orgânica: “aquela que é elaborada, enviada ou recebida no âmbito da missão da organização” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 64-65).

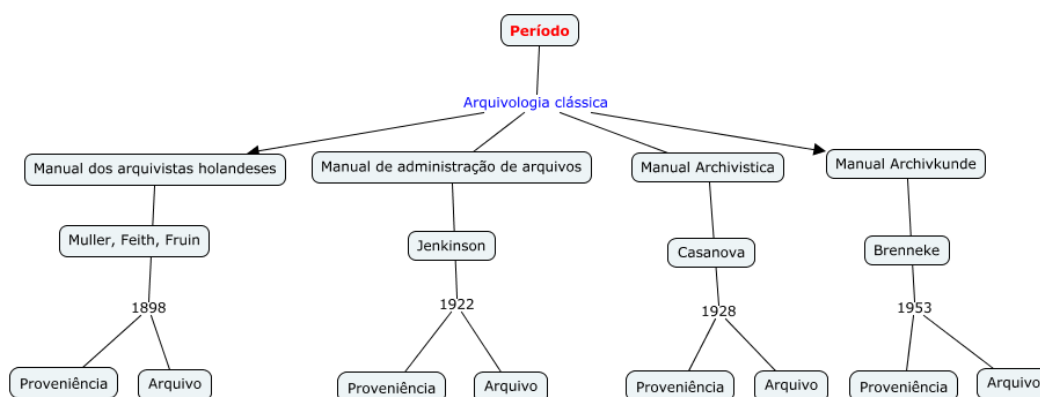
A compreensão do desenvolvimento, aperfeiçoamento e desenvolvimento de uma área é fundamental para conhecer sua estruturação através do tempo. A transformação que a área passou, como ocorreu a sua organização são fundamentais para o estabelecimento e solidez da área e de seu objeto científico.

As transformações trazidas em cada período da Arquivologia são fundamentais não apenas porque demonstram como a área se modificou, mas são importantes fontes históricas porque demonstram as renovações que a área passou para possibilitar um melhor tratamento informacional. Tais mudanças contribuem para o desenvolvimento epistemológico da área.

Essa seção preocupou-se em demonstrar o desenvolvimento da Arquivologia, suas origens, seus princípios, suas características e seus períodos de forma a demonstrar o processo de desenvolvimento e evolução da área diante das transformações decorridas no tempo. Através do percurso histórico torna-se possível entender o Saber e o Fazer da área, é possível verificar como a área deixou de ser uma ciência auxiliar da História, ganhando espaços como área do conhecimento científico autônoma, com definição de seu objeto de estudo: a informação registrada, independentemente do suporte em que essa informação esteja afixada.

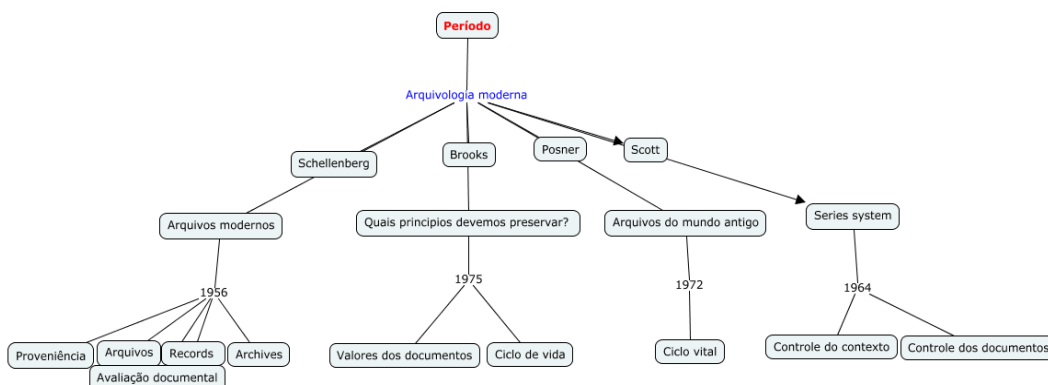
Com o objetivo de apresentar uma síntese em relação aos períodos da Arquivologia discutidos, foram desenvolvidos três mapas conceituais que têm por finalidade demonstrar as características mais relevantes de cada período. Todos os mapas conceituais abrangem os autores e as publicações mais relevantes da área em relação à cada período. Destacam-se também os anos de cada publicação e as características de cada período. Os mapas conceituais foram desenvolvidos com o recurso do software *CmapTools*.

Figura 1 - Arquivologia clássica

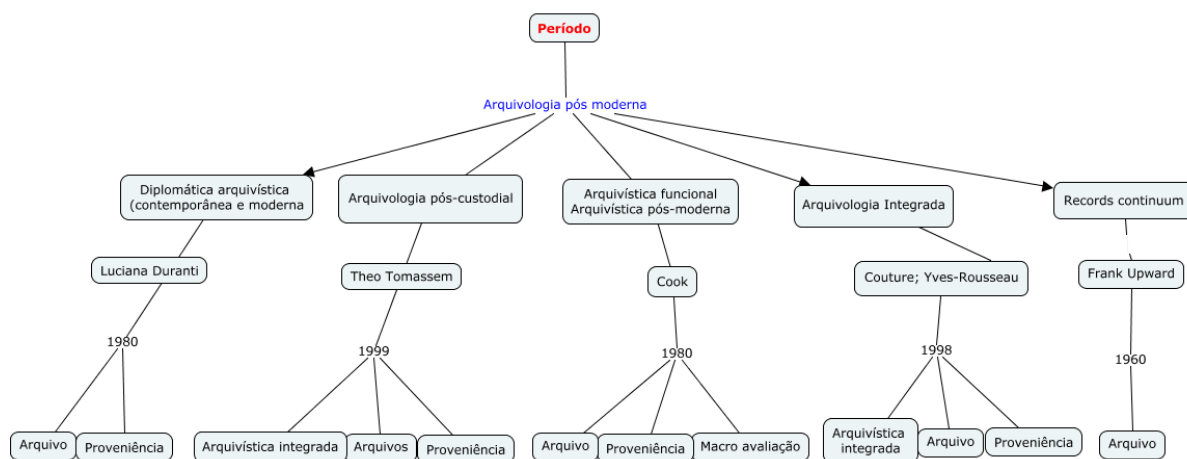


Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Figura 2 - Arquivologia moderna



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 3 - Arquivologia pós-moderna

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme destacado no decorrer desta seção, a Arquivística foi dividida em três períodos, sendo que cada um dos períodos demonstrou o desenvolvimento e solidez da área. O estudo em relação aos períodos da Arquivologia foi fundamental para que fosse possível compreender em qual período surge o Modelo RC que poderá subsidiar, conforme a proposta desta tese, o desenvolvimento de um tesauro funcional específico para a Arquivologia.

Dessa forma, constatou-se que o Modelo RC surgiu no período da Arquivologia Pós-Moderna, período que se destaca pela preocupação em relação ao tratamento dos documentos digitais. Embora o Modelo RC tenha sido criado para subsidiar o tratamento das informações digitais, nota-se que tal modelo tem muito a agregar no que tange ao desenvolvimento de um tesauro funcional que abarque todo o processo documentário da Arquivologia, afinal, para o RC a informação é linear não sendo sedimentada em ciclos, como defendem os autores da Arquivologia clássica e moderna.

Considerando-se a proposta desta pesquisa, relativa à identificação dos requisitos metodológicos para o desenvolvimento de um tesauro que seja específico para a Arquivologia, considerou-se a necessidade de um maior aprofundamento na análise do modo como a área tem trabalhado com o modelo do RC, vale destacar, que os tesauros funcionais ganham destaque nesta teoria.

Por essa razão, a próxima subseção foi desenvolvida de forma a abarcar maiores informações a respeito do idealizador desse modelo, Frank Upward.

2.2.3.5 Upward: Records Continuum

O modelo denominado como “*Records Continuum*” (RC), desenvolvido por Frank Upward, advém dos trabalhos dos arquivistas australianos e nasce em meados da década de 1990. O RC tem origem na necessidade de buscar formas de tratamento informacional que fossem eficientes em relação aos documentos digitais, pois não há como negligenciar que os avanços das tecnologias digitais têm ocasionado grandes impactos na produção, na organização, no acesso e no uso das informações.

Conforme tratado na seção anterior, a Arquivologia passa por grandes mudanças em relação ao seu objeto de estudo. Conforme expõe Alvarenga (2003, p. 38):

Com a rapidez com que os conhecimentos e novas tecnologias avançam, o presente século usufruirá certamente de inúmeras inovações que interferirão diretamente nos processos de reconhecimento, codificação, transmissão e recuperação de conhecimentos.

A Arquivologia começa a reavaliar seus métodos e práticas devido, em parte substancial, às imposições acarretadas pelas informações digitais, que ultrapassam as barreiras de espaço e de tempo. O tratamento das informações digitais deve prever alguns fatores: a) autenticidade, b) fidedignidade, c) obsolescência tecnológica, d) preservação, dentre outros fatores que podem atuar como empecilhos em relação à recuperação da informação. Em meio às particularidades das informações digitais, há um novo modelo que ganha destaque: o *Records Continuum* com a “promessa” de trazer subsídios para o tratamento dessas informações.

O RC origina-se na Austrália e, para a corrente australiana esse modelo subsidia o tratamento informacional de uma maneira unificada, contínua e não linear (SILVA; SANTOS, 2019). Essas características são fundamentais no contexto das informações digitais porque as informações são dinâmicas e fluem rapidamente em relação à produção, à recuperação e ao acesso.

Um dos primeiros autores a trabalhar com a ótica do RC foi Frank Upward em 1996, contando com a colaboração de Livia Iacovino e Sue Mckemmish. Upward pode ser considerado o idealizador desse modelo; praticamente todos os trabalhos sobre o RC citam este autor. O idealizador do Modelo do RC, Frank Upward, juntamente com Sue Mckemmish, consideram que:

O documento de arquivo pode ser mais bem conceituado como informação registrada resultante de transações – ele é criado naturalmente no curso de transações de qualquer tipo, seja por governos, empresas, organizações

comunitárias ou indivíduos particulares. (MCKEMMISH; UPWARD, 1990, apud MCKEMMISH et al., 2005, p. 25, tradução nossa).

O RC é representado a partir de um modelo que, para os arquivistas australianos, atenderia as novas particularidades das informações digitais. Tal modelo está representado na Figura 4, na qual se pode identificar quatro eixos: a) eixo *recordkeeping*; b) eixo da evidência; c) eixo da transação e d) eixo da identidade.

Figura 4 - Modelo do Records Continuum



Fonte: Costa Filho (2016, p. 141) baseado no diagrama *Records Continuum* (UPWARD, 1996)

Cada um dos eixos é responsável por uma transação dentro do modelo RC. Upward (2010, p. 8, tradução nossa) os define da seguinte maneira:

a) eixo Transação - refere-se a registros como produtos de atividades; b) eixo Identidade - refere-se às autoridades pelas quais os registros são feitos e mantidos, incluindo sua autoria, estabelecendo particularidades dos atores envolvidos nos atos de criação de registros, o empoderamento dos atores e sua identidade perspectivas sociais e culturais mais amplas; c) eixo Evidência - refere-se aos registros como prova, [em um rascunho inicial, este eixo foi intitulado como eixo “integridade e continuidade”] e, d) eixo *recordkeeping* - refere-se aos meios que criamos para armazenar registros.

Os pilares do RC foram elaborados para contribuir com o tratamento informacional dos documentos digitais, contemplando desde o momento em que as informações são produzidas

até a sua recuperação. A etapa de recuperação deve garantir que estas informações estejam acessíveis, independentemente do tempo, lugar, espaço, tipo de armazenamento e usuário. Embora não seja escopo desta pesquisa, entende-se que, refletir sobre os aspectos da preservação digital⁴ torna-se fundamental para os documentos digitais.

Em relação a estes pilares, Silva e Santos (2019, p. 145) os caracterizam por suas dimensões do seguinte modo:

- 1) Primeira dimensão - Criar: Documentos são reflexos de um ato do qual formam parte;
- 2) Segunda dimensão - Capturar: Documentos possuem valor probatório, vinculados às transações, comunicações, atos ou decisões que documentam, em seu contexto social;
- 3) Terceira dimensão - Organizar: documentos são organizados sob técnicas arquivísticas;
- 4) Quarta dimensão - Pluralizar: documentos como memória (quando não houver restrição pré-determinada) devem ser acessíveis.

Upward (1996) retrata o que os quatros eixos do modelo do RC significam e como eles podem se relacionar com a Arquivologia. Para tal visualização, optou-se por demonstrar as informações em forma de quadro. O Quadro 2 descreve o que cada eixo abarca.

Quadro 2 - Descrição dos eixos do modelo do *records continuum*

Eixo1- <i>recordkeeping</i>	Trata dos meios utilizados para o registro de informações sobre atividades humanas. Suas coordenadas compreendem documento, documento arquivístico, arquivo e arquivos. O documento consiste em uma representação de uma ação. O documento, ainda que não comunicado, ou caso já tenha sido, não apresenta formas para se identificar seu contexto de comunicação, exceto pelo conteúdo, contexto e estrutura do próprio documento.
Eixo 2- evidência	Corresponde aos vestígios das ações, na evidência que os documentos podem fornecer e nas implicações exercidas na memória institucional e coletiva
Eixo 3- transacional	Apresenta ato, atividades, funções e missões como coordenadas
Eixo 4- identidade	Representando pelos responsáveis pela produção e uso de documentos- atores, unidade organizacional a que o autor está associado, a organização a qual a unidade organizacional está associada e a instituição, que consiste na maneira como as identidades dos demais elementos são institucionalizados e possuem um amplo reconhecimento social.

Fonte: Baseado em Costa Filho e Barbosa (2018) e Upward (1996)

Analisando o Quadro 2, destaca-se que:

⁴ A preservação digital consiste na atividade de garantir o acesso à informação em meio digital, mantendo a sua integridade e autenticidade (SANTOS; FLORES, 2015, p.90).

- a) o eixo 1 aborda um dos princípios basilares da área: a organicidade e também considera o contexto em que os arquivos estão inseridos;
- b) o eixo 2 não apresenta nenhuma característica em relação aos princípios da Arquivologia tradicional, pois aborda questões relacionadas ao conceito de *record continuum*. Esse eixo se refere ao sistema de séries que foi adotado por Peter Scott (1966), conforme discutido na seção sobre a Arquivologia Moderna;
- c) o eixo 3 denota que os documentos arquivísticos surgem com o propósito de criar as relações entre os documentos e, somado a isso, estes documentos relacionam-se com a missão de cada organização;
- d) o eixo 4, assim como o eixo 1, aborda um dos princípios basilares da Arquivologia, a proveniência, cujo objetivo é manter o vínculo entre os documentos, ou seja, os documentos que são originados de um mesmo órgão, devem permanecer juntos, sem se misturar a outros documentos.

Após a explanação do que cada eixo significa, elaborou-se um novo quadro que objetiva apresentar como a Arquivologia se enquadra em cada um dos eixos propostos por Upward. Dessa maneira, apresenta-se o Quadro 3.

Quadro 3 - Relações existentes entre os eixos do modelo *Records Continuum* em relação a Arquivologia

Relações dos eixos de Upward com a Arquivologia			
Eixo 1 Relaciona-se ao documento arquivístico, onde este liga-se com outros documentos-dotados pela organicidade.	Eixo 2 Upward (1996) faz menção à abordagem australiana de continuum desenvolvida na década de 1950- controlar os documentos, agregando-lhes evidência e promovendo a memória das instituições.	Eixo 3 Os documentos são registros de atividades desempenhadas, transações, para a condução de negócios e essas atividades criam relações entre os documentos.	Eixo 4 Upward (1996) assinala que esse é o eixo da proveniência, responsável pelos dois principais temas da Arquivologia, a noção de que os documentos devem estar ligados a um criador e de que os documentos refletem as autoridades e responsabilidades que apoiam um ato.

Upward (1996) considera o contexto de criação dos documentos.	Responsável pela abordagem dos <i>continuum</i> seria Peter Scott através do sistema de <i>series system</i> .	As funções de uma instituição podem ser desdobradas em subcategorias-funções, atividades e atos.
Os documentos pertencem a inúmeras instituições, seja pela transparência espacial ou temporal entre as instituições.		Já a missão está relacionada às funções de uma instituição a partir de uma perspectiva social mais ampla.

Fonte: Adaptado de Costa Filho (2018) e Upward (1996)

An (2003, p. 26, tradução nossa) explica que a “[...] justaposição do *records continuum* sobre os modelos de Ciclo de Vida está no fato de que o primeiro supera o segundo no que tange a gestão de documentos eletrônicos”.

A partir das considerações de An (2003), observa-se que o modelo RC surgiu para subsidiar uma nova realidade informacional que se originou com as tecnologias digitais. Dessa forma é possível compreender que o RC não surgiu para contrapor as técnicas, princípios e práticas da Arquivologia Clássica e da Arquivologia Moderna. Esse modelo surge exatamente para dar subsídio para uma nova realidade que não foi considerada anteriormente, uma vez que a nova realidade advinda dos documentos digitais surge após os períodos da Arquivologia Clássica e da Arquivologia Moderna.

Para melhor compreender o modelo RC, realizou-se pesquisa em bases de dados brasileiras de forma a verificar como essa temática tem sido trabalhada na Arquivologia brasileira.

3 O MODELO AUSTRALIANO *RECORDS CONTINUUM*: ESTADO DA ARTE

Para compreender quais são as origens, as características do RC, realizou-se nesta pesquisa algumas reflexões de forma a considerar alguns aspectos sobre a idealização deste modelo. De modo complementar, foram realizadas também pesquisas em bases de dados brasileiras e em bases de dados internacionais para compreender se e como essas questões têm sido contempladas na literatura da Arquivologia.

Todo o levantamento realizado nas bases de dados contribuiu para o conhecimento do Modelo RC, para entender se esta temática é tratada ou negligenciada pela área. O maior aprofundamento no que tange ao Modelo RC é fundamental para orientar o desenvolvimento de um tesauro funcional para a Arquivologia. O tesauro funcional na Arquivologia torna-se relevante ao garantir que a informação seja organizada, representada e disponibilizada para os usuários de forma consistente, contribuindo para que os usuários realizem suas pesquisas de forma eficiente, através da diminuição da consistência informacional

3.1 Records Continuum na literatura brasileira: um recorte as bases de dados BRAPCI, ISKO Brasil, ENANCIB e CNA

Considerando que um dos objetivos desta pesquisa diz respeito à realização de um estudo teórico em relação ao *records continuum*, esta seção foi desenvolvida a partir da análise de literatura sobre a temática proposta em bases de dados brasileiras e internacionais, assim como em anais de congressos.

O levantamento bibliográfico foi necessário para subsidiar a proposta da pesquisa que visa desenvolver um tesauro funcional que atenda de maneira satisfatória a todo o processo documentário da Arquivologia. De modo geral, quando se pensa um tesauro funcional, temos duas percepções: um tesauro que atenda o ciclo corrente e intermediário e, outro, que lhe é de certo modo complementar, orientado para os arquivos permanentes.

Nesse sentido, é necessário analisar como essa temática vem sendo tratada na Arquivologia. No cenário brasileiro, o modelo do RC ainda não é, comparativamente ao cenário australiano, muito comum. Foi possível constatar essa afirmação por meio de um levantamento realizado na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). A BRAPCI objetiva subsidiar estudos e propostas na área de Ciência da Informação, notadamente em relação a Arquivologia e a Biblioteconomia. Os trabalhos indexados na BRAPCI remontam ao ano de

1972 até o momento atual, sendo caracterizada como um importante nicho de pesquisa da área de Ciência da Informação.

As pesquisas foram realizadas no mês de fevereiro de 2020, utilizando como estratégia de busca “*records continuum*”, com delimitação nos campos de título, palavras-chave e resumo, sem delimitar o período de cobertura. Como resultados da pesquisa, foram recuperados 10 trabalhos, conforme Quadro 4.

Quadro 4 - Trabalhos sobre o *Records Continuum* na Base de Dados da BRAPCI

Autores	Título do Trabalho	Ano
SILVA, J. T.; SANTOS, J. A dos	A arquivística brasileira e o modelo australiano do records continuum.	2019
COSTA FILHO, C. M. A; SOUSA, R. T. B.	Compreendendo o records continuum: contextualização, objetivos e reflexões	2018
COSTA FILHO, C.M; SOUSA, R.	Ciclo Vital dos Documentos e Records Continuum: discussões teóricas e práticas	2018
GRIGOLETO, M. C.	O espaço-tempo da bibliografia e do documento: reflexões sobre epistemes e mediações	2018
GRIGOLETO, M. C.	Revisitando a noção de sujeito informacional: reflexões sobre delimitações e perspectivas de ampliação no âmbito da Ciência da Informação.	2018
NASCIMENTO, N. M do; MORO-CABERO, M. M; VALENTIM, M. L. P.	Perspectiva brasileira do Modelo Records Continuum	2017
GRIGOLETO, M. C; ALDABALDE, T. V.; OLIVEIRA, E. S de	Discutindo a polissemia do termo “arquivo” na imprensa: um estudo a partir da teoria records continuum	2017
COSTA FILHO, C. M. A.	O ciclo vital ante o documento digital: o modelo Records Continuum como recurso de elucidação	2016
SILVA, J. T. e	Normas ISO para a gestão de documentos: uma introdução	2016
REED, B.	Just doing the same won't work: lets make the digital recordkeeping compelling!	2015

Fonte: Elaborado pela autora

A partir do Quadro 4 é possível verificar que o número de autores que atuam com a temática sobre o RC ainda é relativamente pequeno, a partir da estratégia de busca obtivemos como resultados somente 10 trabalhos. O autor Costa Filho possui quatro artigos indexados na base, nos anos de 2016 e 2018. Os demais autores possuem apenas um artigo indexado na base de dados.

Nota-se também que o ano de 2018 é o período que concentra o maior número de trabalhos sobre a temática, o que acaba sendo um número também pouco expressivo, quando consideramos que a BRAPCI possui trabalhos indexados em sua base desde o ano de 1972. Na literatura internacional, o RC são discutidos desde o ano de 1996.

Outro fator que merece destaque é que, essa não é uma corrente nova, pois seu surgimento, através de Upward, ocorre nos anos de 1996/1997, o que demonstra que nesses 23/24 anos, essa temática foi pouco explorada pela literatura Arquivística brasileira (NASCIMENTO; MORO-CABERO; VALENTIM, 2017).

Destaca-se também que as autoras supracitadas realizaram uma pesquisa na BRAPCI, SCOPUS e SciELO por meio da qual constataram que “não há de fato um número significativo de publicações na área de arquivologia e documentação que aborde o modelo Records Continuum” (NASCIMENTO; MORO-CABERO; VALENTIM, 2017, p. 18), o que demonstra mais uma vez um distanciamento da literatura brasileira com a temática.

Sobre essa lacuna entre a Arquivologia brasileira e a Arquivologia internacional, Marques (2011, p. 264) menciona que:

Não identificamos autores australianos no nosso mapeamento. Sabemos que a Austrália tem, ultimamente, avançado e contribuído para o desenvolvimento da teoria arquivística, sobretudo em relação aos desafios decorrentes da descontextualização da informação trazida pelos registros eletrônicos.

Essa lacuna pode ser compreendida porque a Arquivologia possui mais de uma corrente teórica. Essas correntes variam conforme o país. Dessa forma, compreende-se que as especificidades dos países afetam a forma de gerir os documentos.

Nesse sentido, é necessário pontuar que a Arquivologia sofre impactos que estão relacionados ao modelo anglo-saxão, que trabalha com a vertente do ciclo vital dos documentos (arquivo corrente, arquivo intermediário e arquivo permanente). Além disso, a área é influenciada pelos modelos europeu e australiano. O modelo europeu tem por objetivo tratar das formas de arquivamento das informações e, por isso, pode ser considerado como um manual que oferece subsídios em relação à boas práticas de arquivamento. Já no modelo australiano, o RC trata as informações a partir da ideia de continuidade e circularização (STEFAN, 2010).

Na concepção de Llansó y Sanjuan (2009, p. 12, tradução nossa) pode-se compreender o modelo do RC, considerando-se a teoria do ciclo vital dos documentos, ou seja:

[...] basta adicionar as fases do ciclo de vida dos documentos convencionais que elas não ocorrem em uma sequência linear desde a criação até a sua

destinação, mas em ciclos constantes: a cadeia não termina, ambos os documentos têm utilidade.

A partir da reflexão de Llansó y Sanjuan (2009) observa-se que no modelo RC os documentos não precisam ser divididos em ciclos, tal como ocorre com a Arquivologia tradicional. Nesse modelo, os documentos podem ser produzidos ou eliminados, sem ter que esperar pelo tempo previsto no ciclo vital. Não obstante, na Arquivologia tradicional, os documentos não podem ser produzidos e assumir de maneira imediata a custódia permanente.

Isso ocorre porque as informações digitais podem assumir múltiplos propósitos no modelo de RC. Nesse sentido, as informações significam coisas diferentes para pessoas distintas e de contextos múltiplos, tanto imediato quanto no decorrer do tempo (CUMMING, 2010).

É necessário, portanto, mensurar quais são as características desse modelo, onde foram apresentadas no Quadro 5, conforme segue.

Quadro 5- Particularidades do RC

Modelo <i>Records Continuum</i>	
Origem	Austrália
Configuração	Modelo de gestão de documentos muito voltado para o ambiente digital
Oposição	Ciclo vital dos documentos
Visão	Informação são produzidas, armazenadas e acessas de forma não linear; informações não são estáticas
Aplicação	Documentos digitais
Abrangência	Informação documento como evidência
Conexão	Tecnologias de informação, engenharia de processos, análise funcional, gestão de recursos, gestão da herança cultural, controle de qualidade, auditoria, benchmarking
Inter-relação	Arquivistas com os gestores de documentos
Objetiva	Conceder maior importância ao acesso, localização e disponibilidade dos documentos (seja em estado de documento, de registro ou de arquivo)

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Llansó y Sanjuan (2009, p. 12, tradução nossa)

As ideias representadas no Quadro 5 têm a finalidade de demonstrar como o RC se estrutura. Ao analisá-lo é possível notar que tal modelo está focado nos documentos originados pelas tecnologias digitais. São os novos documentos digitais que fazem com que novas metodologias sejam repensadas em relação a esse novo suporte, pois: [...] o impacto do computador no ciclo vital tem sido impressionante, pois, com dados digitais os estágios do ciclo vital não podem ser separados. A natureza e a volatilidade dos dados registrados não o permitirão (ATHERTON, 1985, p. 47).

A ISKO Brasil foi criada por iniciativa dos pesquisadores do Grupo de Trabalho 2 (GT 2) do ENANCIB. Tal grupo abarca questões relativas à Organização e Representação do Conhecimento da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Dessa forma, a ISKO Brasil foi criada no ano de 2007, durante a realização do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), que foi realizado na cidade de Salvador (BA).

A proposta da ISKO Brasil é reunir profissionais de diferentes áreas do conhecimento científico, dentre as quais destacam-se: Ciência da Informação, Filosofia, Linguística, Ciência da Computação, Artes, História, entre outras que têm a informação e o conhecimento como objetos de pesquisas. A ISKO Brasil, possui alguns objetivos:

- Promover a pesquisa, o desenvolvimento e aplicações de sistemas de organização conceituais do conhecimento que promovam o estudo dos aspectos filosóficos e semânticos da estrutura do conhecimento;
- Proporcionar os meios de comunicação e redes em organização do conhecimento para os seus associados; e,
- Funcionar como ponto de rede entre instituições nacionais e internacionais que trabalham com questões relacionadas à organização conceitual e à dinâmica do conhecimento (<http://isko-brasil.org.br/>; 2020).

Na análise dos trabalhos publicados pela ISKO Brasil foram contemplados todos os anais dos eventos desde o primeiro, que ocorreu no ano de 2012, até o mais recente, 2019. Para melhor compreensão do universo abrangido pela ISKO Brasil, foi realizado um levantamento que versa sobre a quantidade de trabalhos contemplados em cada edição do evento. Obtivemos os seguintes dados: a) na primeira edição do evento, foram aceitos 38 trabalhos; b) na segunda edição, foram aceitos 45 trabalhos; c) na terceira edição, foram aceitos 74 trabalhos; d) na quarta edição, foram aceitos 46 trabalhos e, e) na quinta edição, foram aceitos 56 trabalhos. As cinco edições totalizam, portanto, 259 trabalhos aceitos na ISKO Brasil.

A primeira análise em relação aos anais da ISKO ocorreu no mês de abril de 2020, quando foram analisados os anais dos anos de 2012 a 2019. A análise foi realizada nos títulos, resumos, palavras-chaves e no corpo do texto, para que dessa forma fosse possível recuperar um maior número de trabalhos em relação ao RC. Para tal levantamento utilizou-se como estratégia de busca os seguintes termos: *records continuum* e tesauro funcional.

Como resultados desta pesquisa, não encontramos literatura em relação aos critérios de busca nos anais dos anos 2012, 2013, 2015 e 2017. Como informação complementar e que pode auxiliar na compreensão a respeito das expectativas que tais eventos promovem, apresentam-se também os temas dos respectivos eventos:

- a) 2012 - “Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade”;
- b) 2013 - “Complexidade e Organização do Conhecimento: Desafios do nosso século”;
- c) 2015 - “Organização do Conhecimento e Diversidade Cultural”;
- d) 2017 - “Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento”.

Nos anais do ano de 2019, que foi sediado em Belém (PA), cujo tema foi “Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas”, foram recuperados três trabalhos que atendem ao objetivo da pesquisa.

Nesse ano foram apresentados os seguintes trabalhos apresentados no Quadro 6.

Quadro 6 - RC nos anais da ISKO Brasil

Evento	Autores (as)	Trabalho	Afiliação dos Autores	Estratégia de busca	Ocorrência	Campo
ISKO BRASIL 2019	Mattos, R. de; Pimenta, J.F.S	Abordagem contextual na organização dos arquivos pessoais: a experiência da Fundação Fernando Henrique Cardoso	Universidade Federal Fluminense (UFF)	<i>Continuum</i>	1	Texto
	Alencar, M. F; Cervantes, B. M. N.	A Semântica na Organização do Conhecimento Arquivístico: O caso dos Tesouros Funcionais	Universidade Estadual de Londrina, Londrina (UEL)	<i>Records Continuum</i>	2	Texto
				<i>Continuum</i>	3	
	Watanabe, E; Sousa, R. T. B. de	Avaliação de modelos de descrição de processos judiciais	Universidade de Brasília (UNB)	<i>Records Continuum</i>	8	Resumo Palavras-chaves Texto

Fonte: Elaborado pela autora

Com a análise do Quadro 6, verifica-se que os autores são provenientes de instituições de ensino que estão nas regiões sudeste, sul e centro oeste do Brasil, respectivamente.

O trabalho dos autores Mattos e Pimenta (2019) apresentou o menor número de ocorrências em relação à estratégia de busca proposta, com apenas uma ocorrência. Em contrapartida, os autores Watanabe e Sousa (2019) apresentaram um maior número de

ocorrências em relação a estratégia de busca apresentada, totalizando oito ocorrências, sendo que o termo “*records continuum*” foi localizado no resumo e palavras-chave.

Em relação ao termo “tesauro funcional” nas formas singular ou plural, o mesmo foi recuperado apenas no trabalho de Alencar e Cervantes (2019), sendo que o termo está presente no título, resumo, palavras-chaves e no corpo do texto. O termo “tesauro funcional” no singular possui 20 ocorrências no trabalho das autoras e 19 ocorrências para o termo “tesauros funcionais” no plural.

Após a finalização da análise dos trabalhos da ISKO Brasil, exploramos a base de dados do ENANCIB, a fim de verificar a existência de indexação de trabalhos que se relacionem com o RC ou com os tesauros funcionais.

O repositório virtual BENANCIB armazena os trabalhos apresentados no ENANCIB, desde o ano de 1994. Sua criação ocorreu através do Grupo de Pesquisa “Informação, Discurso e Memória”, pertencente a Universidade Federal Fluminense, em parceria com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Tal evento é considerado um dos principais eventos científicos da área de Ciência da Informação.

Em relação as pesquisas realizadas no BENANCIB, as estratégias de busca foram realizadas nos títulos, resumos, palavras-chaves e texto completo, sem haver recorte temporal.

Com a utilização dos termos “*records continuum*” e “tesauro funcional” (singular e plural) não foi recuperado nenhum trabalho. E diante dessa realidade, optou-se por utilizar apenas o termo *continuum* em relação ao trabalho completo. A partir dessa nova estratégia, a base de dados recuperou 73 trabalhos.

Os 73 trabalhos foram analisados de modo a saber se o uso do termo “continuum” fazia referência à teoria dos *records continuum*, que é o objeto desse trabalho. Após a análise dos artigos, verificou-se que apenas quatro estavam relacionados com a temática dessa pesquisa. Para melhor visualização dos trabalhos recuperados, apresentamos o Quadro 7- Pesquisa na base de dados do BENANCIB.

Quadro 7- Pesquisa na base de dados do BENANCIB

Título dos trabalhos	Autores	Ano
O receber e o organizar: interfaces entre avaliação documental e organização arquivística	Sonia Troitiño	2016
De marcos teóricos fundamentais à abordagens contemporâneas da arquivística: algumas considerações	Clarissa Moreira dos Santos; Johanna W. Smit,	2014
A noção de ramificação: uma contribuição para a arquivologia	Shirley Carvalhêdo Franco	2013

Desafios da representação na arquivística contemporânea	Natália Bolfarini Tognoli	2012
---	---------------------------	------

Fonte: Elaborado pela autora

Para melhor compreensão dos trabalhos acima, desenvolveu-se o Quadro 7, a partir dos resumos das publicações que tratam do RC.

O levantamento na base de dados do ENANCIB demonstrou que poucas são as pesquisas que trabalham com a perspectiva do modelo australiano do RC, conforme demonstrado no Quadro 8- Resumo das publicações do ENANCIB que tratam do RC.

Quadro 8 - Resumo das publicações do ENANCIB que tratam do RC

Trabalho	Resumo
Desafios da representação na arquivística contemporânea	Busca discutir a descrição arquivística, em face das mudanças e propostas de uma abordagem pós-moderna da disciplina que propõe o conceito de fundo e o princípio da proveniência como norteadores conceituais e não como entidades físicas – como até o momento se supunha – no processo de representação. Para tanto, são apresentadas as perspectivas teóricas dos estudos canadenses e australianos que se apresentam na vanguarda do movimento pós-moderno, discutindo as bases teóricas da Arquivística Moderna, face à realidade dinâmica da produção documental contemporânea.
O receber e o organizar: interfaces entre avaliação documental e organização arquivística	Propõe a analisar o impacto ocasionado pelo processo de incorporações de arquivos paralelo ao de gestão documental, em unidades de informação. Hoje em dia, diante dos novos paradigmas de gestão e custódia documental, unidades de informação seguem adotando similarmente políticas de ampliação de seus acervos. Levando isso em conta, pretendemos neste espaço apresentar a proposta e desenvolvimento do projeto em curso “Relação entre custódia e tratamento documental: investigação sobre procedimentos arquivísticos de incorporação de acervo

A noção de ramificação: uma contribuição para a arquivologia	Em 2004, quando os chefes militares brasileiros foram indagados sobre o paradeiro dos documentos arquivísticos relativos à Guerrilha, negaram, peremptoriamente, a existência daqueles documentos e alegaram que teriam sido destruídos, em sua totalidade. O discurso dos militares foi endossado pelo Governo e justificado com base nos decretos anteriores à Lei 8.159, que teriam determinado a legalidade da destruição. Anos depois a essas afirmações, no entanto, diversas obras bibliográficas publicadas sobre essa temática surpreendentemente, apresentavam em suas páginas diversos documentos arquivísticos originais digitalizados, reveladores de detalhes inéditos sobre a Guerrilha como a missão das Forças Armadas e dos sistemas de informação de dismantelar esse movimento. Sob a égide dessa missão, os conjuntos dos documentos arquivísticos ou fundos das instituições do Estado comunicavam-se entre si, sem, no entanto, misturarem-se, estabelecendo elo que propomos como noção de ramificação. No presente artigo, além de apresentarmos a noção de ramificação, demonstramos que embora essa noção ainda não exista no rol da terminologia arquivística nacional e internacional, pode ser utilizada como instrumento teórico para comprovar a impossibilidade de destruição de todos os documentos arquivísticos relacionados a um evento histórico – no caso em exame, a Guerrilha do Araguaia.
De marcos teóricos fundamentais a abordagens contemporâneas da arquivística: algumas considerações	Este artigo busca analisar, na trajetória histórico-epistemológica da Arquivística, desde marcos teóricos basilares até abordagens que atualmente se apresentam à disciplina. Pretende contribuir com a área em questão, tendo por objetivo suscitar reflexões sobre sua identidade no âmbito das ciências.

Fonte: Elaborado pela autora

Diante dessa realidade, ainda em busca de verificar como o tema é tratado na literatura brasileira da Arquivologia, optamos por realizar uma nova busca referente aos anais do Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), evento que é específico da área e que, por essa razão, poderia contemplar trabalhos que atendem a esta pesquisa.

O Congresso Nacional de Arquivologia – CNA, possui oito edições, a primeira edição ocorreu no ano de 2004 que ocorreu em parceria com a Associação Brasileira de Arquivologia (Abarq) e com o curso de Arquivologia, da Universidade de Brasília. O CNA tem ocorrido bianualmente sendo uma de suas principais características a vinculação de cada edição a uma associação profissional. Sua edição mais recente ocorreu no ano de 2018. O evento conta com a participação de arquivistas, docentes, discentes dos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil, além de mestrandos e doutorandos da área de Ciência da Informação, cujo interesse seja trazer debates que se relacionem com a Arquivologia, contribuindo com a troca de experiências e com o desenvolvimento da área.

Destaca-se que no ano de 2006 quando ocorria a segunda edição do CNA, criou-se a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, ENARA, com a proposta de se tornar a entidade responsável pela organização dos CNA junto às associações profissionais. Mas, no ano de 2014 a ENARA foi extinta, dando lugar ao Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq), que tem o objetivo de apoiar a realização das edições do CNA e promover o conagração da categoria.

Nas edições dos anos de 2004, 2006, 2008, 2010 e 2012 não foram encontradas publicações referente ao RC. Após análise das publicações, a título de informação, desenvolveu-se o Quadro 9 com maiores informações referentes ao CNA.

Quadro 9 - Informações referentes ao CNA

Ano	Título do CNA	Localidade
2004	Os arquivos do século XXI: políticas e práticas de acesso às informações	Brasília (DF)
2006	Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento	Porto Alegre (RS)
2008	Arquivologia e as suas múltiplas interfaces	Rio de Janeiro (RJ)
2010	A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias de comunicação e informação	Vitória (ES)
2012	Arquivologia e internet: conexões para o futuro	Salvador (BA)

Fonte: Elaborado pela autora

Após as pesquisas realizadas nos anais do CNA, verificou-se que três trabalhos contemplaram os objetivos da pesquisa. Tais resultados foram demonstrados no Quadro 10- RC nos anais do CNA.

Quadro 10- RC nos anais do CNA

Tema do evento	Título do trabalho	Autores	Ano
Arquivologia, sustentabilidade e inovação	A Arquivologia pós custodial na perspectiva do modelo <i>records continuum</i> aplicado à UFSM/SIE	Viana; Madio	2014
Da interdisciplinaridade à interoperabilidade	O documento digital na perspectiva do <i>recordkeeping informatics</i> : o caso das portarias de afastamento da UFSM geradas no SIE	Viana; Pavezi	2016
Ética, responsabilidade social e políticas de acessibilidade para a Arquivologia	O sistema de séries como base intelectual da descrição arquivística contemporânea	Alves	2018

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme observado, o evento ocorre a cada dois anos e reúne alunos, professores e profissionais da área. O CNA é um congresso importante para o debate e evolução da Arquivologia. Mesmo com toda representatividade do evento foram localizados apenas três trabalhos que discutiram o modelo do RC.

Diante dos levantamentos que foram realizados, nota-se que existe um longo caminho a ser percorrido em relação ao RC. Constatamos que, embora o RC seja um modelo desenvolvido principalmente para dar conta dos avanços das tecnologias digitais, e embora a informação digital possa ser encontrada em qualquer tipo de instituição, a Arquivologia brasileira possui inexpressivos trabalhos sobre a temática.

Acreditamos que esse distanciamento seja reflexo de uma tradição brasileira que ainda precisa discutir metodologias para serem aplicadas aos documentos analógicos, pois embora as tecnologias digitais ganhem maiores espaços diariamente, temos ainda uma realidade que está imbuída a oferecer tratamento para os arquivos analógicos. No Brasil ainda temos muitas instituições que precisam da interferência dos arquivistas para mudar o conceito de “arquivo morto” que habita o senso comum. Assim, são bem-vindos os dizeres de Cook (2012, p. 4) quando discursa que, “o papel da ciência arquivística em um mundo pós-moderno desafia arquivistas, em todos os lugares, a repensar sua disciplina e prática [...]”.

Após o levantamento das propostas de trabalho que foram recuperadas a partir das estratégias de busca proposta por esta pesquisa, considera-se a necessidade de uma melhor análise em relação à literatura aqui apresentada.

Visando conhecer como a temática do RC é tratada na literatura internacional, realizou-se pesquisa em duas bases de dados, a LISA e a LISTA de forma a compreender melhor o cenário sobre o RC conforme destacado na seção 3.3.

3.2 Records Continuum na literatura internacional: um recorte das bases de dados

LISA/LISTA

Tendo em vista a necessidade de conhecer de forma mais abrangente como o RC são discutidos no cenário de pesquisa internacional, optou-se por realizar uma consulta na base de dados *Library & Information Science Abstracts* (LISA) aplicando-se diferentes estratégias de busca com o objetivo verificar a indexação de trabalhos de pesquisadores brasileiros nas referidas bases de dados.

A base de dados da LISA foi fundada no ano de 1969, sendo uma base de dados internacional de resumos e indexação, tendo como principais usuários bibliotecários e demais

profissionais da informação. A LISA é uma das principais bases de dados da área da Ciência da Informação.

A pesquisa foi realizada no mês de abril de 2020. Através de estratégias de busca no título, resumo e palavras-chave, utilizando os termos “*records continuum*” e “*archives*” a partir do ano de 1996 ao considerar que o precursor da corrente do RC, Upward, publica neste ano o modelo teórico que abarca esta corrente e, a partir desse modelo, outras publicações foram desenvolvidas.

Para melhor visualização dos resultados obtidos através do levantamento realizado na LISA, foi desenvolvido o quadro 11 contemplando todos os artigos que tratam de questões acerca do RC e da Arquivologia.

Quadro 11 - Levantamento de dados sobre o RC na LISA

Autor	Trabalho	Ano
Bearman, D	Managing the record continuum	1996
Upward, F	Structuring the records continuum. Parte one-post-custodial principles and properties	1996
Thurston, A	Records management in Africa: old problems, dynamics e nwe solutions	1996
Upward, F	Structuring the records continuum. Parte 2: structuration theory and recordkeeping	1997
Riley, J	Integrating archival programs into the core business of the independent school	1997
Hoyle, M	Developing an electronic records policy for New Zealand	1997
Taylor, P	Perception and change in records management: rethinking the fundamentals	1997
Iacovino, L	Teaching law in recordkeeping courses: the Monash experience	1997
Steemson, M	Confident Australian records managers pick up the challenges of the future	1998
Greenberg, J	The applicability of natural language processing (NLP) to archival properties and objectives	1998
McKemmish, S	The smoking gun: recordkeeping and accountability	1999
Wicman, D	What’s new? Functional analysis in life cycle and continuum environments	1999
Wildemuth, B.M; Cogdill, k; Freidman, C. P.	The transition from formalized need to compromised need in the context of clinical problem solving	1999
McKemmish, S; Acland G; Ward, N; Reed, B	Describing records in context in the continuum: The australian recordkeeping metadata scheme	1999
Frankel, MS; Elliot, R; Blume, M; Bourgois, J-M; Hugenholtz, B, et al	Defining and certifying electronic publication in Science. A proposal to the International Association of STM Publishers	2000

Upward, F.	Modelling the continuum as paradigm shift in records keeping and archiving processes, and beyond: a personal reflection	2000
McKemish, S	Placing records continuum Theory and Practice	2001
Brothman, B	The past that archives keep: memory, and the preservation of archival records	2001
Stapleton, A.	Continuum in context: post-eighteenth century archival theory and the records model	2005
Reed, B.	Reading the records continuum: interpretations and explorations	2005
Valtonen, M. R.	Documentation in pre-trial investigation: a study of using the records continuum model as a records management tool	2007
Svard, P.	Enterprise content management and the records continuum model as strategies for long-term preservation of digital information	2013
Viana, G. F. R; Madio, T. C. de C.	Modelo records continuum aplicado a uma instituição pública universitária	2016
Frings-Hessami, V.	Looking at the Khmer Rouge archives through the lens of the records continuum model: towards an appropriated archive continuum model	2017
Karabinos, M.	In the shadows of the continuum: testing the records continuum model through the foreign and commonwealth office migrated archives	2018
Frings-Hessami, V.	The flexibility of the records continuum model: a response to Michael Karabinos in the shadow of the continuum	2020

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme demonstrado no quadro 11 o artigo mais antigo que trabalhou com a temática sobre o RC remonta ao ano de 1996 de autoria de Bearman, D, enquanto que o trabalho mais recente é do ano de 2020 da autora Frings-Hessami.

Dentre os dez trabalhos recuperados, um deles é de pesquisadores brasileiros: Gilberto Fladimar Rodrigues Viana e Telma Campanha de Carvalho Madio, cujo título é “Modelo *records continuum* aplicado a uma instituição pública universitária”. Devido a baixa incidência de artigos de pesquisadores brasileiros, o que demonstra que a temática sobre o RC de acordo com os critérios de busca que aqui foram estabelecidos, apontam um certo distanciamento em relação ao cenário brasileiro. Não existem meios para neste momento – e nem é objetivo desta tese – verificar os motivos desse distanciamento. Entretanto, é possível verificar que o RC aparecem com maior frequência no cenário internacional, notadamente na Austrália, onde o RC são frequentemente usados para contribuir com as necessidades de gestão dos órgãos governamentais, de maneira especial em relação aos arquivos correntes e intermediários.

Para entender um pouco mais sobre a abordagem do RC e para analisar se esse tema tem sido trabalhado na Arquivologia, optou-se por realizar uma busca na base de dados *Library, Information Science & Technology Abstracts* (LISTA). A LISTA é uma base de dados que possibilita o desenvolvimento de pesquisas gratuitas que abrange a área de Ciência da Informação. A LISTA possui publicações indexadas desde meados da década de 1960.

Como estratégia de busca, foram utilizados os seguintes termos “*records continuum*” e “*archives*”, nos títulos, resumos e palavras-chaves, sem limite temporal, objetivando recuperar o maior número de trabalho em relação a temática aqui proposta.

Como resultados dessa pesquisa na base de dados da LISTA foram recuperados 43 artigos, conforme Quadro 12- Levantamento de dados sobre o RC na LISTA.

Quadro 12 - Levantamento de dados sobre o RC na LISTA

Autor	Trabalho	Ano
Frings-Hessami, V.	The flexibility of the records continuum model: a response to Michael Karabinos' "in the shadow of the continuum".	2020
del Castillo Guevara, J; Paz Martín, S.	Reflexiones generales sobre el Sistema Nacional de Archivos de la República de Cuba desde la perspectiva del modelo de la continuidad de los documentos.	2019
O'Neill, C.	The shifting significance of child endowment records at the National Archives of Australia	2019
Battley, B.	Archives as places, places as archives: doors to privilege, places of connection or haunted sarcophagi of crumbling skeletons?	2019
Frings-Hessami, V; Foscarini, F.	Archives in a changing climate: proposing new "solutions" for a new era.	2019
Frings-Hessami, V.	Care Leavers' records: a case for a Repurposed Archive Continuum Model.	2018
Klareld, Ann-S.	Recordkeeping in an outsourcing public agency.	2018
Karabinos, M.	In the shadows of the continuum: testing the records continuum model through the Foreign and Commonwealth Office 'Migrated Archives'.	2018
Odhiambo, B. O.	Institutional readiness for digital archives management at United States International University-Africa.	2018
Rolan, G.	Agency in the archive: a model for participatory recordkeeping.	2017
Schellnack-Kelly, I.	Role of public archivists in post-apartheid South Africa: passive custodians or proactive narrators.	2017
Frings-Hessami, V.	Looking at the Khmer Rouge archives through the lens of the records continuum model: towards an appropriated archive continuum model.	2017
Wick, A.	We're All Vegans Here: The Twenty-First Century Archival Ecosystem.	2017

Viana, G. F. R; Madio, T. C. de C.	Modelo Records Continuum aplicado a uma instituição pública universitária.	2016
Chiu-Yen L.	Toward a holistic model for the management of documents, records, and archives	2015
Maseh, E.	Managing Court Records in Kenya.	2015
Davidson, J.	The Colonial Continuum: Archives, Access, and Power.	2015
Crookston, M.	Reinventing archival methods: am I part of the problem or part of the solution?	2014
Huvila, I; Eriksen, J; Häusner, E-M.; Jansson, I-M.	Continuum thinking and the contexts of personal information management.	2014
Lemay, Y; Klein, A.	Les archives définitives :un début de parcours.	2014
Jones, M; O'Neill, C.	Identity, records and archival evidence: exploring the needs of Forgotten Australians and Former Child Migrants.	2014
Downing, M; Jones, M; Humphreys, C; McCarthy, G; O'Neill, C; Tropea, R;	An educative intervention: assisting in the self-assessment of archival practice in 12 community service organisations.	2013
Battley, B.	Finding aids in context: using Records Continuum and Diffusion of Innovations models to interpret descriptive choices.	2013
Svärd, P.	Enterprise Content Management and the Records Continuum Model as strategies for long-term preservation of digital information.	2013
Cianci, J.	Can archival science add value to chemical compound library management?	2013
Troselius, N; Sundqvist, A	A comparative case study on metadata schemes at Swedish governmental agencies.	2012
McCarthy, G. J; Evans, J.	Principles for archival information services in the public domain.	2012
O'Neill, C; Selakovic, V; Tropea, R.	Access to records for people who were in out-of-home care: moving beyond 'third dimension' archival practice.	2012
Price, D; Smith, J.	The trust continuum in the information age: a Canadian perspective.	2011
Ambira, C; Kemoni, H.	Records management and risk management at Kenya Commercial Bank Limited, Nairobi.	2011
Lappin, J.	What will be the next records management orthodoxy?	2010
Marjo; R. V.	Documentation in pre-trial investigation: A study of using the records continuum model as a records management tool.	2007
Adami, Tom A	"Who will be left to tell the tale?" Recordkeeping and international criminal jurisprudence.	2007
Chachage, B; Ngulube, P.	Management of business records in Tanzania: an exploratory case study of selected companies.	2006

Stapleton, A.	Continuum in Context: Post-Eighteenth Century Archival Theory and the Records Continuum Model.	2005
Reed, B.	Reading the Records Continuum: Interpretations and Explorations.	2005
Gary P. J; David V. B.	The benefits of electronic records management systems: a general review of published and some unpublished cases.	2005
Harris, V.	Record-keeping and Records Continuum Thinkers: Examining a Seminal Australian Text (Archives: Recordkeeping in Society).	2005
Roberts, J.	Macroappraisal Kiwi Style: Reflections on the Impact and Future of Macroappraisal in New Zealand.	2005
X Na.	An Integrated Approach to Records Management.	2003
lynn, S. J. A.	The Records Continuum Model in Context and its Implications for Archival Practice.	2001
Upward, F.	Modelling the continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes, and beyond--a personal reflection	2000

Fonte: Elaborado pela autora

A partir do levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados internacionais constatou-se que a temática sobre o RC não é negligenciada, muitos pesquisadores, conforme demonstrado nos quadros desenvolvidos nessa seção afirmam essa constatação ao desenvolverem pesquisas que abarcam a temática proposta nesta pesquisa.

Pode-se observar também que o cenário internacional abrange mais pesquisas sobre o RC mas, ainda insuficiente devido à pouca publicação acerca do tema. Enquanto no cenário brasileiro, a temática se mostra ainda incipiente.

Após a realização do levantamento documental sobre o RC, tanto em bases de dados com em anais de congressos, constatou-se que, o Modelo RC possui maior incidência na literatura internacional, na qual foram recuperadas diversas publicações, conforme demonstrado nos quadros 8 e 9.

As pesquisas realizadas nas bases de dados da LISA e da LISTA recuperaram um único artigo de pesquisadores brasileiros: “Modelo *records continuum* aplicado a uma instituição pública universitária” de autoria de Viana e Madio (2016).

O objetivo dessa seção era analisar, através de pesquisa em base de dados da área de Ciência da Informação, se havia proximidade da Arquivologia com o RC, fato que foi constatado a partir da recuperação de trabalhos que abordam essa temática. Os artigos recuperados em ambas as bases de dados, demonstraram que dois trabalhos se encontram indexados nas bases de dados da LISA e LISTA: a) *Reading the records continuum*:

interpretations and explorations, de autoria de Reed, publicado no ano de 2005 e b) Modelo *records continuum* aplicado a uma instituição pública universitária, de autoria de Viana e Madio, publicado no ano de 2016.

Considerando as pesquisas que foram realizadas nas bases de dados nacionais e também internacionais, além dos anais de congressos, nota-se que existe a necessidade de abarcar questões que envolvem os tesouros conceituais e os tesouros funcionais, para que a partir desse levantamento seja possível compreender qual instrumento se adequa às demandas informacionais da Arquivologia. Tal assunto, será tratado na próxima seção dessa pesquisa.

4 SUBSÍDIOS TEÓRICO-APLICADOS À CONSTRUÇÃO DE TESAuros FUNCIONAIS

Nesta seção, discutiram-se questões acerca dos instrumentos que trabalham com a perspectiva de controle e padronização terminológica, pois tais instrumentos, quando usados nas práticas da Arquivologia, oferecem subsídios para que a representação e recuperação da informação ocorram de forma mais assertiva pelos usuários.

Especificamente, para essa pesquisa, realizou-se um recorte sobre os tesauros funcionais, por entender que tal instrumento oferece grandes vantagens para a Arquivologia por permitir que as informações sejam representadas a partir das funções e atividades desenvolvidas pelos arquivos.

Porém, para embasar a pesquisa, ou seja, para demonstrar os motivos pelos quais os tesauros funcionais são os instrumentos mais adequados para a Arquivologia, houve a necessidade de trabalhar com aspectos que contribuem para compreender o que é um tesouro funcional, como ocorre seu desenvolvimento e quais são as teorias que subsidiam este instrumento. Para auxiliar nesse entendimento, a presente seção abordou questões subjacentes às Linguagens Documentárias (LD) e aos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), além de abarcar as teorias que oferecem suporte para o desenvolvimento de instrumentos que são utilizados no controle e na padronização terminológica.

Além disso, esta seção preocupou-se em abordar questões referentes à origem dos tesauros funcionais, pois sentiu-se a necessidade de maior investigação de suas origens para que fosse possível verificar como tal instrumento pode aprimorar a organização, representação e acesso à informação arquivística.

O tesouro pode ser considerado como uma LD, pois controla, padroniza e facilita o acesso às informações. O acesso informacional é possibilitado devido aos relacionamentos existentes nesse instrumento, onde tais elementos fazem a conexão entre os termos e é a partir desta conexão que os usuários são direcionados de acordo com suas estratégias de busca.

Um dos objetivos dos tesauros é contribuir com melhores formas de representação da informação a partir da adoção de termos adequados que representem a informação de maneira consistente, já que para o processo de recuperação da informação, quando um conceito é representado a partir de variadas designações, essa proliferação de termos traz prejuízos em relação a recuperação da informação.

Destaca-se que os tesauros funcionais, além de colaborar com a recuperação da informação diminuindo a inconsistência, tornam a comunicação entre sistemas e usuários mais

clara e eficiente. De forma resumida, o tesauro funcional pode ser considerado como um elo entre os usuários, as informações e os sistemas de informação.

A diminuição da inconsistência no que tange a recuperação da informação é possibilitada porque a partir do uso das instrumentalidades dos tesauros, torna-se a recuperação da informação mais estratégica, a partir do controle e da padronização terminológica, conforme destacado a seguir.

4.1 Linguagens Documentárias e a Organização do Conhecimento

As autoras Cintra et. al (1994) refletem que o uso das linguagens documentárias (LD) apareceram nas décadas de 1950 e 1960. Nesse período houve o crescimento científico e tecnológico, pois existiam dificuldades para armazenar e para recuperar as informações.

Tristão, Fachin e Alarcon (2004, p. 162) complementam Cintra et. al (1994) ao mencionar que:

São as linguagens documentárias é que farão a comunicação entre a linguagem natural dos usuários e a unidade de informação, elas são utilizadas para representar o conteúdo dos documentos, por isso, alguns autores as definem como sistemas simbólicos instituídos, que visam a facilitar a comunicação.

As LD possuem como objetivo facilitar o processo de comunicação entre usuários e sistemas, pois a linguagem natural possui riqueza de vocabulário e um termo pode ser usado em diferentes contextos assumindo, portanto, diferentes significados. É comum que esta riqueza gere dificuldades em relação ao processo de recuperação da informação em domínios especializados, que requerem a padronização terminológica a fim de contribuir com a recuperação da informação.

A dificuldade de recuperar a informação pode ser diminuída por meio das instrumentalidades das LD que atuam de forma bastante eficaz em relação à ambiguidade e polissemia: ambos são elementos comuns nas linguagens naturais.

A ambiguidade é definida como a “[...] possibilidade de uma comunicação linguística se prestar a mais de uma interpretação e ocorre em função tanto da plurissignificação como da polissemia” e a polissemia é a “[...] capacidade de uma palavra ser usada em mais de um significado”, conforme observam Cintra et. al (1994, p. 55).

Nesse contexto, Cervantes (2009, p. 45) menciona que a linguagem documentária “deve organizar os conteúdos segundo os interesses de seus usuários a fim de lhes possibilitar a comunicação com o sistema de informação” e, por esta razão, ter uma linguagem unívoca ou monossêmica permite que o acesso à informação seja mais qualitativo.

As LD visam, portanto, criar formas de padronização das informações. A padronização da informação contribui para que as formas de recuperação da informação aconteçam com menos ruídos entre usuários e sistemas. Desse modo, o processo de recuperação da informação se torna preciso e com resultados que possam atender as demandas informacionais dos usuários.

Cintra et. al (1994, p.24) refletem que as LD são “sistemas simbólicos instituídos, que visam facilitar a comunicação. Sua função comunicativa, entretanto, é restrita a contextos documentários, ou seja, as LDs devem melhorar a interação entre usuário e sistema”.

Dessa forma, por meio do tratamento informacional de padronização da linguagem, espera-se que os usuários tenham menores dificuldades em relação a recuperação da informação, uma vez que o sistema poderá auxiliar o usuário em sua busca por “caminhos” que permitam o melhor acesso à informação, pois “as LD são instrumentos intermediários, ou instrumentos de comutação, através dos quais se realiza a ‘tradução’ da síntese dos textos e das perguntas dos usuários” (CINTRA et al., 1994, p. 24).

As LD são, portanto, linguagens construídas e, por esta razão, deve ser sempre considerado o contexto de cada instituição e as necessidades de informação dos usuários. Não há uma única forma para se desenvolver uma LD, porém existem instrumentos que são originários delas, tais como os vocabulários controlados e os sistemas de classificação documentária (GOMES, 1990).

As diferenças em relação aos instrumentos das LD estão relacionadas ao grau de complexidade de cada instrumento, assim existem instrumentos mais simples e instrumentos mais complexos e seus usos dependerão das necessidades de cada instituição.

Pode-se mencionar que os instrumentos originados das LD possuem dois objetivos principais como a normalização gramatical e a normalização semântica, conforme explicam Cintra et al. (1994):

A normalização gramatical se refere à forma de apresentação dos seus elementos quanto ao gênero (geralmente, masculino), número (uso de singular ou plural), grau. A normalização semântica procura garantir a univocidade na representação dos conceitos e noções de áreas de especialidade (CINTRA et al., 1994, p. 31).

A necessidade de organizar o conhecimento não é objetivo apenas da área de Ciência da Informação ou da Arquivologia, pois várias são as áreas do conhecimento científico que fazem uso das informações em seus domínios e, portanto, precisam que esta informação esteja organizada e acessível. Contudo, torna-se relevante salientar a reflexão de Hjørland (2016, p. 100, tradução nossa) que, em relação aos arquivos:

Organização e Representação do Conhecimento em arquivos devem, contudo, serem consideradas como parte da OC. [...] Os arquivos contêm documentos administrativos, imagens, cartas, diplomas etc. O mais específico princípio da organização deste domínio é o princípio da proveniência (HJØRLAND, 2016, p. 100, tradução nossa).

Especificamente, para a Arquivologia, a OC contribui para que a informação receba um melhor tratamento informacional. Os autores Hipperd e Naveiro (2010, p. 90) consideram que, “para que o conhecimento possa ser utilizado, precisa estar organizado em um formato que facilite essa utilização”.

Para facilitar o acesso informacional em tempos de grande produção informacional é preciso investir em instrumentos que possam colaborar com alguns aspectos, tais como a padronização da linguagem que será utilizada, pois a linguagem atua de forma decisiva nos processos de organização e representação do conhecimento.

Vivenciamos uma nova fase em relação à produção das informações que se deve ao avanço das tecnologias digitais. A Arquivologia precisa investir em métodos e práticas que possam ser aplicadas para melhorar o fazer arquivístico, seja em relação aos documentos analógicos ou em relação aos documentos digitais.

Por isso, o uso de instrumentos que melhorem os índices de revocação e de precisão tornam-se cada vez mais necessários para a Arquivologia. Esse cenário está em constante transformação em função da variedade, da quantidade e da velocidade nas quais os documentos são produzidos.

Nessa nova demanda informacional possibilita reflexões não apenas sobre os instrumentos que são utilizados nos processos de representação e acesso à informação, mas também em relação aos instrumentos que são aplicados em todas as fases que envolvem o tratamento informacional: produção, coleta, armazenamento, recuperação, acesso, uso e compartilhamento da informação.

Esse tratamento informacional pode ocorrer por intermédio das teorias, metodologias, técnicas e aplicações da OC, pois conforme ressaltam Melo e Brascher (2015, p. 75)

[a] OC refere-se a atividades, tais como descrição de documentos, indexação e classificação, realizadas em bibliotecas, bases de dados bibliográficas, arquivos e outros tipos de “instituições de memória”, por bibliotecários, arquivistas, especialistas em assuntos, assim como por algoritmos de computador e leigos.

A OC permite que os aspectos de organização, representação e acesso ao conhecimento sejam realizados por meio de procedimentos que visam melhorar o tratamento informacional e permitam a construção de linguagens que atendam às necessidades informacionais dos usuários. Assim, é necessário investir em instrumentos que sejam capazes de dar maior consistência em relação à padronização das informações, desde a sua produção até o seu compartilhamento posterior, impactando no processo de [re]uso da informação.

A padronização da informação permite que haja uma transformação da linguagem natural para uma linguagem construída de modo que se possa melhorar a representação e a recuperação da informação.

Encontramos na OC o aporte necessário para melhorar o processo de representação da informação na Arquivologia, pois as linguagens são frutos da OC (ALENCAR, 2017). Destaca-se também a reflexão de Almeida (2009, p. 47) quando o autor esclarece que “não haveria possibilidade de recuperação da informação caso não existisse uma linguagem como mecanismo de mediação, artificial ou natural”.

Ao refletir sobre a visão de Almeida (2009), percebe-se que a recuperação da informação efetiva depende da forma como a informação é representada. Dessa forma, observa-se que a linguagem utilizada atuará como fator determinante sobre a recuperação da informação. Para a Arquivologia, a necessidade de criar representações consistentes é primordial, uma vez que os instrumentos tradicionais da área, tais como as guias, catálogos e inventários não trabalham com a perspectiva de padronização terminológica.

É por essa razão, que existe a demanda por métodos, técnicas e práticas que sejam capazes de subsidiar a padronização da linguagem. A linguagem é um atributo do ser humano devido à necessidade de se expressar, pois independentemente da época, a linguagem colaborou para que os indivíduos pudessem viver em sociedade.

As transformações da sociedade são constantes, o primeiro advento a ser considerado foi a escrita e, mais recentemente, houve mudanças ocasionadas pelas tecnologias digitais. Tais tecnologias mudaram o cenário informacional e ocasionaram a necessidade de criar meios para tratar tais informações. Atualmente, estas informações estão presentes em qualquer tipo de instituição e, por isso, precisam receber tratamento informacional adequado, visando garantir a sua recuperação e seu uso posterior. Tal tratamento permite que novos conhecimentos sejam gerados.

Dahlberg (2006) ressalta que a OC é a ciência que ordena a estruturação e a sistematização dos conceitos. Desse modo, para que o conhecimento possa ser recuperável, é imprescindível a sua organização. Brascher e Café (2008, p. 8) argumentam que a “OC é o

processo de modelagem do conhecimento que visa a construção de representações do conhecimento”. Através dessas representações, o usuário poderá realizar seu processo de busca.

A OC ajuda na sistematização e na organização do conhecimento, visando oferecer melhorias no que tange à representação e recuperação da informação, por meio da sistematização dos conceitos. Este processo exige o desenvolvimento de instrumentos que trabalhem com a perspectiva de controle e padronização terminológica.

Dois renomados autores da área de OC, Hjørland (1994) e Barité (2001) destacaram em suas pesquisas as premissas que orientam a OC.

Hjørland (1994) apresenta 9 premissas que estão vinculadas a OC, são elas: 1) a percepção realístico-ingênua de estruturas do conhecimento não é possível em ciências complexas; 2) categorização e classificações devem reunir assuntos relacionados e separar assuntos distintos; 3) para fins práticos, o conhecimento pode ser organizado de diferentes formas, para diferentes objetivos; 4) qualquer categorização deve refletir o próprio objetivo; 5) categorizações e classificações sempre podem ser questionadas; 6) observar sempre o conceito de poli-representação; 7) diferentes áreas do conhecimento podem ser organizadas de diferentes formas para os mesmos fenômenos; 8) a natureza das áreas é variável; 9) a qualidade da produção do conhecimento em muitas áreas e em alguns momentos, pode ficar vulnerável.

As premissas elencadas por Hjørland (1994) visam melhorar os aspectos de recuperação da informação, visando minimizar, no limite, os possíveis problemas que afetam a busca de informação por parte dos usuários.

Encontramos em Barité (2001) a existência de 10 premissas que subsidiam a OC, são elas: 1) o conhecimento é um produto social, uma necessidade social e um dinamismo social; 2) o conhecimento é realizado a partir da informação, e ao socializar pode ser transformado novamente em informação; 3) a estrutura e comunicação do conhecimento forma um sistema aberto; 4) o conhecimento deve ser organizado para seu melhor aproveitamento individual e social; 5) existem formas possíveis de organizar o conhecimento; 6) toda organização do conhecimento é artificial; 7) o conhecimento se registra sempre em documentos, como conjunto organizado de dados disponíveis, admite usos indiscriminados; 8) o conhecimento se expressa em conceitos e se organiza mediante sistemas de conceitos; 9) os sistemas de conceitos se organizam para fins científicos, funcionais ou de documentação; 10) as leis que reagem a organização de sistemas de conceitos são uniformes e previsíveis, e se aplicam por igual a qualquer área disciplinar.

As 10 premissas de Barité (2001) permitem compreender a OC como área intelectual e, por isso, possibilitam melhores práticas em relação à organização, representação, disseminação

e recuperação da informação. Todas essas formas que visam melhorar o tratamento informacional podem ser aplicadas na Arquivologia, cujo objetivo é tornar a representação e recuperação da informação mais consistentes e eficazes. Para Barité (2001) a OC trata dos aspectos da organização intelectual da informação, pois a área proporciona meios para que haja melhorias que serão aplicadas para um melhor tratamento da informação.

Os pensamentos de Barité (2001) e Hjørland (1994) são fundamentais para a OC, uma vez que fornecem subsídios que tornam a organização e a recuperação da informação mais consistentes. Tal consistência permite que sejam diminuídos os problemas de ruído de comunicação, presentes nos sistemas de informação.

Mesmo que as concepções dos autores possam divergir, essas concepções abarcam importantes processos que contribuem para um melhor tratamento referente a área da Arquivologia. Entende-se que essas premissas subsidiam os processos de produção do conhecimento, colaborando com os processos de organização para que o acesso seja mais eficiente.

Dessa forma, a OC exerce um papel importante, pois pretende oferecer subsídios para que o conhecimento registrado (seja no suporte analógico, seja no suporte digital) possa ser representado de uma forma que colabore com os usuários em relação às suas demandas de informação, contribuindo com melhores práticas em relação ao acesso à informação.

Assim a OC fornece bases que podem ser utilizadas pelas áreas que tem a informação como objeto de estudo como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Essas áreas são potenciais, devido aos seus objetos de estudos, pois a OC, conforme argumentam Rabello e Guimarães (2006 p. 2):

[...] muito tem contribuído para investigações em Ciência da Informação (CI), no âmbito da qual tem sido, por vezes, considerada como “espinha dorsal”, principalmente por trazer reflexões teóricas acerca das concepções e métodos que caracterizaram a atividade mediadora entre a produção e o uso do conhecimento.

A informação, em uma sociedade que necessita de prazos curtos para atender suas demandas informacionais exerce papel fundamental para todos os tipos de instituições, sejam públicas ou privadas. Nas instituições públicas as informações custodiadas podem ser de interesse da sociedade de maneira geral e, nas instituições privadas as informações são de interesse dos acionistas, gestores, presidentes ou CEO, diretores, dentre outros interessados.

Dessa forma, ao considerar esse cenário, destaca-se a necessidade de um amplo tratamento informacional de forma que as informações estejam acessíveis para os usuários e,

para tanto, considera-se como pilares basilares do tratamento informacional, os processos de organização e representação da informação.

Estes processos permitem o acesso qualitativo da informação, pois a partir das tecnologias digitais nota-se mudanças significativas não apenas em relação ao suporte da informação, mas também, notam-se mudanças em relação às maneiras pelas quais os usuários buscam a informação, afinal,

[...] esse novo usuário acessa as diversas bases de dados por meio de um computador, que pode estar localizado em qualquer lugar, inclusive em outro país, muitas vezes até mesmo na própria biblioteca, sem necessariamente solicitar ajuda do profissional (VAN DEER LAAN, 2005, p. 2).

Diante do exposto, a OC torna-se fundamental porque contribui para organizar o conhecimento, tornando-se crucial para a elaboração de metodologias que proporcionem melhor acesso à informação.

Originam-se da OC os conhecidos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) que são instrumentos desenvolvidos com o objetivo de atender as demandas informacionais das instituições.

Considerando a necessidade de tratamento informacional para que uma informação possa ser recuperada, é fundamental trabalhar com instrumentos que colaborem com a organização, representação, acesso e uso da informação. Esses instrumentos são úteis para que o acesso à determinada informação seja eficaz, por isso, compreender o que esses instrumentos abarcam contribui para entendermos seu papel.

Nesse sentido, a próxima subseção foi desenvolvida de forma a contemplar os SOC, pois abrangem diversas estruturas (desde as mais simples até as mais complexas) que atuam na organização e na recuperação da informação e, por isso, podem oferecer para a Arquivologia, novas maneiras de tratamento informacional.

4.2 As teorias que subsidiam a construção de tesauros

A compreensão do significado de uma palavra é complexa porque depende do contexto em que está sendo utilizada. O mesmo ocorre com a representação da informação, na medida em que um único termo pode assumir definições diferentes de acordo com a cultura, país, religião, formação, contexto etc.

Esse desafio é uma lacuna a ser superada, idealmente, pelo conhecimento científico. Por isso, os pesquisadores sentiram necessidade em criar meios de estabelecer os conceitos. Deste

modo, o tratamento da informação se torna mais próximo da realidade. É nesse cenário que observamos a necessidade do uso das terminologias, apoiando o desenvolvimento das linguagens documentárias, que são linguagens construídas artificialmente.

Os objetivos destas linguagens possibilitam enfrentar alguns desafios, conforme pontua Medeiros (1986, p. 135): “ambiguidade, polissemia, uso indiscriminado de termos provenientes de línguas estrangeiras e criação de neologismos, sem levar em conta os padrões morfossintáticos da língua portuguesa”, a autora ainda complementa ao mencionar que:

Apesar de a terminologia em geral, enquanto fenômeno de natureza linguística não ser um fenômeno recente, foi a partir da década de 30 que se verificou um aumento progressivo de terminologias específicas, em consequência do desenvolvimento acelerado das disciplinas científicas, da micro especialização, do desenvolvimento tecnológico e do crescente intercâmbio internacional em vários campos da ciência e tecnologia.

O controle dos termos é necessário para diminuir problemas de ruídos de comunicação que podem atuar como barreiras entre usuários e sistemas. O ruído de comunicação prejudica a recuperação da informação e, por isso, controlar a proliferação de termos contribui para um melhor acesso à informação.

Segundo Bellotto:

A terminologia é o meio de expressão e comunicação técnica. Isso vale dizer que a terminologia corresponde ao meio técnico e científico, à língua, que é o conjunto articulado de signos representados por palavras escritas ou faladas quando se trata de uma comunidade, país ou conjunto de países (BELLOTTO, 2007, p. 47)

A Arquivologia teve destaque no contexto da Segunda Guerra Mundial devido aos avanços das tecnologias digitais. A área ainda precisa consolidar sua terminologia, a fim de evitar a dispersão de termos. O foco é que cada termo seja representado de maneira única para que a informação possa ser disponibilizada de maneira rápida e segura. Os autores Lunardelli e Caldeiron (2008, p. 64) corroboram com esta afirmação, explicando que:

O conjunto de termos arquivísticos tem características e especificidades que o particularizam. Entretanto, para que se estabeleça efetivamente a comunicação entre aqueles que atuam na área, é necessário, na medida do possível um controle, ou melhor, uma padronização conceitual e terminológica.

Espera-se que a padronização terminológica contribua para que a comunicação científica seja mais eficiente entre profissionais, estudantes e pesquisadores por meio de uma linguagem clara, uniforme e, na medida do possível, única.

Nesse sentido, em relação à necessidade de uma terminologia consistente, Bellotto (2007) faz uma importante observação:

Quando teóricos localizam a terminologia como própria, mais que tudo, das áreas técnicas, na verdade não é por serem técnicas, mas, sim por sua especificidade, que não pode, sob pena de graves danos conviver com equívocos, polissemias e dubiedades (BELLOTTO, 2007, p. 48).

Pensar nas terminologias é também pensar no mundo da Arquivologia, uma vez que as terminologias surgem com a preocupação de tornar mais consistente a definição de termos e de conceitos. Essa consistência afeta de maneira direta a Arquivologia, seja em relação ao seu fazer, seja em relação ao saber, permeando a prática e o ensino da área.

A determinação da terminologia de uma área científica contribui com o desenvolvimento do conhecimento, conseqüentemente também ajuda a formação do profissional, nesse caso, do arquivista. Além disso, a consolidação de uma terminologia própria da área é essencial para distinguir a Arquivologia de outras áreas do conhecimento científico, tais como a Biblioteconomia.

O contexto de produção da informação na Arquivologia pode surgir como um elemento agravante em relação à uma terminologia única da área. Tal fato é constatado quando consideramos que a cultura, a língua, a história de cada país e as especificidades de cada instituição influenciam na definição e abrangência dos termos.

A terminologia tem como objetivo realizar a comunicação entre especialistas e usuários, assumindo funções da comunicação e da representação do conhecimento. Para isso, a terminologia propõe a objetivos práticos e teóricos, sendo que o trabalho terminológico é constituído por normas e regras, conforme consideram Cabré (1992, 1994, 1998) e Lara (2005).

Assim, ressalta-se as vantagens em relação ao uso das terminologias:

Facilitar o entendimento entre os profissionais, aumentar a qualidade técnica dos trabalhos nas respectivas áreas e, constituir-se de instrumental útil para a formação e treinamento, elas acentuam-se diante do universo da informática, no qual os arquivos atuais e do futuro estarão inexoravelmente mergulhados (BELLOTTO, 2007, p. 48-49).

Krieger e Finato (2004) e Lara (2005) consideram que tarefa da Terminologia, enquanto área de conhecimento, é observar o conjunto de unidades lexicais da linguagem natural e da comunicação especializada de uma área científica, técnica ou tecnológica, para propor a representação de conceitos e sistemas de conceitos através de termos.

A terminologia é necessária para diversas áreas do conhecimento científico conforme observamos anteriormente e, por esta razão, torna-se elemento fundamental para a Ciência da Informação e, no contexto desse trabalho, para a Arquivologia, uma vez que ambas possuem como princípios basilares dar suporte para o tratamento da informação.

A Terminologia pode ser organizada e compreendida por meio de algumas conexões, notadamente com a Teoria do Conceito, e divisões, referindo-se especificamente à Teoria Geral da Terminologia e à Teoria Comunicativa de Terminologia.

4.2.1 Teoria do Conceito (TC)

Ingetraut Dahlberg é a autora responsável pela apresentação da Teoria do Conceito (TC), desenvolvida na década de 1970, na Alemanha. Essa teoria preza pela busca de meios que compreendam a formação dos conceitos e seu uso.

Sobre a TC, Semidão (2019, p. 23) reflete que:

Nos anos de 1970 emerge mais uma consciência atenta à necessidade de uma teoria da classificação, consciência essa que assume e promove as noções propostas por Bliss e Ranganathan, conduzindo o movimento de teorização da classificação bibliográfica até um estado de estabilização plenamente reconhecível em termos de cientificidade (institucional e teórica).

A carreira de Dahlberg iniciou-se no Instituto Gmelin, sendo uma das pioneiras na organização do conhecimento. No ano de 1974, Dahlberg inaugura o periódico *International Classification*. Em 1977 a autora em conjunto com Martin Scheule e Robert Fugmann criaram a Sociedade Alemã para a Classificação. E, no ano de 1989, conjuntamente com Robert Fugmann e Dagobert Soergel, é fundada a *International Society for Knowledge Organization*, mais conhecida por sua sigla: ISKO.

A TC preocupa-se com: a) o reconhecimento do conceito como elemento material dos sistemas de classificação e, b) a aplicação de uma teoria analítica de conceitos para a representação do conhecimento (DAHLBERG, 1976).

Por meio das observações de Dalhberg (1976), podemos resumir que essa teoria oferece subsídios para que os sistemas de classificação ou de organização do conhecimento sejam desenvolvidos de forma sólida. Um sistema de organização do conhecimento precisa ser

planejado e desenvolvido em qualquer organização que objetive a recuperação da informação (FROHMANN, 1983).

A TC permite que cada conceito se relacione a um termo, assim, entende-se que a TC respalda a padronização terminológica. A TC apresenta princípios que podem auxiliar na determinação do conceito e de suas relações, na elaboração de tabelas de classificação e na criação de tesauros (DAHLBERG, 1978). Ao considerar que a TC oferece subsídios em relação à formação dos conceitos, observa-se que tal teoria muito contribui com a Arquivologia, no que tange ao Plano de Classificação, auxiliando em sua estruturação, através da solidez dos termos.

O conceito para Dahlberg (1978) é, portanto, primordial para o sucesso dos sistemas de classificação, pois são considerados como unidades basilares do conhecimento (DAHLBERG, 1981).

A organização do conhecimento implica a interpretação dos conceitos. Estes conceitos são utilizados para a organização, representação e para a recuperação da informação. Trabalhar com conceitos é fundamental, pois serão “representados” a partir da criação de uma linguagem artificial que pode abranger diversos significados de acordo com o objetivo de cada instituição e de acordo com os usuários dessa instituição.

Em relação aos conceitos, a ISO 25.964-2 traz em seu desenvolvimento a seguinte definição, “conceito é uma unidade de conhecimento. Os conceitos podem ser expressos de várias maneiras diferentes. Eles existem na mente como entidades abstratas independente dos termos usados para expressá-los” (ISO 25.964-2, 2013, p.10).

Os arquivistas têm a responsabilidade de desenvolver seu trabalho de uma forma que os conceitos sejam compreensíveis para os usuários. Esse exercício é uma atividade complexa porque envolve o conhecimento amplo da instituição, de modo a compreender o contexto de ocorrência dos conceitos. Conhecer a instituição é fundamental, uma vez que os conceitos estão presentes em vários domínios, em várias áreas: Lógica, Semântica, Linguística, Terminologia, Psicologia, Ciência da Informação, entre outras. Complementando essa ideia, Melo e Brascher (2014, p. 69) apontam que “o que permite caracterizá-lo como um objeto de natureza interdisciplinar, relacionado à cognição humana e à noção de significado”.

A TC apresenta princípios que auxiliam na compreensão do conceito, suas características e da natureza de suas relações. O conceito é uma unidade do conhecimento e através deles podemos conhecer um domínio. Nesse sentido, concorda-se com as palavras de Hjørland (2008) e de Francelin (2010) ao defender que a principal característica do conceito é a descrição das propriedades do objeto e a construção de um enunciado lógico.

Os termos são os responsáveis por representar os conceitos e colaboram para a sistematização de um domínio, estabelecendo as bases, a organização e a ordem de agrupar as coisas (SOUZA, 1998). Os estabelecimentos de bases conceituais auxiliam o processo de organização e representação da informação.

O sentido de conhecer e organizar as coisas e objetos é algo comum ao ser humano, Dahlberg (1978, p. 101) relata que “o conhecimento se fixou através dos elementos da linguagem”. Os conceitos são formulados através da linguagem por meio da comunicação. Não obstante, o conceito pode se estruturar através de qualquer outro elemento que possibilite a representação e a fixação do conhecimento.

A TC está presente na formação dos SOC, uma vez que essa teoria tem por finalidade contribuir com a clareza e a precisão informacional. A clareza dos conceitos facilita o processo de comunicação entre os usuários e os sistemas. Por esta razão é que as autoras Melo e Brascher (2014, p. 68) argumentam que “os conceitos selecionados são sintetizados em termos significativos (assuntos) que refletem a essência conceitual do objeto informacional”.

Dahlberg (1976) menciona que os sistemas de classificação são afetados por dois fatores: 1) o reconhecimento do conceito como elemento material dos sistemas de classificação e, 2) pela aplicação de uma teoria analítica de conceitos para a representação do conhecimento.

Outros elementos são considerados em relação aos conceitos e suas implicações: a) necessidade de não medir esforços em relação à obtenção de definições corretas dos conceitos, já que o desenvolvimento do conhecimento e da linguagem conduz à utilização de novos termos e conceitos; b) a importância das definições evidencia-se na comunicação internacional do conhecimento; c) é pelo domínio perfeito das estruturas dos conceitos que será possível obter a equivalência verbal (DAHLBERG, 1978).

Sendo assim, o conceito atinge papel fundamental para a organização e representação do conhecimento, porque torna os processos de comunicação entre usuários e sistemas eficazes.

Considerando-se as perspectivas da área de organização e representação do conhecimento, as suas maneiras de tratamento da informação, suas preocupações com os processos de recuperação da informação, a TC torna-se necessária devido à necessidade de solidez em relação ao modo de representar a informação, pois o processo de representação pode acarretar impactos que podem dificultar a recuperação da informação.

Para Dahlberg (1978) o conceito ganha destaque quando a autora o considera como uma unidade do conhecimento. Sua estruturação e identificação estão cercadas de características capazes de individualizá-lo e representá-lo por meio da padronização de termos que tornará possível a organização de um sistema de classificação (MENDES; TEIXEIRA; FERREIRA,

2019 p. 4), assim a padronização do conceito impactará em relação à diminuição da ambiguidade e da polissemia. Por meio dos conceitos é possível conhecer as áreas do conhecimento científico, já que eles são os responsáveis por representar um domínio.

Assim, os conceitos são formados pelos objetos de representação, pois “desde as primeiras investigações filosóficas, os conceitos são considerados como “elos” entre a realidade mental e a realidade externa, sendo inexoravelmente associados aos atos de representação”, conforme observam Melo e Brascher (2014, p. 70).

O processo de organizar é fundamental, seja para um indivíduo, seja para uma instituição, tarefa mais simples ou mais complexas necessitam de organização para serem efetuadas, assim, compreende-se que os conceitos fazem parte da vida social e pessoal do ser humano.

Os conceitos podem ser considerados como elementos essenciais aos SOC (HJØRLAND, 2007) porque a imprecisão terminológica é um obstáculo para a organização e representação do conhecimento. Consequentemente, essa imprecisão pode prejudicar o acesso e uso da informação, influenciando na aprendizagem dos usuários.

A necessidade de trabalhar com questões que auxiliem no tratamento informacional demanda o uso do processo de classificação na Arquivologia. A classificação fundamenta dois instrumentos principais: o plano de classificação e a tabela de temporalidade. A classificação na Arquivologia pode ser: a) classificação funcional, b) classificação estrutural e, c) classificação por assunto, porém o esquema de classificação que é geralmente utilizada é a classificação funcional.

A classificação funcional é defendida por Schellenberg, pois considera que a classificação deve refletir o conjunto de atividades e funções que são desenvolvidas pelas instituições e, não apenas a estrutura da instituição. Sobre essa perspectiva, aponta-se:

Na criação de um esquema de classificação para documentos oficiais então, a função, tomada no sentido anteriormente definido, deve ser levada em consideração, dividindo-se os documentos sucessivamente em classes e subclasses. As maiores classes ou classes principais podem ser criadas tomando-se por base as maiores funções do órgão; as classes secundárias, as atividades e as classes mais detalhadas compreendem uma ou mais unidades de arquivamento, criadas em função de atos relativos a pessoas, entidades, lugares ou assuntos. (SCHELLENBERG, 2006, p. 58).

Para Schellenberg, a classificação desenvolvida a partir da estrutura das instituições pode causar divergências, afinal, mudanças ocorrem nas instituições: a criação ou a extinção de departamentos/setores é um ato comum e tais mudanças, ao considerar a elaboração do plano

de classificação, pode ocasionar algum prejuízo, isto é, documentos podem não ser inclusos no plano de classificação.

Diante dessa realidade, entende-se que o plano de classificação funcional é a maneira mais adequada, além de ser usualmente utilizada pela Arquivologia, para o desenvolvimento do plano de classificação. Somado a isso, considerando que esta pesquisa tem como premissa o desenvolvimento de um tesouro funcional, observa-se que o plano de classificação desenvolvido de acordo com as funções e atividades das instituições subsidiam a elaboração dos tesouros funcionais.

A classificação funcional pode ser compreendida como um instrumento que subsidia a gestão de documentos, já que por meio dela os documentos podem ser organizados, considerando-se os aspectos lógicos e físicos dos arquivos, refletindo as funções e atividades que são desempenhadas pelas instituições.

É necessário ressaltar que, embora a classificação funcional possa ser considerada como um instrumento complexo de gestão, pois desenvolve-se a partir das funções e atividades que são desempenhadas pelas instituições essa estruturação, na maioria das vezes, não é de conhecimento dos usuários, o que pode cooperar para a existência de algum tipo de ruído informacional entre usuários e sistemas. Porém, mesmo diante desse cenário complexo, a classificação funcional ainda é a melhor estruturação que atende às necessidades da Arquivologia, pois, tal instrumento abarca as funções e atividades que são produzidas pelas instituições.

Dessa forma, entende-se que para a elaboração do plano de classificação é necessário que exista uma análise preliminar em relação aos termos que serão contemplados no plano de classificação. Nota-se que em relação a Arquivologia, ainda é necessário um maior aprofundamento teórico no que tange às possibilidades advindas das LD, já que estas podem melhorar os processos de organização e representação da informação. Melhorar as formas pelas quais os usuários podem realizar suas pesquisas coopera para que a Arquivologia atinja seu objetivo que é tornar a informação acessível, independentemente do tipo, suporte ou período em que a informação esteja.

Desse modo, entende-se que na Arquivologia, as LD proporcionam qualidade no processo de recuperação da informação, já que são construídas de maneira artificial com vistas a melhorar a interação entre usuários e sistemas. Porém, nota-se que ainda existe distanciamento em relação às reflexões e aplicações das instrumentalidades das LD na Arquivologia. Esse assunto é abordado por Albuquerque (2017, p. 2) e Sousa (2006) quando os autores refletem:

[...] a Classificação Arquivística não incorporou, com maiores discussões, os fundamentos da Filosofia, da Teoria da Classificação e a Teoria do Conceito, para que estas possam contribuir em questões de base teóricas e aplicadas às possíveis perspectivas de tratamento e relações que podem vir destas teorias [...].

Talvez, esse distanciamento aconteça uma vez que na Arquivologia a classificação é compreendida como um conjunto de “operações técnicas que visam agrupar os documentos de arquivo relacionando-os ao órgão produtor, à função, subfunção e atividade responsável por sua produção e acumulação”, conforme do Decreto n.º 48.897/2004, art. 10, que trata sobre a gestão de documentos e define seus instrumentos (BRASIL, 2004).

Não obstante, a classificação na Arquivologia era realizada a “partir de critérios cronológicos (determinações de períodos) e metódicos (assuntos ou matérias) influenciados pelas classificações científicas estabelecidas em outras áreas do conhecimento humano” (SOUSA 2006, p. 125).

A atividade de classificar o documento por algum tempo era entendida como uma atividade técnica, que não requeria grandes esforços de análise. Contudo, essa atividade não pode ser caracterizada como puramente tecnicista, uma vez que demanda do arquivista habilidades de identificar, analisar, compreender e estruturar as relações existentes entre as informações. E será a partir da identificação dos documentos que compõem as instituições que o arquivista terá subsídios para desenvolver o Plano de classificação, instrumento consolidado pela área que será melhor contextualizado no decorrer dessa pesquisa.

Entender a classificação como algo mais tecnicista pode ter ocorrido no passado porque a área trabalhava a partir da reunião dos documentos que tratavam do mesmo assunto (reunião temática). Antigamente, os arquivistas agrupavam as informações semelhantes e separavam aquelas consideradas como diferentes (ALBUQUERQUE, 2015).

Dessa forma, entende-se que o processo da classificação na Arquivologia não pode ser compreendido como uma atividade que não possui processo intelectual, pois:

Classificação torna-se condição para a compreensão plena dos documentos de arquivo – tanto a perspectiva de quem os organiza como de quem os consulta. De outro lado, o acesso bem sucedido à documentação está associado, entre outros fatores, à sua localização rápida e precisa, algo que depende da conveniente ordenação dos documentos (GONÇALVES, 1998, p. 12-13).

A classificação na Arquivologia é extremamente importante, pois o Plano de classificação abrange os documentos que compõem uma instituição, o que permite ao arquivista compreender o fluxo informacional a partir das funções e atividades existentes nas instituições.

Desse modo, a aplicação prática do plano de classificação contribui com a gestão de documentos porque requer estudo sobre a instituição. A organização é verificada por meio da análise estrutural que envolve a compreensão do contexto.

Através do Plano de classificação os documentos de arquivo são classificados e “agrupados de acordo com o órgão produtor, a função, a subfunção e a atividade responsável por sua produção ou acumulação” (ARQUIVO DO ESTADO, 2005, p. 22). Além do plano de classificação, a tabela de temporalidade também é originada da classificação arquivística. A tabela de temporalidade:

É o instrumento resultante da avaliação documental, aprovado por autoridade competente, que define prazos de guarda para os documentos em razão de seus valores administrativo, fiscal, jurídico-legal, técnico, histórico, e autoriza a sua eliminação ou determina a sua guarda permanente (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2005, p. 22).

Ambos os instrumentos colaboram para que os documentos recebam tratamento adequado, mudando a ideia de que o arquivo é composto por documentos que não possuem mais relevância para as instituições. Ao contrário, um arquivo devidamente tratado por meio de uma gestão de documentos eficiente, colabora para o atendimento de demandas administrativas, além de contribuir com memória das institucional. Os documentos servem como fontes de provas e, por essa razão, devem ser gerenciados de forma que sejam descartados os documentos que não possuem mais valor legal e, que sejam preservados aqueles que possuem valor histórico.

Por essa razão, é necessário que a Arquivologia se aproxime de outros instrumentos que podem melhorar não apenas as formas de organização, mas também de representação e recuperação da informação. Portanto, é necessário a aproximação com outras teorias já consolidadas na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação como a teoria da classificação e a teoria do conceito (SOUSA, 2006; FREITAS; ALBUQUERQUE, 2017).

Nesse sentido, a Arquivologia precisa atrelar aos seus instrumentos novas metodologias que permitam melhorar as formas de representar e de possibilitar a recuperação da informação, uma vez que “os princípios de sistematização de termos, comuns à terminologia e à classificação, são fundamentais aos bancos de conhecimento, uma vez que, neles, os conceitos são estruturados, classificados e sistematizados” (DZINCHARADZE, 1993, p. 127).

Albuquerque (2015) e Freitas e Albuquerque (2017) mencionam que a TC subsidia a classificação na Arquivologia a medida em que oferece aporte na determinação das relações

conceituais no processo intelectual da classificação arquivística. Nesse sentido, Albuquerque (2017, p. 22) reflete que:

O aporte da Teoria do Conceito oferece subsídios para determinar as relações conceituais que podem ser abordadas na elaboração de Planos de Classificação arquivística, considerando toda a estrutura e características destes instrumentos, e, por conseguinte, ajudando a fixar e posicionar os conceitos em determinando sistema.

Entretanto, para que cada instrumento de organização e representação do conhecimento possa ser desenvolvido e usado de forma que atenda às realidades informacionais, é necessário que as informações estejam representadas de forma precisa e consistente e, para isso, deve-se considerar a formação e estruturação dos termos como elementos essenciais para o sucesso da recuperação da informação.

A utilização das abordagens da TC fundamentada por Dahlberg (1976) pode ser considerada como um diferencial, pois os conceitos são pontes entre os sistemas e usuários. Independente da complexidade de um sistema, todos precisam de bases seguras para cumprir seu papel de disponibilizar as informações.

A solidez em relação aos conceitos é primordial devido às dificuldades que se apresentam no processo. O conceito que é representado por vários termos exige que o usuário esteja familiarizado com as diversas formas em que uma informação foi representada. Uma representação da informação sólida permite vencer essa barreira e melhorar a comunicação entre usuários e sistemas.

Para melhorar esse processo de interação entre usuário e sistema indica-se o uso dos SOC, cujo objetivo é melhorar a qualidade dos processos de organização através da padronização, o que atua de maneira direta com a recuperação da informação. A partir desse ponto de vista, fica clara a necessidade de a Arquivologia tornar seus instrumentos de pesquisa mais consistentes, a partir de representação mais sólida de forma a tornar a recuperação da informação mais efetiva.

Além da TC, abordamos nessa pesquisa a Teoria Geral da Terminologia (TGT) e a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) de forma a entender como essas teorias podem contribuir com os processos da Arquivologia, principalmente para tornar mais consistente a representação da informação.

4.2.2 Teoria Geral da Terminologia (TGT)

Os pioneiros trabalhos da Teoria Geral da Terminologia (TGT) são do autor Eugen Wüster, e suas bases foram alicerçadas na Escola de Viena. Wüster (1998) desejava eliminar os problemas originados da ambiguidade e, para tanto, seria imprescindível investir na normalização terminológica, através da monosssemia e univocidade dos termos.

Dessa forma, a teoria da Wüster baseia-se na:

Formulação a partir da seleção dos termos da engenharia industrial em vista da sua normatização conceitual, linguística e intralinguística com o objetivo de eliminar as ambiguidades que a linguagem natural insere na comunicação profissional, nacional e internacional (AGANETTE; ALMEIDA, 2014, p. 397).

Wüster (1998) considera a terminologia como um campo interdisciplinar, no qual a linguística é um dos pontos de convergência ao lado da lógica, da ontologia, da Ciência da Informação e das diversas áreas do saber.

Considera-se, portanto, que a TGT é a base para todas as demais escolas de Terminologia e, por isso, pode ser considerada como um grande marco em relação às demais teorias da terminologia e isso nos mostra a sua importância, pois:

O objetivo do trabalho terminológico é a fixação de conceitos, visando à elaboração de definições orgânicas, além de estabelecer princípios para a criação de novos termos e possibilitar, assim, comunicação mais precisa entre especialistas de diversas áreas do conhecimento, no âmbito da Ciência e da Tecnologia, em nível nacional e internacional (CAMPOS, 2001, p. 66).

A TGT foi formulada a partir da seleção dos termos da engenharia industrial devido à sua normatização conceitual, linguística e intralinguística, objetivando eliminar as ambiguidades proporcionadas pela linguagem natural. Assim, a TGT ajuda no processo de univocidade dos termos, o que afeta de forma direta os processos de recuperação da informação.

Barros (2004, p. 55) relata que a TGT entende a terminologia como “uma ciência de caráter filosófico, que mantém relações privilegiadas com a Lógica, a Teoria da Classificação e a Linguística (posteriormente também com a Informática)”.

A concepção clássica da TGT busca a padronização dos conceitos:

A teoria de Wüster tem suas bases na filosofia analítica e no neopositivismo que, nas suas afirmações mais radicais, consideram a linguagem comum como imprópria à ciência, compartilham da crença na homogeneidade do conhecimento científico e postulam, em última análise, a possibilidade de uma linguagem universal. Compreende-se, por essa via, porque os conceitos são tratados como se fossem independentes da linguagem com função meramente

denominativa. Ao mesmo tempo, verifica-se a razão do privilégio da normalização como meio de garantir uma comunicação unívoca (LARA, 2005, p. 04)

Táلامo e Lara (2006, p. 210) complementam a reflexão de Lara (2005) ao observar que:

A Teoria Geral da Terminologia (TGT) é tributária da linha cognitiva: concebe a formação do conceito como algo independente da língua e vê no signo linguístico apenas a parte significativa, atribuindo-lhe uma função meramente instrumental a serviço da denominação.

Para a TGT, o trabalho terminológico inicia-se com o conceito, que possui uma unidade de designação que é o termo. Um termo designa um conceito. Desta forma, é necessário garantir a unificação de conceitos e termos, o que caracteriza a Terminologia como sendo de natureza prescritiva (CAMPOS, 2001, p. 66).

Wüster (1998) considera que a TGT é um instrumento de comunicação e sua base aborda a natureza e a descrição (definição) dos conceitos, as relações entre eles, a formação dos termos, a internacionalização dos conceitos e dos termos dentre outros tópicos, conforme consideram Carvalho e Lima (2014, p. 901).

A TGT permite um melhor tratamento da linguagem que será utilizada, pois tem como objetivo a garantia da univocidade comunicativa (AGANETE; ALMEIDA, 2014, p. 397). Dessa forma, a uniformização dos termos minimizará as chances de um termo representar mais de um conceito, colaborando com o processo de representação da informação arquivística.

Nesse sentido, Campos (2001, p. 68) considera que, “a TGT busca, então, estabelecer princípios que visam a propiciar uma correspondência exata entre conceitos e termos, para facilitar a comunicação nos vários domínios da Ciência e da Tecnologia”.

Os princípios estabelecidos pela TGT são: a) princípio da univocidade e, b) princípio da monorreferencialidade. Campos (2001, p. 68) considera que o princípio da univocidade, para os terminólogos que seguem a TGT, se dá via normalização, o que caracteriza a natureza prescritiva da Terminologia e, o princípio da monorreferencialidade “um significante terminológico, mesmo complexo, representa no espírito de um especialista da área um conjunto conceitual único” (RONDEAU, 1981, p. 164).

Os princípios da univocidade e da monorreferencialidade vêm ao encontro do centro que norteia a TGT, ou seja, o conceito. Na TGT, o conceito é o elemento principal a ser considerado devido à sua estabilidade e, somado a isso, o termo permanece contínuo, independentemente do tempo.

Este assunto também foi abordado por Cabré (1999) quando menciona quais são os preceitos da TGT, os quais são responsáveis por possibilitar uma melhor relação entre conceitos e termos. Em relação aos preceitos da TGT, destacam-se: a) o conceito antecede à expressão; b) o conhecimento científico é técnico e universalmente uniforme; c) a estrutura de um domínio especializado é única em todos os grupos e contextos; d) o conhecimento científico é neutro; e) o uso dos termos normatizados da comunicação profissional deve ser livre de obstáculos; f) o termo normatizado apresenta características mais significativas para todos os grupos e contextos.

Wüster (1998) considerava que a polissemia precisaria ser solucionada, dessa forma, cada conceito seria representado a partir de um único termo. Assim, a TGT de forma geral trabalha com a perspectiva da padronização dos termos/conceitos.

Talvez, um dos fatores que causaram grandes críticas à teoria wusteriana relaciona-se ao fato de que ela reduz o léxico das linguagens, nesse sentido, Cabré menciona que essa teoria:

estabelece um objeto de análise e umas funções de trabalho muito restritivas, porquanto limita o objeto às unidades unívocas normalizadoras próprias dos âmbitos científicos-técnicos, reduz a atividade terminológica à recolha de conceitos e termos para a normalização (fixação de noções e denominações normatizadas) dos termos, circunscreve os âmbitos especializados à ciência e à técnica e limita seus objetivos para assegurar a univocidade da comunicação profissional, fundamentalmente no plano internacional (CABRÉ, 1998, p. 2).

A TGT propõe, conforme discorrido, a normalização dos termos, para tal teoria, um conceito deve representar apenas um termo. Para os adeptos dessa teoria, a normalização dos termos era necessária para não causar confusões em relação à representação da informação.

Considerando que os termos são empregados para representar uma área do conhecimento científico, nota-se que essa teoria pode contribuir com a Arquivologia, ao possibilitar menores ruídos de comunicação e, para tanto, torna-se necessário tratar os aspectos de ambiguidade, polissemia, homonímia e sinonímia.

Porém, a TGT quando considera que os conceitos são estáticos e, por defender a univocidade dos termos, acaba por perder espaço quando refletimos que a língua é considerada dinâmica e, que as realidades socioculturais de cada país influenciam as formas de comunicação e, por isso, a univocidade dos termos não atenderia a essa nova realidade.

Diante desta divergência em relação a uma única forma para representar os termos paralelamente surge uma nova teoria, a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), que reconhece a necessidade de variação terminológica.

4.2.3 Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT)

Desde os anos de 1990, vem-se questionando a insuficiência dos postulados da terminologia clássica, a chamada TGT de Eugen Wüster (ALMEIDA, 2006). Posteriormente, novos paradigmas foram propostos. É a partir das reflexões e trabalhos da autoria de Maria Teresa Cabré que a TCT se fundamentou, tanto teoricamente quanto em relação aos aspectos metodológicos.

Sobre a TCT, Sales (2007, p. 05) pontua que ela “é uma abordagem de base linguística que zela pelo caráter comunicativo dos termos inseridos na linguagem efetivamente utilizada em ambientes específicos [...]” e para tanto, são grandes aliadas em relação aos aportes teóricos sobre os instrumentos que auxiliam a representação do conhecimento (SALES, 2007). A necessidade de reflexão sobre esse assunto pode ser traduzida a partir das palavras de Lara (2005), quando a autora menciona que

A Terminologia tem sido referida, pela sua importância e em diferentes graus, nas metodologias de construção de distintos instrumentos de organização da informação e do conhecimento – Linguagens Documentárias como os Tesouros, Ontologias, Mapas Conceituais, Topic Maps [...] O que une todos esses instrumentos é sua problemática central organizada em torno da noção de conceito ou dos aspectos semânticos que lhe são relacionados (LARA, 2005, p. 2).

A terminologia serve de apoio para a construção dos instrumentos que vão possibilitar aos usuários um melhor acesso à informação. Essa construção é possível a partir do uso das linguagens documentárias, que se desenvolvem de maneira artificial.

Na Arquivologia, a normalização e padronização terminológica podem ser usadas no momento de designar as funções e atividades das instituições, além de contribuir com a designação dos órgãos produtores das informações. Assim, a terminologia pode dar subsídios para que a Arquivologia possa melhorar as formas de comunicação que envolvem as instituições produtoras das informações. Além disso, essa terminologia fornece subsídios ao arquivista, já que é o profissional responsável por realizar a representação da informação e facilitar o acesso dos usuários. Almeida (2006, p. 86) destaca que a TCT é mais adequada para o cenário brasileiro porque é “um país monolíngue com grande variedade dialetal, só mesmo uma teoria descritiva para dar conta das especificidades das terminologias aqui praticadas”. A TCT está fundamentada em três pilares como a Teoria do Conhecimento, a Teoria da Comunicação e a Teoria da Linguagem (BARROS, 2004). Nesse sentido, pode ser considerada

como uma área interdisciplinar, que fornece bases sólidas em relação aos conceitos e termos, sendo esses fundamentais para o sucesso da representação e recuperação da informação.

Cabré (1999) defende em sua teoria a importância de uma terminologia ser capaz de dar conta da complexidade da língua, ou seja, é necessário considerar que em situações profissionais reais há uma multiplicidade de registros que mantêm seu caráter especializado, mas apresentam características de unidades lexicais manifestadas em outras situações discursivas (VAN DER LANN, 2005, p. 6).

A terminologia é considerada por Cabré como:

Uma interdisciplina constituída por elementos procedentes da base da linguística, da ontologia e das especialidades, ligada necessariamente à documentação, da qual se serve e a qual serve, e usuária, e ao mesmo tempo contribuinte, das novas tecnologias da informação (CABRÉ, 1999, p. 22).

Os autores Moreira e Lara (2012, p. 487) consideram que a TCT, permite a “concepção de unidade terminológica mais flexível e admite a possibilidade de variação conceitual e denominativa, além de admitir também relações entre conceitos que ultrapassam as relações lógicas e ontológicas estabelecidas pela teoria clássica”.

Essa flexibilidade existente na TCT vem ao encontro da realidade dos arquivos e da Arquivologia, já que para a Arquivologia considera o contexto de produção dos documentos, portanto, a flexibilidade terminológica é necessária para abranger as realidades de cada instituição, que são afetadas pela cultura e pela tradição histórica do lugar onde a organização está inserida.

Para Almeida (2006, p. 86-87) um projeto terminológico vinculado teoricamente à TCT deve refletir na sua prática os seguintes pressupostos gerais:

1. Objeto central da terminologia são as unidades terminológicas e não os conceitos (perspectiva linguística e uma abordagem semasiológica)
2. Não há diferença a priori entre termo e palavra, o que há são signos linguísticos que podem realizar-se no discurso como termo ou palavra dependendo da situação comunicativa
3. Os termos devem ser observados no seu ambiente natural de ocorrência, ou seja, nos discursos especializados.
4. Do ponto de vista cognitivo, as unidades terminológicas estão subordinadas a um contexto temático; ocupam um lugar preciso num mapa conceitual; o seu significado específico é determinado pelo lugar que ocupam nesse mapa

Lara (2005, p. 5) retrata que a TCT “propõe ver os termos como unidades linguísticas, enfatizando a função da língua como instrumento de comunicação”. Complementando Lara

(2005), Cabré (2000) considera os termos como unidades de forma e conteúdo os quais, utilizados em determinadas condições discursivas, adquirem valor especializado (CABRÉ, 2000).

Os termos assumem papel de destaque quando consideramos que eles são os responsáveis por dois processos: a representação e a transmissão de conhecimentos especializados, conforme pontua Van Der Laan (2002). Os termos fazem parte de qualquer tipo de domínio e, por isso, podem ser entendidos como peças fundamentais em relação a disseminação da informação.

Dessa forma, o termo pode ser usado a partir de duas vertentes: a primeira recai sobre o objeto e, também sobre a necessidade de representação da informação. Já a segunda vertente refere-se ao compartilhamento da informação gerando novos conhecimentos.

Uma das diferenças entre a visão de Cabré e de Wüster é que para a primeira autora os termos não são estáticos, antes assumem uma característica mais “[...] flexível e leva em conta a dimensão textual e discursiva dos termos, fundamentando-se numa visão mais comunicativa da linguagem” (CARVALHO; LIMA, 2014, p. 901). Enquanto para Wüster, os termos assumem um caráter marcadamente estático, sem variação semântica.

Ao considerar que a Arquivologia tem o seu fazer voltado às práticas que possibilitem um melhor tratamento da informação, nota-se que a terminologia tem muito a contribuir com a área, principalmente em relação às questões que subsidiam as necessidades de padronização e normalização terminológica. A padronização e a normalização terminológica são importantes porque impactam nos processos que envolvem a organização, a representação, o acesso e a recuperação da informação.

A terminologias e as suas escolas têm muito a contribuir com o objeto da Arquivologia - a informação, quando consideramos a necessidade de um tratamento informacional que garanta não apenas o acesso à informação, como também deve contribuir com a preservação da informação independente do suporte e dos sistemas onde essas informações estejam armazenadas.

Considerando a necessidade de a Arquivologia investir em instrumentos que contribuam com melhores formas de tratamento da informação, principalmente no que tange ao controle e padronização da terminologia, a próxima subseção foi desenvolvida de forma a contemplar quais são os instrumentos que podem colaborar com a organização, representação e acesso à informação. Para os objetivos desta pesquisa, o tesauro foi o instrumento escolhido para contribuir com melhores formas de tratamento informacional para a Arquivologia.

4.3 Tesauro conceitual e tesauro funcional: diferenças e complementaridades

Segundo Vickery (1960) o termo tesauro, no latim (*thesauru*) e no grego (*thesaurós*) teve sua origem na Grécia (*Treasury ou Storehouse* = tesouro ou armazenagem/repositório).

Campos e Gomes (2006, p. 350) mencionam que “esta palavra [*thesaurus*] popularizou-se a partir da publicação do *Thesaurus of English Words and Phrases*, de Peter Mark Roget, em Londres, 1852”. As autoras informam ainda que Hans Peter Luhn, no ano de 1950, foi o primeiro a utilizar o termo *Thesaurus* para nomear seu sistema de palavras autorizadas com uma estrutura de referências cruzadas (FOSKETT, 1985, p. 270 *apud* CAMPOS; GOMES, 2006).

Campos (2001) ressalta que o primeiro padrão internacional para construção de tesauros foi elaborado na década 1970, pela *International Organization for Standardization* (ISO), a ISO 2788-74, que foi revisada em 1986.

Ainda nessa década foi lançada a norma ANSI/NISO Z.39.19, pela *National Information Standards Organization* (NISO). A ANSI/NISO Z.39.19 recebeu o título de “*Guidelines for the construction, format, and management of monolingual thesauri*”.

Após algumas revisões, chegou-se a ANSI/NISO Z.39.19-2005 – *Guidelines for the construction, format and management of monolingual controlled vocabularies*, que orienta a construção, formatação e gestão de vocabulários controlados, conforme relata Campos (2001).

Além da ANSI/NISO, a ISSO 25.964-1 trabalha com a perspectiva de padronização terminológica, com ênfase aos tesauros. A ISO 25.964-1 destaca que em tal instrumento os “conceitos são representados por termos, organizados de modo que as relações entre conceitos sejam explicitadas e os termos preferidos sejam acompanhados por termos de entrada para sinônimos ou quase-sinônimos”.

A ISO 25.964-2 destaca que os tesauros podem assumir as seguintes estruturas: a) sistemas de classificação, b) sistemas de classificação de negócios para gerenciamento de registros, c) listas de cabeçalhos de assunto, d) taxonomias, e) mapas conceituais, f) redes semânticas, g) terminologias/banco de termos, h) listas de autoridades de nomes e i) anéis de sinônimos. A ISO 25.964 é a norma mais recente aplicada ao desenvolvimento de tesauros, sua estruturação ocorre a partir de duas partes: a) a parte 1, ISO 25.964-1:2011, preocupa-se com as diretrizes para a construção de tesauros em ambientes impressos e eletrônicos; b) parte 2, ISO 25.964-2:2013, oferece diretrizes para o estabelecimento e manutenção de mapeamentos entre vários tesauros ou, até mesmo entre tesauros. A parte 2 da ISO abrange os aspectos de interoperabilidade que tem interfaces com esquemas de classificação, taxonomias, cabeçalhos de assunto, ontologias e anéis de sinônimos. Um dos destaques da ISO 25.964 ocorre pelo fato desta norma atualizar, revisar e substituir a ISO 2788, a ISO 5964 e, parcialmente a BS 8723.

Isso significa que a atualização abrange várias normas e segue influências de vertentes metodológicas importantes conforme destacam Fujita et al. (2017, p. 66).

Antes da ISO 25.964 existiram outras publicações que tinham por objetivo demonstrar como os tesauros poderiam ser construídos. Isso denota que esse instrumento tem como objetivo:

Dar assistência ao usuário (pesquisador ou indexador) de maneira que ele consiga encontrar o termo que represente um determinado significado para o que se procura, ou seja, com a ajuda do tesouro, o usuário no momento de busca poderá identificar termos alternativos, que permitirá descrever a informação contida no documento de forma mais adequada (JESUS, 2002, p. 16).

Portanto, os tesauros contribuem na recuperação da informação, orientando as buscas para os usuários. Não obstante, permitem também a consistência na representação da informação. Esses elementos, em relação à Arquivologia, contribuem com a elaboração e padronização dos Planos de Classificação.

Em alguns momentos, os tesauros e os vocabulários controlados são tomados como sinônimos. Embora ambos trabalhem com a perspectiva do controle e padronização terminológica, os tesauros possuem estruturas mais complexas quando comparados com os vocabulários controlados.

Os autores Boccato, Ramalho e Fujita (2008, p. 201) descrevem que um tesouro,

São linguagens de estruturas combinatórias e pós-coordenadas, constituídas de termos - unidades linguísticas provenientes da linguagem de especialidade e da linguagem natural-denominados de descritores, providos de relações sintático semânticas, referentes a domínios científicos especializados, possibilitando a representação temática do conteúdo de um documento, bem como a recuperação da informação (BOCCATO; RAMALHO; FUJITA, 2008, p. 201).

Os tesauros são usados por vários domínios e, por isso, se adequam a necessidades específicas das instituições, além de “permitir controle e padronização terminológica, aperfeiçoando o compartilhamento, a recuperação e a disseminação da informação” (SOUSA; ARAÚJO JUNIOR, 2013, p. 140).

Para os interesses desta pesquisa, nos pautamos nos tesauros funcionais já que o objetivo é fornecer um modelo de requisitos que possam contribuir com a Arquivologia. Sendo assim os tesauros contribuem com a área, uma vez que desenvolvem-se de forma a considerar as funções e atividades concernentes às instituições.

Os tesauros melhoraram o processo de representar e recuperar as informações. A partir do uso de uma linguagem construída artificialmente é possível que sejam minimizados alguns problemas originados de ambiguidades, polissemias e demais situações que são comuns na linguagem natural, mas que podem trazer ruídos aos processos de representação e recuperação da informação. Diante disso, a próxima subseção traz informações concernentes ao tesouro conceitual, para que seja possível compreender o universo desse instrumento.

4.3.1 Tesouro conceitual

O tesouro é compreendido como uma linguagem documentária, com vistas a contribuir com melhorias referentes à representação e acesso à informação. Seu desenvolvimento ocorre a partir de necessidades específicas de cada domínio/especialidade. Em relação à Arquivologia, os tesauros devem refletir as especificidades informacionais das instituições.

Tálamo (2001) observa que tesouro é uma linguagem documentária que representa de forma normalizada os conceitos de uma área específica através de termos que se manifestam em estruturas lógico-semânticas.

Um tesouro conceitual recebe essa designação, pois seu desenvolvimento é executado através de bases alicerçadas nos conceitos. Por isso, o nome atribuído ao tema é tesouro conceitual.

O tesouro conceitual é baseado em conceitos a partir da reunião de “dois princípios fundamentais para sua elaboração: o conceito, como unidade de representação e o uso de categorias, como base para organização de sistemas de conceitos” (CAMPOS; GOMES, 2006, p. 354).

Considerando que o tesouro conceitual é desenvolvido por meio de termos/conceitos, a teoria do conceito e a teoria da classificação facetada “contribuem para a elaboração de tesauros conceituais porque estabelecem bases para identificação dos conceitos, dos termos e das relações entre eles e, ainda, para sua ordenação sistemática”, conforme destacam Campos e Gomes (2006, p. 349).

Destaca-se que um tesouro conceitual é “composto por uma terminologia (conjunto de descritores preferidos e não-preferidos) que tem o conceito como seu elemento nuclear, uma vez que este denota certo nível de abstração e de consenso dentro de um dado domínio”, conforme evidenciam Lima e Maculan (2017, p. 55). Os tesauros conceituais desempenham importantes funções em relação à representação e ao acesso à informação. Por essa razão, podem ser estratégicos quanto ao tratamento da informação, afinal seu uso pode ser feito por

vários domínios do conhecimento científico e seu desenvolvimento pode ocorrer com maior ou menor complexidade.

Ao considerar que os tesouros conceituais podem ser vistos como estratégicos para a recuperação da informação, é necessário que o seu desenvolvimento ocorra de forma planejada, pois esse instrumento possui “capacidade de transportar conceitos e suas relações mútuas, apresentados em documentos em uma linguagem natural, com controle de sinônimos e estruturas sintáticas simplificadas” (ROCHA; DOMINGUES; CERVANTES, 2013, p. 461).

A eficácia em relação ao desenvolvimento deste instrumento ocorre por meio de alguns fatores, entre os quais destaca-se a necessidade de revisão e de atualização terminológica, para que dessa forma o tesouro conceitual esteja sempre adequado às exigências informacionais das instituições.

Além do tesouro conceitual, apresenta-se nessa seção, o tesouro funcional. As reflexões aqui apresentadas visam conhecer a estrutura e a abrangência de cada um desses instrumentos, para identificar qual deles podem ser usados na Arquivologia, de forma que seu uso respeite os princípios e características da área. Dessa forma, o tesouro funcional foi tratado na sequência.

4.3.2 Tesouro Funcional

O tesouro funcional é um instrumento desenvolvido a partir das funções e atividades que são desempenhadas pelos arquivos. Para a Arquivologia o tesouro funcional pode contribuir de diferentes maneiras, sem negligenciar os princípios da área, pois, a) opera como índice de termos do plano de classificação; b) opera como índice para encontrar séries documentais a serem eliminadas; c) provê pontos de acesso ao usuário, permitindo navegar de sinônimos ou outros termos não adotados para a terminologia adotada pelo arquivo; d) pode ser usado como ferramenta para ajudar o funcionário a encontrar documentos necessários para as tarefas do dia a dia (SMIT; KOBASHI, 2003, p. 45).

Pelas razões destacadas por Smit e Kobashi (2003) considera-se que os tesouros funcionais ofereceram subsídios à Arquivologia no que tange ao tratamento da informação. O tesouro funcional proporciona maior confiança no sistema, pois seu uso proporcionará novas maneiras de acesso à informação arquivística.

Contudo, ressalta-se que para o desenvolvimento e uso adequado dos tesouros funcionais torna-se necessário planejar e estabelecer o plano de classificação arquivístico, já que ele reflete as funções e atividades que são desempenhadas pelas instituições. Nesse contexto Aguiar e Tálamo (2012, p. 131) consideram que o tesouro funcional

oferece mecanismos para o relacionamento entre os termos permitindo a apresentação de um repertório hierárquico da informação orgânico funcional de uma forma mais detalhada e aprofundada, além de possuir recursos para subsidiar o controle de vocabulário.

Cabe ressaltar que os tesauros funcionais são desenvolvidos a partir da linguagem controlada e de maneira artificial por meio das linguagens documentárias. Essa readequação da linguagem natural para a linguagem artificial colabora para que os processos de representação facilitem a recuperação da informação.

No Brasil, no ano de 2011 foi promulgada uma nova lei que é diretamente relacionada a Arquivologia e ao seu objeto de estudo, a informação. Dessa forma cabe ressaltar a Lei 12.527 de 11 de novembro de 2011, comumente conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI (BRASIL, 2011), que regulamenta o acesso à informação.

Para garantir o acesso informacional é necessário que os documentos estejam organizados e representados de forma que possam ser utilizados. Para que os documentos possam estar acessíveis aos usuários, sente-se a necessidade de usar um instrumento que faça a conexão entre os usuários e as instituições mantenedoras de arquivos. Nesse sentido, os tesauros funcionais oferecem soluções para a Arquivologia, assumindo o papel de intermediadores entre usuários, sistemas e informações.

A padronização e o controle terminológico são fundamentais para diminuir problemas oriundos do acesso à informação arquivística. Pode-se dizer que a utilização de uma linguagem normalizada de acordo com o contexto e a cultura organizacional de uma instituição é um dos fatores determinantes para garantir a dinâmica e a totalidade do processo documentário (produção, organização e disseminação).

Vogel e Kobashi (2019) mencionam que para a Arquivologia o ideal, em relação a um instrumento que ofereça subsídios para a organização, representação e recuperação da informação, seja um instrumento que considere as funções das instituições arquivísticas. Não é adequado fazer o uso de um instrumento de controle de vocabulário que seja desenvolvido de maneira temática, pois esse instrumento deve ser indicado apenas para o uso dos documentos que são considerados de custódia permanente: históricos.

O Arquivo Nacional da Austrália considera que os tesauros funcionais são desenvolvidos a partir de

uma lista alfabética de todas as funções autorizadas e os termos descritores de atividades derivam de um plano de classificação de negócios. Definem-se os

termos usando notas de escopo e especificando as relações hierárquicas entre eles (NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA, 2003, sem paginação).

Na Austrália, o tesauro funcional começou a ser utilizado devido à necessidade de organização das informações referentes ao governo, por esta razão, esse instrumento é utilizado de forma que atenda às informações analógicas e digitais. Na Austrália, o uso do tesauro funcional ocorre em mais de 500 instituições, demonstrando que seu uso pode ser considerado como rotineiro, habitual e sólido.

Nesse contexto, cabe ressaltar que um dos objetivos propostos por esta pesquisa é desenvolver um instrumento que colabore com a padronização e controle terminológico. Nesse caso, um tesauro funcional que atenda às demandas de organização, representação e de acesso às informações, desenvolvido de forma que possa abarcar todo o processo documentário da arquivística. Contribuir com o acesso informacional é salutar, pois cada instituição faz uso de informações de maneira específica, dentro de sua realidade informacional, realidade que pode atender aos mais diversos tipos de solicitações: municipais, estaduais e/ou federais. Dessa maneira, as informações armazenadas nos arquivos tornam-se estratégicas, principalmente para as tomadas de decisões.

Entende-se que o desenvolvimento e aplicação dos tesouros funcionais notadamente em relação ao campo de atuação da Arquivologia possibilita um acesso mais rápido e com qualidade informacional, afinal torna-se

[...] inadmissível que informações vitais para a organização sejam recuperadas em prazos demasiados longos. Muitas ações podem deixar de ser executadas pela falta de informação e muitas decisões podem ser equivocadas exatamente pela ausência de informações importantes (SOUSA; ALVES, 2017, p. 61).

Embora a Arquivologia tenha instrumentos consolidados em sua prática, tais como o plano de classificação, a área ainda sente a necessidade de se aproximar de instrumentos que colaborem com questões referentes à padronização terminológica. Dessa forma, fazer uso de um instrumento de representação e recuperação da informação proporciona que os usuários tenham uma maior confiança ao realizar suas pesquisas.

O tesauro funcional é um instrumento desenvolvido de modo que possa contemplar as funções e atividades que são desenvolvidas pelas instituições. Nesse sentido, entende-se que desenvolver um tesauro funcional considerando a estrutura administrativa de uma instituição não é o caminho mais adequado, pois as instituições sofrem mudanças em suas estruturas, ou seja, extinção ou criação de novos setores, realocações de setores.

Em relação ao desenvolvimento do tesauro funcional na Arquivologia, tal instrumento deve ser construído de acordo com o plano de classificação, pois este instrumento abarca de forma consistente as funções e atividades que são desenvolvidas pelas instituições.

Os tesauros funcionais oferecem subsídios para que a Arquivologia tenha resultados mais consistentes em relação à organização, representação e uso da informação. Contudo, existem poucas pesquisas que abordam essa perspectiva na área.

As normas de descrição na Arquivologia abordam a necessidade do uso de instrumentos que trabalhem com a perspectiva de padronização e controle terminológico, porém não foi destacado nas normas de descrição como esse instrumento pode ser desenvolvido de forma a contribuir com o tratamento da informação (DAVANZO, 2016).

Ressalta-se também que as normas de descrição não evidenciam se a Arquivologia pode fazer uso de um tesauro funcional ou de tesauro conceitual. Para Vogel e Kobashi (2019) o melhor instrumento a ser desenvolvido são os tesauros funcionais. As autoras (2019) consideram que o tesauro tradicional é desenvolvido de forma temática, tal configuração seria adequada aos arquivos permanentes, porém o ideal em relação aos arquivos correntes e intermediários são os tesauros funcionais.

Ao considerar que os tesauros funcionais atendem as necessidades da Arquivologia no que tange ao tratamento da informação, a próxima subseção desenvolveu-se de forma a conhecer como esse instrumento é tratado pelos arquivistas australianos, onde o seu uso abrange vários órgãos governamentais.

4.3.3 Arquivo Nacional da Austrália

O Arquivo Nacional da Austrália (*National Archives of Australia*⁵ - NAA), de acordo com o seu web site, tem como missão realizar a preservação da memória da nação australiana. O NAA é responsável por coletar e preservar todos os registros do governo, tais registros refletem a história e a identidade australiana.

A criação do NAA ocorreu por meio da Lei de arquivos do ano de 1983. A Lei torna os arquivos nacionais responsáveis pela identificação dos recursos de arquivo da *Commonwealth*.⁶

⁵ <https://www.naa.gov.au/>

⁶ Autoridade da *Commonwealth* significa:

- (a) uma autoridade, órgão, tribunal ou organização, incorporado ou não corporativo, estabelecido para fins públicos;
- (i) por, ou de acordo com as disposições de uma lei, regulamentos feitos sob uma lei ou lei de um território diferente do território do norte ou da ilha de Norfolk;
- (ii) pelo governador-geral; ou
- (iii) por ou com a aprovação de um Ministro;

A *Commonwealth*, de acordo com Costa Filho e Sousa (2017) foi formada, no século XIX a partir de seis estados pertencentes a Austrália: New South Wales, Queensland, Western Australia, Tasmânia, Victoria e South Australia.

A *Commonwealth* passa a ganhar mais visibilidade a partir da I Guerra Mundial onde o volume de documentos torna-se expressivo. Porém, o destaque maior à *Commonwealth* ocorre na II Guerra Mundial, quando além da necessidade de tratar o grande volume informacional, surge também a necessidade de maior cuidado em relação à preservação dos documentos considerados estratégicos e diplomáticos (COSTA FILHO, 2017).

O Arquivo Nacional da Austrália atende a um dos requisitos da Arquivologia: garantir o acesso à informação. Entende-se que o Arquivo Nacional da Austrália colabora com a preservação e com o gerenciamento das informações.

No web site do NAA constata-se o cuidado em relação ao acesso à informação, pois os australianos preocupam-se com os aspectos que envolvem a herança cultural do país.

Pode-se observar que, a criação de leis relacionadas aos arquivos internacionais foi estabelecida antes do contexto brasileiro. Na Austrália a lei foi criada no ano de 1983, enquanto no Brasil a lei foi criada alguns anos mais tarde, no ano de 1991. Dessa forma, observa-se que na Austrália a preocupação com os arquivos ocorreu oito anos antes que no Brasil. Essa mesma lei sofreu alterações no ano de 2014.

A Lei de Arquivo da Austrália apresenta os seguintes objetivos:

1. Identificar os recursos de arquivo da Commonwealth
2. Preservar e disponibilizar publicamente os recursos de arquivo da Commonwealth
3. Supervisionar a manutenção de registros da Commonwealth, determinando padrões e prestando consultoria às instituições da Commonwealth e,
4. Impor obrigações de manutenção de registros em relação aos registros da Commonwealth.

O *Commonwealth* foi a primeira repartição responsável pelo armazenamento dos documentos de arquivo do governo australiano. Esse arquivo é conhecido como *Commonwealth Archives Office* (COA). A criação do COA ocorre no período da II Guerra Mundial, com o objetivo de sanar uma lacuna que foi deixada na I Guerra Mundial. Os documentos deste

(b) o titular de um escritório prescrito sob a Commonwealth; ou

(c) uma empresa controlada pela Commonwealth ou uma associação controlada pela Commonwealth;

período foram perdidos, assim o COA deveria garantir que os documentos fossem recolhidos à um lugar adequado, onde essa documentação pudesse estar preservada.

Anos mais tarde o COA seria transformado no atual Arquivo Nacional da Austrália. O NAA é, portanto, uma agência executiva do governo australiano. Essa organização tem como foco coletar os registros das decisões e ações do governo. Esses objetivos foram estabelecidos para contribuir com a memória da nação, com sua identidade e história, conforme relatos do web site da instituição australiana.

Nesse cenário, é importante contemplar aquilo que os arquivistas australianos denominam de *recordkeeping*. O *recordkeeping* está diretamente relacionado aos eixos que compõem o modelo do RC, ou seja, criar, capturar, organizar e socializar. Entende-se, que o *recordkeeping* subsidia as atividades da gestão documental, pois oferece subsídios para o tratamento da informação.

Outra preocupação do NAA ocorre em relação aos aspectos de interoperabilidade, que é pautada nos seguintes pilares: a) negócios; b) segurança; c) legais; d) semânticos e, e) técnicos. Na página do NAA, os elementos de interoperabilidade estão representados de acordo com a Figura 5.

Figura 5 - Elementos de interoperabilidade



Fonte: National Archives of Australia (2019)

Cada um dos temas possui uma finalidade, assim a) o tema de negócios garante que os processos, responsabilidades e expectativas para a troca de dados e informações estejam alinhados entre todas as partes interessadas; b) o tema de segurança garante a proteção dos dados e o gerenciamento dos riscos da troca de dados e informações; c) o tema de negócios

jurídicos garante que os requisitos legais, de privacidade e éticos sejam atendidos ao trocar ou usar informações e dados; d) o tema semântico garante que usuários e sistemas entendam o significado de informações e dados trocados; e) o tema técnico permite que plataformas, sistemas e aplicativos troquem ou processem informações e dados.

Os temas abrangidos pelo NAA preocupam-se com o tratamento, uso e acesso às informações. Essa preocupação ocorre porque o arquivo é o órgão responsável por coletar os registros das decisões e ações do governo australiano, conforme destaca web site do NAA.

Outro aspecto em evidência no web site do NAA diz respeito à interoperabilidade, que é o elemento fundamental para que haja troca de informações entre os eixos definidos pelo NAA. A troca informacional é possível, pois a interoperabilidade garante: a) o fornecimento de serviços consistentes, coordenados e mais oportunos; b) melhora a acessibilidade; c) reduz o impacto de mudanças estruturais no governo; d) reduz riscos de obsolescência técnica; e) informa o desenvolvimento de políticas e tomadas de decisões; f) reduz o custo do gerenciamento de informações e dados por meio de reutilização e infraestrutura compartilhada, conforme web site do NAA.

Observa-se que, para os arquivistas australianos, os documentos possuem uma grande relevância, pois o governo entende que todos os documentos que são recebidos e gerados são transformados em registros. Tais registros precisam ser tratados, pois são considerados como ativos governamentais.

Esta visão é bastante peculiar e até mesmo interessante, pois demonstra preocupação do governo em relação à necessidade de garantir tratamento informacional adequado para os documentos. Para o governo australiano, gerir, proteger e armazenar os documentos em um local certo colabora para o acesso e contribui com a memória do país.

Os documentos refletem as funções e atividades que uma instituição desempenha e este pode ser um dos motivos que sustentam a necessidade do desenvolvimento de instrumentos que possam melhorar o tratamento da informação, contribuindo com o fluxo informacional e melhorando o acesso. Nesse sentido, esta pesquisa trabalha em relação ao uso dos tesouros funcionais, instrumentos que são usados nos órgãos governamentais da Austrália.

O uso do tesouro tem como objetivo principal permitir aos usuários navegar entre os termos que podem ser usados para classificar, descrever e recuperar registros e outras informações da instituição (NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA, 2003, p. 16).

Os tesouros podem cooperar de forma assertiva com arquivos, museus, bibliotecas, centro de documentação e demais instituições que possuem como objeto de estudo a informação, Harpring (2016, p. 24) considera que instrumento é:

Uma ferramenta de informação que contém palavras e frases padronizadas usadas para se referir a ideias, características físicas, pessoas, lugares, eventos, assuntos e muitos outros conceitos. Vocabulários controlados permitem a categorização, a indexação e a recuperação de informações (HARPING, 2016, p. 24).

A página do Arquivo Nacional da Austrália é uma página interativa. Os arquivistas australianos preocuparam-se em possibilitar aos usuários uma melhor forma de interação, tornando a navegação dos usuários mais consistente, dinâmica e com melhores chances de recuperação da informação.

O tesauro australiano é descrito na página do NAA como o Tesauro de funções interativas dos governos australianos (*Australian Government Interactive Functional Thesauri - AGIFT*).

O tesauro é composto por 583 termos e de acordo com a página do NAA a última modificação ocorreu em dezembro de 2016. Não há relatos no web site do NAA sobre os motivos pelas quais esse instrumento não sofreu nenhuma modificação após o ano citado.

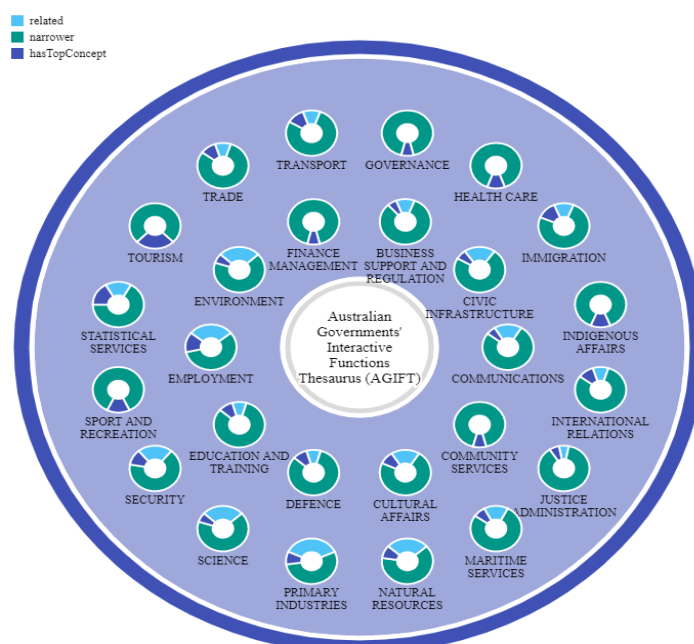
O tesauro australiano possui vinte e seis entradas que servem de base para a condução da pesquisa por parte dos usuários: 1) Regulamento e apoio ao negócio; 2) Infraestrutura cívica; 3) Comunicações; 4) Serviços comunitários; 5) Assuntos culturais; 6) Defesa; 7) Educação e treinamento; 8) Emprego; 9) Meio ambiente; 10) Gestão de finanças; 11) Governança; 12) Cuidados de saúde; 13) Imigração; 14) Assuntos indígenas; 15) Relações internacionais; 16) Administração da justiça; 17) Serviços marítimos; 18) Recursos naturais; 19) Indústrias primárias; 20) Ciência; 21) Segurança; 22) Esporte e recreação; 23) Serviços estatísticos; 24) Turismo; 25) Comércio; 26) Transporte.

O Arquivo Nacional oferece uma interface bastante interativa, que certamente contribui para o atendimento das demandas informacionais dos usuários. Entretanto, nesta pesquisa, as imagens não terão esse caráter, pois são imagens estáticas que têm a finalidade de demonstrar como a pesquisa pode ser conduzida no web site do Arquivo Nacional da Austrália⁷.

Destaca-se que além do modo visual, que possibilita ao usuário a forma educativa, o web site também permite aos usuários uma nova interface onde são apresentadas uma lista de funções, ordenada de forma alfabética.

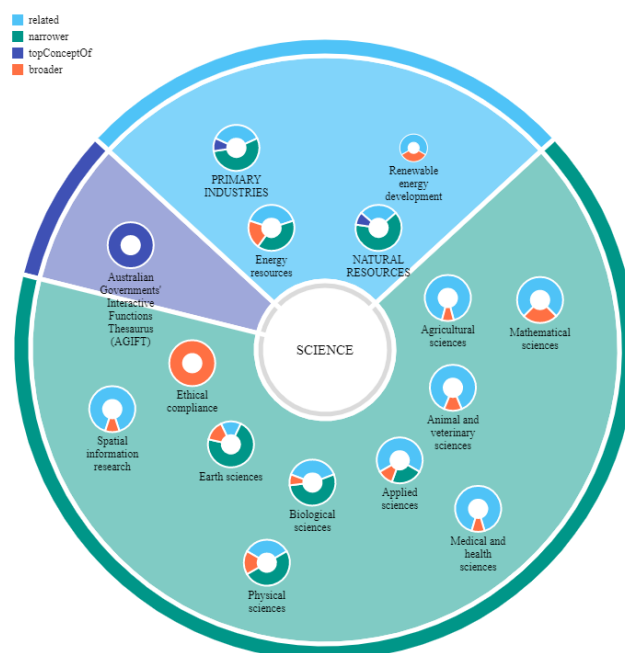
Ao clicar no tesauro australiano, o usuário é conduzido a uma próxima tela, onde deve escolher os termos que possam atender a sua demanda informacional, conforme observamos na Figura 6.

⁷ <https://data.naa.gov.au/def/agift.visual>

Figura 6 - Identificação da necessidade de busca

Fonte: Web site National Archives of Australia (2019)

Cada um dos elementos abordados na Figura 6, permite uma navegação mais consistente, pois ao selecionar um termo o usuário é direcionado à novas informações. Dessa forma, ao selecionar por exemplo, o termo “science”, o usuário será conduzido à uma nova interface, conforme Figura 7 abaixo.

Figura 7 - Termos e conceitos

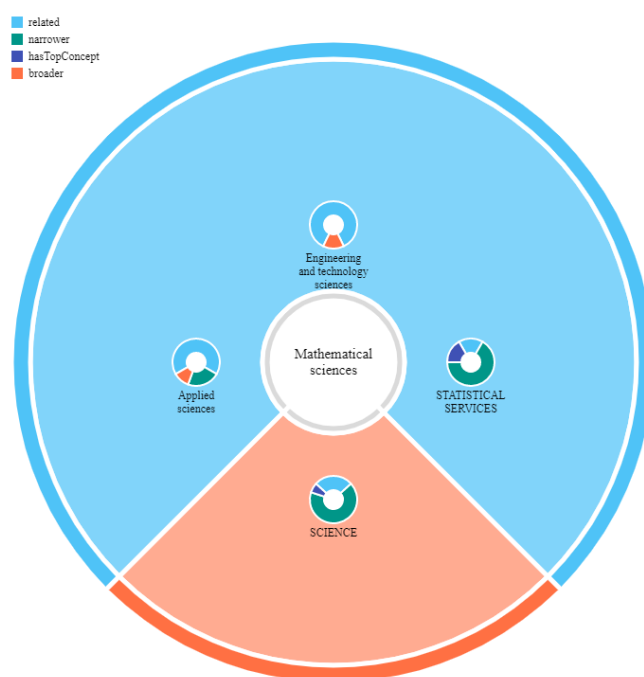
Fonte: Web site National Archives of Australia (2019)

Conforme a Figura 7, o termo “*science*” possui outros termos relacionados. Cada termo está ligado ao primeiro termo que foi escolhido para ilustrar o processo de navegação oferecido pelo tesauro.

A navegação do usuário não termina nessa figura, pois cada termo que está ligado a “*science*” ao ser selecionado pelo usuário, permite uma nova navegação. Dessa forma, ao selecionar qualquer termo aleatório o usuário será conduzido à uma nova forma de representação dos termos que estão estruturados no tesauro.

Para dar continuidade a ilustração, nesse momento, escolheu-se de forma aleatória, o termo “*mathematical Science*”, conforme Figura 8.

Figura 8 - Exemplo de uso do termo



Fonte: Web site National Archives of Australia (2019)

Diante da navegação no tesauro australiano, observa-se que o usuário é direcionado de acordo com as suas estratégias de busca, a partir dos termos que foram previamente selecionados.

Como o tesauro australiano possui muitos termos indexados não seria possível ilustrar todas as interfaces que o usuário pode alcançar, devido as muitas possibilidades de navegação.

Outro fator que merece destaque é que o tipo de navegação que é oferecida pelo tesauro australiano. A navegação auxilia aqueles usuários que não possuem muita familiaridade com o tesauro e com as formas de representação e indexação das informações. O tesauro oferece alternativas para ajudar os usuários em relação às suas expectativas informacionais.

Cabe também ressaltar, que o direcionamento dos usuários, ocorre devido aos relacionamentos que esse instrumento possui. Durante o desenvolvimento de um tesauro são utilizadas algumas abreviaturas que tem a finalidade de elencar os tipos de relações existentes entre os termos. Essas abreviaturas são apontadas a partir do Quadro 13, conforme segue.

Quadro 13 - Relacionamentos dos tesauros

Abreviatura	Definição
Termo genérico – TG	O termo que se segue refere-se a um conceito com conotação mais ampla.
Termo específico – TE	O termo que se segue refere-se a um conceito com conotação mais específica.
Termo relacionado – TR	O termo que se segue está associado, mas não é nem um sinônimo, nem um termo genérico ou termo específico.
Nota explicativa – NE	Uma nota que se junta a um termo para indicar seu significado específico dentro de uma linguagem de indexação.
Usado para – UP	O termo que se segue é um sinônimo ou um quase-sinônimo do termo preferido.
USE	O termo que se segue é o termo preferido quando se deve escolher entre sinônimos ou quase-sinônimos.

Fonte: Adaptado do National Archives of Australia (2019)

Essas abreviaturas são devidamente reconhecidas pelas normas que abrangem essa temática, sendo fundamentais para indicar os tipos de relacionamentos que existem entre os termos. Sua composição é feita a partir de termos preferidos e termos não preferidos, além dos qualificadores e dos relacionamentos semânticos (relacionamentos de equivalência, relacionamentos hierárquicos e relacionamentos associativos).

O relacionamento de equivalência aborda questões subjacentes aos termos preferidos e aos termos não preferidos. Dale; Austin (1993, p. 42) observa que esse relacionamento é usado:

[...] para fins de indexação, como referentes ao mesmo conceito. A reciprocidade é expressa através das seguintes convenções: USE, escrito como prefixo do termo preferido; UP (usado para), escrito como prefixo do termo não-preferido.

Além da relação de equivalência, os tesauros são compostos pelas relações hierárquicas. Sobre essas relações hierárquicas, Dale; Austin (1993, p. 44) considera que:

Esta relação básica distingue principalmente um tesouro sistemático de uma lista de termos não estruturada, i.e., um glossário ou um dicionário. Baseia-se em graus ou níveis de superordenação ou subordinação, onde o termo subordinado se refere a seus membros ou partes. A reciprocidade é expressa pelas abreviaturas: TG (i.e., termo genérico), escrito como prefixo do termo superordenado; TE (i.e., termo específico), escrito como prefixo do termo subordinado.

Nas estruturas de um tesouro, encontram-se outros dois tipos de relacionamentos: a relação associativa e a relação partitiva. De acordo com a ISO 25964-1, as relações associativas são assim definidas:

A relação associativa abrange associações entre pares de conceitos que não estão relacionados hierarquicamente, mas são associados semântica ou conceitualmente a tal ponto que a ligação entre eles precisa ser explicitada no tesouro, com o fundamento de que pode sugerir termos adicionais ou alternativos para uso na indexação ou recuperação (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2011, p. 63, tradução nossa).

A relação partitiva não é suficientemente contemplada na ISO 25964, mas, entende-se que ela pode ser explicada “quando um conceito é parte de outro, por isso, a relação de todo/parte” (VAN DER LAAN; FERREIRA, 2000, sem paginação).

Diante das contribuições oferecidas pelos tesauros funcionais e, considerando a sua usabilidade pelos arquivistas australianos, entende-se que este instrumento também pode ser usado em relação ao cenário brasileiro, onde existe a necessidade de oferecer tratamento informacional adequado, tanto para as informações analógicas como para as digitais. Seu uso traz benefícios que se estendem a todo processo documentário da Arquivologia e, por essa razão, a próxima seção, foi desenvolvida de forma a contemplar quais são as publicações que oferecem apoio para o desenvolvimento dos tesauros.

5 MANUAIS PARA ELABORAÇÃO DE TESAuros

Essa seção foi desenvolvida visando fornecer subsídios em relação ao desenvolvimento de um tesauro funcional que atenda aos requisitos da área da Arquivologia.

Portanto, foram abordadas no decorrer dessa seção, as normas e diretrizes que tratam sobre a temática da construção dos tesauros, para que os interessados nesse assunto possam ter base para o desenvolvimento de seus respectivos instrumentos.

5.1 Metodologia para a criação de tesauro

Para construir um tesauro pode-se recorrer aos instrumentos normativos, que foram publicados abordando essa temática. Esses instrumentos normativos irão proporcionar as bases para a elaboração dos tesauros. Normalmente sugere-se que esses instrumentos sejam desenvolvidos de acordo com a realidade de cada instituição.

Dessa forma, foram contempladas nesta discussão as seguintes normas e diretrizes que abarcam a temática dos tesauros: “Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos” de Smit e Kobashi (2003) e o National Archives of Australia (2003) que foram desenvolvidas de forma específica para a Arquivologia, enquanto que a norma Z39-19:2005 (R2010) – Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies, ISO 25.964 – Information and documentation -- Thesauri and interoperability with other vocabularies -- Part 1: Thesauri for information retrieval e Part 2: Interoperability with other vocabularies (2011; 2013) e o Essential thesaurus de Vanda Broughton (2006) que são publicações mais amplas e abrangentes. Assim, acredita-se que tais documentos possam orientar as instituições em relação ao desenvolvimento de seus próprios tesauros.

Ressalta-se também a necessidade de planejamento no que tange ao desenvolvimento do tesauro, pois este instrumento requer investimento em tempo, além de uma equipe que conheça o fluxo informacional da instituição.

O processo de planejamento requer um trabalho interdisciplinar, por meio de uma equipe que considere as particularidades da instituição. Assim algumas perguntas são necessárias: quem são os usuários da instituição? Qual é a demanda informacional da instituição? A instituição tem capacidade financeira para desenvolver esse instrumento? A instituição conta com mão de obra especializada para trabalhar no desenvolvimento de um tesauro?

Conhecer a área, o domínio e a especialidade em que o tesauro será desenvolvido é de fundamental importância, pois as particularidades de cada área devem ser contempladas na

estruturação do tesauro. Somente assim, este instrumento poderá atender às necessidades das instituições.

A flexibilidade em relação ao desenvolvimento do tesauro funcional vem ao encontro das particularidades da Arquivologia, pois o contexto no qual os documentos foram produzidos deve ser analisado no processo de organização da informação. Essa flexibilização pode ser positiva para a Arquivologia porque a dinâmica de desenvolvimento, de organização, de representação e recuperação da informação são qualidades que facilitam o tratamento informacional.

Não há uma única concordância em relação a quais elementos são necessários para o desenvolvimento desse instrumento. Cervantes (2009) desenvolveu um quadro em um dos seus trabalhos, no qual de maneira objetiva, apontou como alguns autores estão refletindo sobre como desenvolver um tesauro. Embora Cervantes (2009) não trabalhe com os tesauros funcionais, salienta-se que o trabalho da autora contribui para um melhor conhecimento em relação aos tesauros, instrumento ainda pouco explorado pela Arquivologia. O Quadro 14 têm por objetivo mostrar quais são os elementos que podem ser considerados para a elaboração desse instrumento.

Algumas análises podem ser realizadas a partir do quadro proposto por Cervantes (2009), quais sejam: a) o planejamento e desenvolvimento de um instrumento de controle terminológico, no caso desta pesquisa o tesauro funcional, não possui uma fórmula específica, esse instrumento pode ser planejado de forma que possa suprir as expectativas e demandas informacionais dos arquivos; b) os instrumentos de controle terminológico podem assumir estruturação mais ou menos complexa, tal complexidade também relaciona-se com a estrutura de cada arquivo e, por isso, mais uma vez é necessário compreender quais são as deficiências em relação à organização, representação e acesso informacional que a instituição pretende suprir; c) conhecer o fluxo informacional existente nos arquivos, conhecer como ocorre a relação entre usuário e arquivo certamente afetará no modo de desenvolvimento do tesauro funcional. Quanto maior for a riqueza de detalhes acerca das informações que constituem o arquivo das instituições, mais consistente e representativo será o tesauro funcional.

Quadro 14 - Etapas de construção de um tesauro

Etapas de construção de tesauro segundo autores	
Categorias temáticas	Autores

Fase do planejamento a- Tipo de usuário, suas necessidades; abrangência e nível de especificidade do tesauro; b- Identificações de fontes de procedimentos e de coleta de termos.	Batty (1990) Gomes (1990) Fujita (1992) Gomes (2004)
Formas/métodos de compilação de termos a- Dedutivo b- Indutivo c- Combinação de métodos (dedutivo/indutivo)	Aitchison; Gilchrist (1979) Lancaster (1987) Batty (1989) Gomes (1990) Fujita (1992) Gomes (2004)
Compilação de termos a- Coleta, registro e seleção de termos compilados b- Validação-registro do vocabulário básico; coleta e validação de termos	Aitchison; Gilchrist (1979) Lancaster (1987) Batty (1989) Gomes (1990) Fujita (1992) Gomes ([2004])
Estabelecimento de relações entre termos/categorização a- Estruturação de conceitos com controle terminológico dos termos; ordenação dos termos; estabelecimento de categorias elementares; organização dos termos básicos em categorias (critério a afinidade semântica); definição de subcategorias; estabelecimento de relações entre termos.	Aitchison; Gilchrist (1979) Lancaster (1987) Batty (1989) Gomes (1990) Fujita (1992) Fujita (1998) Gomes ([2004])
Especificidade a- Estabelecimento de limites de especificação/dependendo da complexidade do vocabulário	Lancaster (1987) Gomes (1990) Gomes ([2004])
Uso de equipamento informático para processamento de dados a- Estruturação automática das partes alfabética e sistemática do tesauro (etapa 7); produção de uma estrutura final (etapa 7)	Lancaster (1987) Gomes (1990) Fujita (1992) Gomes ([2004])
Formas de apresentação a- Alfabética; sistemática; alfabética/classificada; facetada. Estruturação automática das partes alfabéticas e sistemática do tesauro; produção de uma estrutura final	Lancaster (1987) Gomes (1990) Fujita (1992) Gomes ([2004])

Fonte: Cervantes (2009, p. 114)

Notadamente em relação ao Quadro 14 de Cervantes (2009) não há como negligenciar a riqueza informacional que ele possui, por essa razão as informações abarcadas por cada autor certamente contribuem para embasamento o desenvolvimento desse instrumento. O Quadro também denota que existem divergências em relação aos elementos que devem ser englobados para o desenvolvimento do tesauro funcional. As maneiras diferentes de olhar para a estruturação de um tesauro podem ser verificadas na aba “categorias temáticas”, que abrange o ponto de vista de cada autor.

Partindo para as publicações mais específicas acerca da Arquivologia, a próxima subseção desenvolveu-se em relação a reflexões acerca de um manual que foi desenvolvido de forma específica para a Arquivologia: O como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos.

5.2 Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos

As autoras Smit e Kobashi, no ano de 2003, desenvolveram um trabalho intitulado “Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos”. Essa pesquisa é próxima da realidade da Arquivologia, uma vez que, a ISO 25.964 (2011; 2013), ANSI NISO Z39.19-2005 (R 2010) e O essencial da construção de tesouros (BROUGHTON, 2006) não foram desenvolvidas com a intenção de abranger uma área específica do conhecimento. As pesquisas anteriores foram desenvolvidas para servir como parâmetros na elaboração de tesouros que podem ser usados em qualquer domínio.

O trabalho das autoras (2003) pode ser dividido em dois momentos. O primeiro tem como objetivo relatar o que é um vocabulário controlado. As discussões sobre o vocabulário controlado são inovadoras para a área, à medida que ainda há poucas pesquisas que abrangem esse tema e havia menos ainda naquele contexto.

Nessa primeira parte, as autoras trazem uma importante visão ao relatarem que esse instrumento pode ser utilizado a partir de duas perspectivas: o momento da construção e o momento da utilização do vocabulário controlado, ou seja:

o primeiro momento é geração do vocabulário controlado onde são consideradas: a) Política de instituição como um todo (missão e objetivos) e, b) Atividades/funções envolvidas na documentação a ser organizada (linguagem de especialidade);
o segundo momento, a utilização do vocabulário controlado onde são consideradas: a) política de acesso à informação política de indexação e, b) público-alvo (SMIT; KOBASHI, 2003, p. 18).

Conforme as observações de Smit e Kobashi (2003), constata-se que o desenvolvimento desse instrumento envolve questões que abrangem não apenas as informações armazenadas nas instituições, mas abarcam elementos próprios de cada instituição: missão, objetivos, procedimentos, normas, regimentos, estatutos e políticas que recaem sobre o acesso à informação.

A segunda parte da obra das autoras (SMIT; KOBASHI, 2003) pode ser considerada a parte prática. Por essa razão foi intitulada de “Como fazer”. Para demonstrar a construção dessa parte da obra, optou-se por elaborar o Quadro 15, conforme segue.

Quadro 15 - Como elaborar vocabulário controlado para arquivos

Como elaborar vocabulário controlado para arquivos	
Elementos	Usado para
Como fazer controle de vocabulário: procedimentos micro	Normalização gramatical Opções de grafia Alterações nos nomes de pessoas e topônimos Controle de sinonímia, homonímia e quase sinonímia Adoção de termos compostos Introdução de notas de escopo e notas de uso Síntese dos procedimentos ‘micro’ de controle de vocabulário
Como fazer o controle de vocabulário: procedimentos “macro” - ordenação dos termos	Tipologia de vocabulários controlados A construção de um plano de classificação A construção de um tesauro funcional A elaboração de listas alfabéticas complementares à ordenação dos termos

Fonte: adaptado de Smit e Kobashi (2003)

Em relação aos procedimentos macros, Smit e Kobashi (2003) consideram que a ordenação dos termos:

introduz no controle de vocabulário um outro aspecto igualmente indispensável, pois, através dele, os termos são organizados num sistema significante. Caso não se proceda à ordenação dos termos, o vocabulário controlado se apresentará como uma longa lista de termos, controlados, por certo, mas cujo significado se restringe aos próprios termos (SMIT; KOBASHI, 2003, p. 35).

Os procedimentos micro têm a “finalidade de introduzir o controle nos termos ou expressões e entre estes” (SMIT; KOBASHI, 2003, p. 22).

Em relação à definição de tesauro, as autoras (2003) refletem que esse instrumento: “[...] controla o vocabulário que designa a razão de ser do documento (sua função) e não o que ele contém (assunto)” (SMIT; KOBASHI, 2003, p. 44). Essa característica faz com que esse tipo de vocabulário controlado seja específico de documentos arquivísticos (NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA, 2003), uma vez que são elaborados considerando as funções arquivísticas.

O trabalho desenvolvido pelas autoras Smit e Kobashi (2003) abre caminhos para que a temática seja tratada pela área. As autoras contribuem com o ponto de partida em relação à debates que envolvam a necessidade de a Arquivologia fazer uso do controle e da padronização terminológica uma vez que, ao trabalhar com tais questões, contribui-se para que o processo de recuperar a informação ocorra de maneira mais clara e precisa, o que torna a busca pelo usuário mais qualitativa.

Considera-se que o trabalho de Smit e Kobashi (2003) é a primeira publicação em relação a temática sobre instrumentos que trabalham com o controle e padronização terminológica na Arquivologia no Brasil. Entende-se que este trabalho possui grande impacto para a área, pois serve de base para que outras reflexões ocorram na área.

Considerando a necessidade de aproximação em relação a publicações que tratam sobre os instrumentos de controle terminológico, esta pesquisa também abordou a norma Z39.19-2005 (R2010) conforme abaixo.

5.3 Norma Z39.19-2005 (R2010): Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies

A partir do uso cada vez mais frequente das tecnologias digitais no cotidiano das instituições, tornou-se necessário estabelecer uma diretriz que atendesse não apenas aos documentos armazenados no suporte analógico, mas que contribua com reflexões em relação a melhores estratégias em relação aos documentos digitais.

Não há como negligenciar que as tecnologias digitais afetaram e afetam as rotinas das instituições. Os usos das facilidades advindas dessas tecnologias ganham espaços cada vez maiores. Da mesma forma que os documentos são produzidos e transitam com capacidades cada vez maiores, o usuário também necessita que o acesso seja feito de maneira mais rápida e eficaz.

Devido a isso, a ANSI/NISO traz um importante elemento que é imprescindível em tempos de grandes transformações ocasionadas pelas tecnologias digitais: a interoperabilidade. Tal elemento é contemplado na seção 10 da ANSI/NISO.

Diante disso, a norma ANSI/NISO Z.39.19-2005 (R2010) foi desenvolvida objetivando:

Apresentar um conjunto de procedimentos com base em técnicas preferenciais e opcionais, utilizando as seguintes convenções para indicar a relevância da recomendação: obrigatório, recomendado, permitido, não recomendado e não permitido (WEISS, 2011 p. 11).

A primeira publicação da ANSI/NISO ocorreu no ano de 1974, sendo que a sua última revisão ocorreu no ano de 2010. A ANSI/NISO Z.39.19-2005 (R2010) notadamente em relação aos vocabulários controlados, discorre que esse instrumento pode ser compreendido como uma lista de termos organizados, de forma explícita. Tal organização precisa controlar uma característica oriunda da linguagem natural: a ambiguidade. Por essa razão, no desenvolvimento da ANSI/NISO Z.39.19-2005 (R2010) considera-se que os vocabulários controlados devem possuir quatro atributos: a) eliminar as ambiguidades, b) controlar os sinônimos, c) estabelecer relacionamentos entre os termos e, d) realizar teste e validar os termos. A ANSI/NISO trabalha com questões subjacentes ao tratamento informacional de conceitos, estruturas e formatos visando colaborar com os processos de recuperação da informação, seja este analógico ou digital. Assim, a norma abarca vários tipos de suporte como os sistemas de informação automatizados ou em outros espaços de informação na web (BOCCATO, 2011, p. 170).

No ano de 2003 ocorreu uma modificação na ANSI/NISO, houve a preocupação em tratar sobre regras que fossem utilizadas para a elaboração de tesouros monolíngues, tanto analógicos quanto digitais.

Dois anos mais tarde, em 2005, ocorreu outra alteração. Dessa vez, a norma preocupou-se em abordar a construção, formato e gerenciamento de vocabulários controlados monolíngues. Boccato (2011, p. 170) menciona que essa revisão da norma,

Tem como proposta o estabelecimento de diretrizes e convenções quanto à construção, o formato de apresentação e o gerenciamento de vocabulários controlados, impressos e eletrônicos, focalizando, principalmente, outros tipos de sistemas de organização do conhecimento, além dos tesouros, tais como as listas, os anéis de sinônimos, as taxonomias e as redes semânticas (BOCCATO, 2011, p. 170).

A ANSI/NISO está organizada estruturalmente do seguinte modo: a) Introdução; b) Escopo; c) Normas referenciadas, d) Definições, Abreviaturas e Símbolos e) Vocabulário controlado (Propósitos, Conceitos, Princípios e Estrutura), f) Seleção de termos, aplicação e formas de apresentação, g) Termos compostos, h) Relacionamentos (ligações semânticas, e relacionamentos de equivalência, hierárquicos e associativos, i) Apresentação de Vocabulários Controlados, j) Interoperabilidade, k) Construção, Teste (Avaliação), Manutenção e Sistemas de Gestão.

Na norma ANSI/NISO Z39.19-2010 os vocabulários controlados são alicerçados nos seguintes pilares: tradução, consistência, etiquetas, navegação e recuperação. Tais pilares foram assim descritos:

1. Tradução: Fornecer um meio para converter a língua natural dos autores, indexadores, e utilizadores em que um vocabulário pode ser usado para indexação e recuperação.
2. Consistência: promover a uniformidade no formato prazo e na atribuição de mandatos. Indicação de relações: Indique relações semânticas entre os termos.
3. Etiqueta e browse: Fornecer hierarquias claras e consistentes em um sistema de navegação para ajudar os usuários a localizar objetos de conteúdo desejado.
4. Recuperação: Servir como um auxílio de busca na localização de objetos de conteúdo (ANSI/NISO Z39.19-2010, p. 11)

Sobre as estruturas que os instrumentos de controle terminológico podem assumir, Boccato (2011) desenvolveu um quadro que identifica o escopo desses instrumentos. O trabalho de Boccato (2011) abrange a análise da ANSI/NISO em conjunto com outras normas que não se relacionam à esta pesquisa. Portanto, trouxemos para esse trabalho apenas os instrumentos de controle terminológico que são considerados pela ANSI/NISO, conforme Quadro 16.

Quadro 16 - Elementos da ANSI/NISO Z.39.19-2010

Ocorrências	Finalidade	Estrutura/ Relacionamentos	Contexto de aplicação	Usuários
Anéis de sinônimos	Controlar os termos sinônimos em interfaces de sistemas automatizados de informação que utilizam a linguagem natural como instrumento de recuperação	Controle de sinônimos, relacionamentos de equivalências	Sistemas automatizados de informação	Usuários especialistas ou não
Listas de cabeçalhos de assunto	Organizar, categorizar para recuperar a informação	Controle de ambiguidade, controle de sinônimos, relacionamentos hierárquicos relacionamentos de equivalências relacionamentos associativos	Sistema de informação	Usuários especialistas ou não
Taxonomias	Classificar, categorizar e apresentar para recuperar a informação	Controle de ambiguidade controle de sinônimos e relacionamentos hierárquicos	Ambientes informacionais na web (Empresas, etc.)	Usuários da web
Tesauros	Organizar, categorizar para recuperar a informação	Controle de ambiguidade controle de sinônimos relacionamentos hierárquicos relacionamentos de equivalências relacionamentos associativos	Sistemas de informação especializados (bases de dados, catálogos online, etc.)	Usuários especialistas de sistemas de informação

Redes semânticas	Representar o conhecimento ou servir como ferramenta de apoio para sistemas automatizados de inferências sobre o conhecimento	Controle de ambiguidade, controle de sinônimos e antônimos, relacionamentos hierárquicos relacionamentos de equivalências, relacionamentos de instâncias relacionamentos associativos	Ambientes informacionais digitais na web	Usuários especialistas ou não da web
------------------	---	---	--	--------------------------------------

Fonte: adaptado de Boccato (2011)

O quadro 16 apresenta os objetivos de cada instrumento de controle terminológico, visando fornecer requisitos para as instituições que pretendem adotá-los em seus processos, a fim de melhorar a organização, a representação e o acesso à informação.

Esses instrumentos possibilitam que o acesso seja realizado de forma remota, além de contribuir para que o usuário tenha um acesso rápido, fácil e interativo com as informações (BOCCATO, 2011).

Além da ANSI/NISO Z.39.19-2010 foi abordado nessa seção a ISO 25.964 ao considerar que tal publicação é a mais recente em relação a temática aqui apresentada.

5.4 Norma International Organization for Standardization: ISO 25.964

A norma *International Organization for Standardization* (ISO) 25.964, apresentada em duas partes, possui o seguinte título: Informação e documentação – Interoperabilidade com outros vocabulários: Parte 1: Tesauro para recuperação da informação e Parte 2: Interoperabilidade com outros vocabulários.

Na primeira parte da ISO 25.964 foram trazidas informações em relação ao desenvolvimento e a manutenção de tesouros. O tesauro pode ser classificado como monolíngue ou multilíngue, incluindo formatos e protocolos para troca de dados.

A segunda parte da ISO 25.964 aborda questões referentes à interoperabilidade que é o elemento que “[...] faz a transição que é necessária para que seja compatível com o mundo da gestão eletrônica da informação” (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2011, p. 06).

No que tange a designação do que é um tesauro, a ISO 25.964-1 (2011) afirma que:

[...] o tesauro tem como objetivo guiar o indexador e o pesquisador para a escolha do mesmo termo e respectivamente o mesmo conceito e para que isso ocorra, o tesauro deve listar todos os conceitos que podem ser utilizados para a recuperação da informação de um determinado domínio.

A ISO 25.964-2 foi publicada no ano de 2013 e sua aplicação é focada nos aspectos de interoperabilidade com outros tesouros e com outros tipos de SOC. Encontram-se aqui as diretrizes para determinar as relações conceituais entre tesouros e outros instrumentos de controle terminológico. Como instrumento de controle terminológico temos as taxonomias, as classificações bibliográficas, as listas de cabeçalhos de assunto e as ontologias.

Considera-se que as instituições podem fazer uso da ISO 25.964 para dar sustentação ao desenvolvimento de um tesouro. A ISO 25.964-2 é a publicação mais recente em relação aos instrumentos de controle terminológico.

Fujita et al. (2017, p. 67) relata a importância dessa norma ao considerar que:

a norma ISO 25964 incorpora em suas diretrizes vários aspectos evolutivos das normas que a precedem: os aspectos de mono e multilinguismo, interoperabilidade linguística, interoperabilidade entre vocabulários controlados, aplicação da análise de facetas na construção do tesouro, definição de protocolos e formatos necessários para o intercâmbio de dados e a proposta de modelização de dados.

É necessário que as instituições realizem o planejamento antes de se lançar no desenvolvimento de um tesouro. Por essa razão, a ISO 25.964 esclarece que o desenvolvimento do tesouro deve considerar alguns fatores: a) O tesouro deve ser usado para quê e por quem; b) Se será limitado pelas restrições do software existente com o qual deverá ser usado; c) Quão conhecedores serão os usuários da área de assunto do tesouro e de uso de tesouros (ISO 25.964-1, 2011, p. 88, tradução nossa).

Além disso, a ISO 25.964 também reflete a necessidade da atualização desse instrumento, de forma que ele sempre esteja adequado com as necessidades informacionais da instituição. Desse modo, a norma ISO 25.964-1 explica que “é essencial prever alterações, tanto na evolução natural da terminologia e no escopo das bases de dados ou outros recursos a que o tesouro serve” (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2011, p. 96, tradução nossa).

Embora a ISO 25.964 não tenha sido desenvolvida de forma específica para a Arquivologia, seu uso pelas instituições que queiram desenvolver um instrumento de padronização terminológica é positivo, devido à complexidade e abrangência de sua estrutura.

Além da ISO 25.964, essa seção também abordou o trabalho dos arquivistas australianos, que foi desenvolvido no ano de 2003 de forma específica para a Arquivologia, conforme item 5.5.

5.5 National Archives of Australia

Os tesouros funcionais são instrumentos utilizados pelos arquivistas australianos. No web site do arquivo da Austrália há a explicação de que mais de 500 órgãos governamentais aderiram ao uso desse instrumento. O tesouro funcional é usado frequentemente pelos arquivistas e isso indica preocupação em aplicar os procedimentos no contexto prático. Os tesouros funcionais contribuem para o trabalho dos arquivistas. Por esta razão, o arquivo nacional da Austrália, desenvolveu uma diretriz que indica as etapas para a construção de um tesouro. Nota-se que, essa diretriz foi desenvolvida para dar suporte aos órgãos governamentais da Austrália e para que as informações custodiadas nesses lugares pudessem ser gerenciadas, de forma a preservar os documentos do País. Para melhor compreensão de como o National Archives of Australia foi desenvolvido, elaborou-se o quadro 17 conforme destacado abaixo.

Quadro 17- Construção de um tesouro de acordo com o National Archives of Australia

Desenvolvendo um tesouro de função	
I parte: Determinação um tesouro de função	Relacionamentos em um tesouro Relações estabelecidas em um tesouro Relação hierárquica: termos mais específicos (BT) e termos mais genéricos (NT) Relação de associação: termos relacionados (TR) Relação de equivalência: termos "US" e "USAR FOR" Fontes para termos não preferenciais
II parte: Construção um tesouro de funções	Construindo um tesouro de funções principais Uso de atividades genéricas da palavra-chave AAA (CV) Aplicando uma fonte aos termos Etapas na construção de um tesouro de funções principais Construindo um tesouro de Funções Mescladas Usando a palavra-chave AAA (CV) em um tesouro de funções mescladas Considerações ao mesclar com a palavra-chave AAA (CV) Etapas na construção de um dicionário de tesouro de funções mescladas Processo passo a passo para construir uma tesouro Erros comuns nas relações estabelecidas entre os termos
III parte: Gestão mudanças para um tesouro de funções	Motivos para modificar um tesouro de funções Gerenciando modificações em um tesouro Documentando alterações no tesouro Modificando um tesouro ao obter uma função O esquema de classificação de negócios Incorporando termos para uma nova função no tesouro Modificando um tesouro quando perder uma função Modificando um tesouro quando uma função é vendida para uma empresa particular Mantendo a terminologia atualizada em um tesouro Motivos para atualizar termos e relacionamentos Solicitações de alterações dos usuários Alteração de termos no tesouro Considerações quando uma função é terceirizada.

	Gerenciando classificação e titulação com um provedor de serviços
--	---

Fonte: adaptado de National Archives of Australia (2003)

O National Archives of Australia contribui de maneira decisiva para a Arquivologia, pois demonstra as etapas que devem ser consideradas para o desenvolvimento de um tesauro funcional.

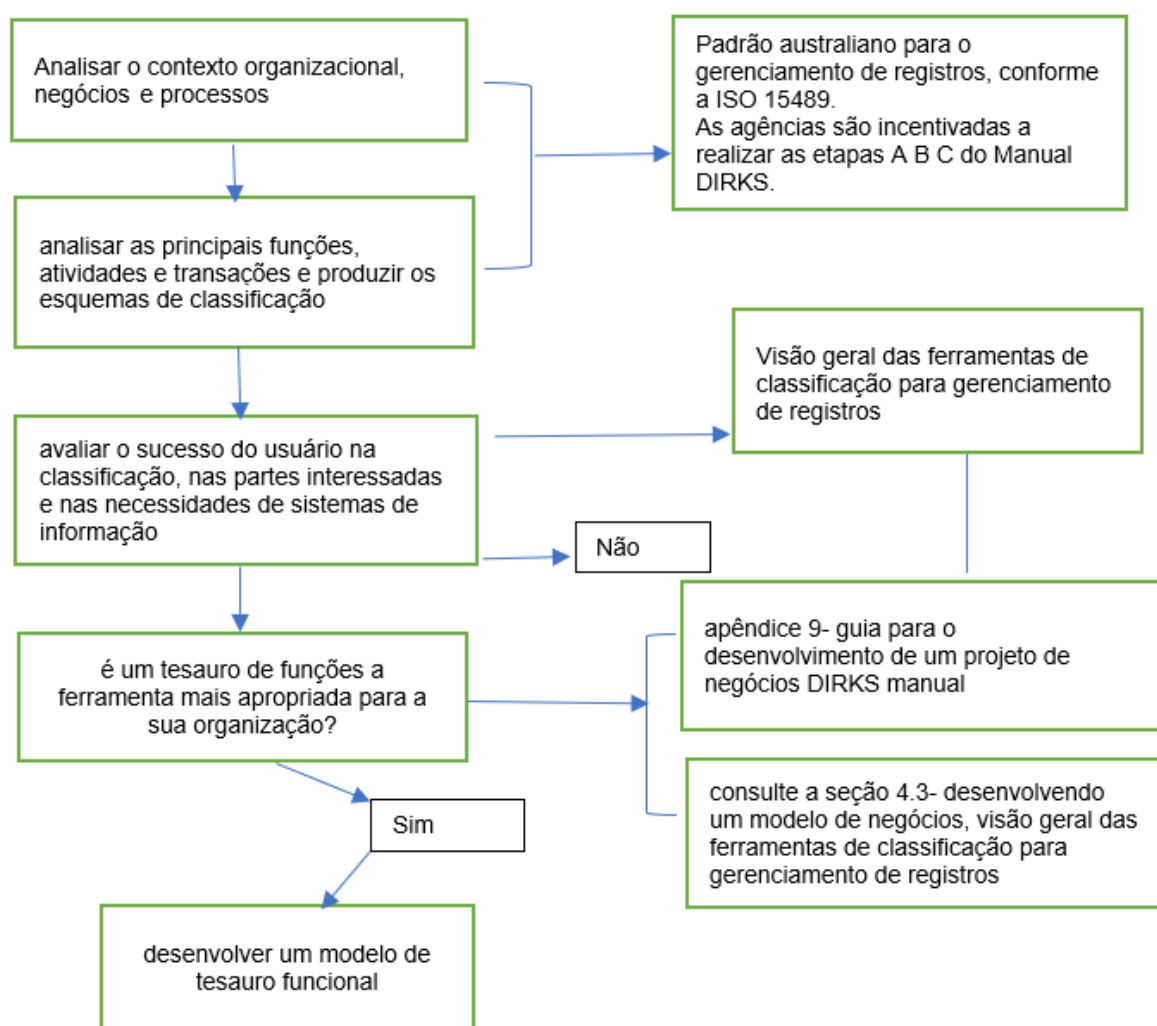
O objetivo do manual é demonstrar de forma clara e objetiva quais os elementos que devem estar presentes em um tesauro funcional, atendendo às necessidades de tratamento informacional das instituições.

Além de demonstrar quais elementos são fundamentais para a eficiência e eficácia de um tesauro funcional, o manual também traz exercícios ao final de cada seção. Os exercícios pretendem contribuir para que os leitores aprendam na prática como desenvolver esse instrumento.

Na parte II - Construindo um tesauro funcional, o manual traz o passo a passo de sua construção, demonstrando como um tesauro pode ser desenvolvido. Esse “como fazer” foi descrito na seção 6.3 dessa tese – Metodologia para elaboração de tesauro funcional para a Arquivologia.

O National Archives of Australia sugere algumas perguntas que devem ser realizadas para compreender a necessidade do desenvolvimento de um tesauro pelas instituições. Para melhor compreensão do fluxograma estabelecido pelos arquivistas australianos, optou-se por traduzir as perguntas do fluxograma, conforme demonstrado na Figura 9 - Tradução do fluxograma do National Archives of Australia.

Figura 9 - Tradução do fluxograma do National Archives of Australia



Fonte: traduzido de National Archives of Australia (2003, p. 8)

A avaliação da necessidade de implementação de um tesouro funcional em uma instituição é uma das etapas primordiais desse manual. O desenvolvimento deste instrumento não ocorre de forma simplista, ao contrário, o seu planejamento requer um engajamento por parte das instituições. Esse engajamento significa a participação de uma equipe que compreenda as necessidades das instituições. O trabalho desta equipe multidisciplinar requer tempo, pesquisa, investimento e, acima de tudo, a equipe precisa compreender o fluxo de informações da instituição.

Compreender o fluxo de informação e a gestão documental contribui para o desenvolvimento de um tesouro funcional de qualidade, pois este instrumento deve ser construído de acordo com as funções e atividades que são exercidas pelas instituições, usando como subsídio o plano de classificação. O plano de classificação é um instrumento consolidado

na Arquivologia e se destina a classificar todos as informações/documentos que estão armazenados nos arquivos.

Portanto, desenvolver um tesauro funcional que retrate as demandas de informação existentes em uma instituição, permitirá a realização de inferências de maior qualidade nas buscas e, como consequência, a recuperação da informação será precisa, consistente e contextualizada de acordo com cada usuário.

Nesse contexto, esta pesquisa, preocupou-se em demonstrar quais aspectos um tesauro funcional precisa ter para contribuir com as fases da Arquivologia, visando oferecer um melhor tratamento às informações. E, por essa razão, além das publicações mencionadas nessa seção, visando refletir sobre as publicações acerca dos tesauros, o item 5.6 abarca a publicação de Broughton (2006) - O essencial da construção de tesauros.

5.6 O essencial da construção de tesauros

Vanda Broughton é a responsável pelo manual “O essencial da construção de tesauros” (Essential thesaurus construction). Sua publicação ocorreu no ano de 2006 com o objetivo de fornecer um manual simples para profissionais que precisassem de uma ferramenta de indexação para uma situação específica e tem pouca opção a não ser criar suas próprias ferramentas (BROUGHTON, 2006, p. 1). Por essa razão, cabe ressaltar que a publicação de Broughton possui direção maior para a prática profissional, o que a difere das outras publicações que aqui contempladas.

O manual de Broughton (2006) pode ser usado pelos mais diversos tipos de profissionais da informação, como os arquivistas e os bibliotecários, à medida que oferece subsídios para a organização da informação, independentemente de seus formatos.

A autora (2006) menciona que o manual utiliza o termo “indexador”, mas este termo pode se referir a qualquer “pessoa interessada no trabalho de análise, descrição de documentos, da organização para recuperação” (BROUGHTON, 2006, p. 2, tradução nossa). O manual também usa o termo “documento”, para se referir aos documentos impressos e aos documentos digitais (BROUGHTON, 2006).

O manual de Broughton (2006) estrutura-se a partir dos seguintes elementos: introdução, conclusão, glossário e apêndices. Em cada capítulo é abordada uma diretriz que deve ser considerada no desenvolvimento do tesauro, dessa forma, o manual apresenta as seguintes diretrizes: 1) o que é um tesauro? 2) ferramentas para acesso e recuperação de assuntos; 3) para que serve um tesauro? 4) porque usar um tesauro? 5) tipos de tesauros; 6) formato de um tesauro; 7) construção de tesauro: coleta de vocabulário; 8) controle de

vocabulário: seleção de termos; 9) controle de vocabulário: forma de entrada; 10) construção de tesouro: extração de termos de títulos de documentos, 11) construção de tesouro: análise de vocabulário; 12) relacionamentos no tesouro; 13) construção de tesouro: introduzindo a estrutura interna; 14) construção do tesouro: imposição da hierarquia; 15) construção do tesouro: assuntos simples e ordem de citação; 16) construção de tesouro: conversão da taxonomia para o formato alfabético; 17) construção de tesouro: criação dos registros do tesouro, e 18) gestão e manutenção de tesouro: software para tesouro.

O manual de Broughton (2006) revela a preocupação da autora em desenvolver um manual com uma linguagem simples, alcançando um maior número de profissionais. Esta simplicidade demonstra que a autora (2006) objetivava contribuir com todos os profissionais que tinham (têm) a necessidade de fazer uso de um instrumento que possibilite melhores formas em relação à organização, representação, acesso e uso da informação.

Curiosamente, Broughton (2006) faz uma importante consideração quando destaca que o manual “deve ser de especial interesse para a comunidade de arquivos cuja educação profissional possivelmente cubra menos a área de construção e manutenção de vocabulário do que os cursos tradicionais de Ciência da Informação” (BROUGHTON, 2006, p. 1, tradução nossa). Concorde-se com Broughton (2006) porque a área deve abordar instrumentos que colaborem com o tratamento da informação, visando ajudar os usuários no processo de recuperação da informação.

A autora (2006) destaca três aspectos principais no manual. O primeiro aspecto é a introdução geral em relação aos tesouros (o que é, onde pode ser aplicado e quais as vantagens como instrumentos que auxiliam a recuperação da informação). O segundo aspecto é a investigação dos princípios gerais subjacentes aos tesouros, ou seja, estruturação de termos, auxílios à navegação e à formatação das convenções utilizadas. O terceiro aspecto é a metodologia detalhada para a criação de um tesouro (BROUGHTON, 2006).

Notadamente em relação à definição do que é um tesouro, Broughton (2006, p. 4, tradução nossa) considera que este instrumento:

[...] consiste em uma lista estruturada de termos (geralmente em um campo específico) que um indexador ou gerente de registros pode usar para descrever documentos para que os usuários finais possam recuperar itens relevantes quando procurando material sobre um assunto em particular (BROUGHTON, 2006, p. 4, tradução nossa).

Dessa forma, entende-se que os tesouros são instrumentos que auxiliam os usuários em relação às suas pesquisas, tornando a navegação com menos ruídos e permitindo que o usuário

realize uma pesquisa mais eficiente, principalmente em situações nas quais o usuário não é familiarizado com o assunto a ser pesquisado. Portanto, o tesauro constitui-se de uma lista organizada e estruturada de termos e não apenas uma seleção aleatória (BROUGHTON, 2006).

O tesauro, na concepção de Broughton (2006, p. 6, tradução nossa),

[...] é a ferramenta de indexação preferida para arquivistas e gerentes de registros, e também para bibliotecários que trabalham com recursos digitais, seja em um serviço de informações local ou em um recurso digital mais amplamente acessível.

Considerando-se o ponto de vista de Broughton (2006), uma vez mais percebe-se a necessidade de analisar como o tesauro precisa ser idealizado no que tange às especificidades da Arquivologia. Dessa forma, a próxima seção foi estruturada de forma a demonstrar como os tesauros funcionais podem ser desenvolvidos na Arquivologia.

6 METODOLOGIA PARA A CRIAÇÃO DE TESAURO FUNCIONAL

A proposta desta seção atende a mais um dos objetivos específicos adotados para esta tese que relaciona-se a identificar quais são os requisitos necessários para a construção de um tesauro funcional para a Arquivologia. Dessa forma, esta seção trata de maneira mais abrangente três manuais que foram selecionados a partir do desenvolvimento da seção 5.

Um ponto que merece destaque refere-se à forma de aplicação do tesauro funcional na Arquivologia, ao considerarmos que este instrumento surge em meio ao modelo do RC. O modelo proposto pelo RC não considera que os documentos precisam estar alocados de acordo com a fase corrente, intermediária e permanente. Dessa maneira, o modelo do RC contrapõe-se à teoria das três idades, sugerindo novas formas de tratar a informação arquivística.

Vogel e Kobashi (2019, p. 52) relatam que “um tesauro tradicional não seria indicado para organizar arquivos, especialmente os administrativos. Vale ressaltar, no entanto, que existem tesouros para arquivos, especialmente os históricos, que privilegiam o conteúdo temático”. Nesse sentido, o uso dos tesouros funcionais são os mais adequados para a realidade da Arquivologia, quando consideramos que seu desenvolvimento leva em consideração as funções e atividades que são desenvolvidas pelas instituições.

Nesse cenário, trabalhou-se com: a) Manuais dos arquivistas australianos, b) Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos e, c) ISO 25.964. Tais manuais foram selecionados entre os demais apresentados no capítulo 5 considerando-se principalmente dois requisitos: o primeiro requisito considerou que tais manuais foram desenvolvidos de maneira específica para o campo da Arquivologia (National Archives of Australia e Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos) e, por fim, considerou-se a publicação mais recente em relação aos instrumentos de controle terminológico, isto é, a ISO 25.964, publicada nos anos de 2011 e 2013.

Diante do exposto, a próxima subseção apresenta uma metodologia que possibilite que o tesauro funcional seja desenvolvido de forma a abarcar todo o processo documentário da Arquivologia. A partir dessa integração, espera-se resultados mais satisfatórios no que tange a organização, representação e recuperação da informação arquivística, ao considerar que o tesauro funcional apresenta instrumentalidades em relação ao controle e padronização terminológica.

6.1 Aplicações de tesauro funcional na Arquivologia

Os tesauros funcionais, conforme destacado no decorrer desta pesquisa, são instrumentos usados em mais de 500 instituições na Austrália.

O tesouro funcional possui como base a teoria do RC e seu desenvolvimento e aplicação é realizado pelo Arquivo Nacional da Austrália. O modelo de RC, conforme destacado nesta pesquisa, surgiu em oposição a teoria do ciclo vital dos documentos.

Para o idealizador do RC, Frank Upward o ciclo vital dos documentos não daria conta das especificidades dos documentos digitais. Upward (1996) considerava que a maneira dinâmica de produção dos documentos digitais não poderia ser abarcada pelos tradicionais ciclos de vida da Arquivologia e, por isso, era preciso uma nova forma para tratar tais documentos. Esta necessidade é observada por Alencar e Cervantes (2019, p. 290) quando as autoras consideram que

No panorama macro, a teoria do Continuum, na qual o tesouro funcional é inserido, reside à preocupação no gerenciamento das informações com ênfase na continuidade dos registros e considera seu contexto de criação e uso para comportar diferentes necessidades informacionais durante a existência do documento.

O tesouro funcional é um instrumento que pode ser aplicado aos arquivos. O uso dos tesauros funcionais não pretende que os instrumentos tradicionais da área caiam em desuso, ao contrário, o tesouro funcional pode ser usado de maneira complementar pela Arquivologia, afinal, os tesauros funcionais contemplam características que não são observados nos instrumentos tradicionais da Arquivologia, ou seja, o controle e a padronização terminológica.

Considerando que os arquivos são formados a partir das funções e atividades que são desenvolvidas pelas instituições (independentemente de seus ramos de atuação, estrutura, complexidade), sugere-se que a Arquivologia se aproxime das instrumentalidades dos tesauros funcionais, pois:

Os tesauros funcionais, enquanto instrumentos que padronizam as linguagens orgânico-funcionais, possuem relações semânticas que estruturam as funções amplas, específicas e equivalentes de uma instituição arquivística. Esse instrumento apresenta as razões de existência do Arquivo, pois expõe e define cada função, atuando como um ponto de acesso complementar da informação arquivística (ALENCAR; CERVANTES, 2019, p. 295).

Em relação às funcionalidades do tesouro funcional, recorre-se a Vogel e Kobashi (2019, p. 54), pois as autoras consideram que esse instrumento

[...] deve representar, no topo de sua hierarquia, as funções de negócios gerais, no segundo nível, as atividades que constituem tais funções, e, no terceiro nível e níveis subsequentes, os grupos de transações que se sucedem e que tomam lugar dentro dessas atividades.

Vogel e Kobashi (2019) esclarecem que a construção de um tesauro funcional deve refletir as funções que são desenvolvidas de acordo com cada instituição. Isso ocorre porque o arquivo é formado pelos conjuntos de documentos que são originados em decorrência das atividades e funções que são desenvolvidas pelas instituições.

O planejamento dos tesouros funcionais inicia-se após a organização dos documentos. Essa necessidade de organização possibilita estruturar o plano de classificação, que irá refletir o conjunto de documentos pertencentes a instituição e, por isso, é fundamental para qualquer tipo de arquivo. Lopez (2002, p. 52) contribui em relação à compreensão sobre a função do plano de classificação quando menciona que este instrumento se estrutura a partir do:

Esquema pelo qual se processa a classificação de um arquivo. Instrumento de controle resultante da fase de identificação, que reflete a organização de um fundo documental ou da totalidade dos fundos de um arquivo e contém os dados essenciais de sua estrutura (denominação de grupos, séries, datas-limite etc.) (LOPEZ, 2002, p. 52).

Quanto mais estruturado e sólido for o Plano de Classificação, mais condições haverá para a qualidade no processo de recuperação da informação. O plano de classificação deve refletir de maneira clara e ampla as estruturas e funções das instituições arquivísticas.

Embora o plano de classificação seja um instrumento consolidado na Arquivologia, sua elaboração é realizada sem considerar questões subjacentes ao controle e padronização terminológica. É justamente nesse sentido que os tesouros funcionais podem auxiliar a Arquivologia, tornando os processos de representação, recuperação e o acesso à informação mais consistentes.

A consistência em relação aos documentos auxilia as várias demandas informacionais inerentes às instituições. A agilidade na recuperação da informação colabora com as tomadas de decisões. As decisões são tomadas de maneira rotineira, afinal, quanto maior a estrutura de uma instituição, maiores são as demandas recebidas. As instituições precisam comprovar direitos e também deveres que ali são executados.

Dessa forma, é necessário investir em instrumentos que permitam que os documentos, produzidos e recebidos pelas instituições, recebam tratamento informacional adequado visando possibilitar melhores formas de acesso à informação. O controle terminológico a partir do uso

dos tesauros funcionais colabora para que não exista, ou diminua, a possibilidade do uso de variados termos para um mesmo documento.

Assim, entende-se que as facilidades advindas a partir das teorias e metodologias dos tesauros funcionais podem tornar o plano de classificação ainda mais consistente e mais adequado as instituições tornando possível visualizar os relacionamentos existentes entre os documentos.

Pinho (2011, p. 16) relata que “comunicar bem as ideias para os da mesma confraria, com o cuidado de não fazer disso uma linguagem elitista e hermética, principalmente no trato com o cliente, é qualidade indispensável a todo componente de um sistema de informação”. Por essa razão, nota-se a necessidade do uso de instrumentos que possam melhorar as maneiras de comunicação entre usuários e sistemas, a partir do uso de uma linguagem que diminua os ruídos. Os tesauros funcionais colaboram com essa perspectiva, quando oferecem estratégias de buscas para os usuários que permitem uma navegação mais adequada nos sistemas de informação.

O tesouro funcional na Arquivologia atende, portanto, a dois requisitos: a) possibilita melhores formas de acesso à representação da informação para fins de organização informação, realizados pelo arquivista e, b) quanto em processos de representação para fins de recuperação da informação, realizados pelo usuário (MOREIRA; DAVANZO; MORAES, 2015, p. 3). E por essa razão, o tesouro funcional pode ser compreendido como um instrumento que fornece subsídios para o processo documental da Arquivologia.

O uso do tesouro funcional na Arquivologia pode ocasionar grandes vantagens. Sobre essa perspectiva, recorreremos a Alencar (2017) quando a autora apresenta um quadro que demonstra como tal instrumento pode ser aplicado na Arquivologia conforme destacado no quadro 18.

Quadro 18 - Relação dos tesauros funcionais com os instrumentos da organização e representação do conhecimento

Função da arquivística (Geral-descrições por Rosseau e Couture)	Funções orientadas para organizar e representar o conhecimento arquivístico	Natureza ontológica da função	Instrumentos de organizar e representar o conhecimento arquivístico	Utilizador do instrumento	Relação com o tesauro funcional
criação	-	administrativa/ burocrática		produtor	pode ser usado como ferramenta para ajudar o funcionário a encontrar documentos necessários para as tarefas do dia-a-dia.
conservação	-	-preventiva			
avaliação	Avaliação	-organizativa -representativa	tabela de temporalidade	arquivista	opera como índice para encontrar séries documentais a serem eliminadas
aquisição	-	-gerenciativa -administrativa			
classificação	Classificação	-organizativa -representativa	plano de classificação	arquivista	opera como índice de termos do plano de classificação.
descrição	Descrição	-organizativa -representativa	-guia -inventário -catálogo -catálogo seletivo; Índice	usuário	provê pontos de acesso ao usuário, permitindo navegar de sinônimos ou outros termos não adotados para a terminologia adotada pelo arquivo
difusão	Difusão	-organizativa -representativa -educativa	-folheto publicitários -boletim informativo -publicações culturais -monografias -revistas culturais e regionais -edições de texto	usuário	provê pontos de acesso ao usuário, permitindo navegar de sinônimos ou outros termos não adotados para a terminologia adotada pelo arquivo

Fonte: Alencar (2017) com base nos teóricos Rosseau e Couture (1998), Lopes (2002); Bellotto (2014), Mundet (2001) e Smit; Kobashi (2003)

O tesauro funcional oferece subsídios para as atividades concernentes ao arquivista, auxiliando a organização e a representação da informação. No que tange aos usuários, esse instrumento pode atuar como ponte de acesso, auxiliando na busca de informações pelos sistemas, indicando quais são as melhores estratégias de busca.

Nota-se, ao final, que os tesauros funcionais são instrumentos que podem abarcar todo o processo documentário da Arquivologia, o que oferece melhores resultados no que tange à organização, representação e acesso à informação, por meio de um único instrumento.

O desenvolvimento de um único instrumento que possa dar conta de toda a demanda de um processo documentário, além de respeitar os princípios basilares da Arquivologia, pode ser considerado um grande avanço para a área que de forma tradicional fez e faz uso de mais de um instrumento para contemplar as especificidades das informações arquivísticas.

A construção deste instrumento implica em um trabalho que deve envolver a instituição, os responsáveis pela produção dos documentos (departamentos, setores, seções), usuários e o arquivista que irá desenvolver um trabalho em parceria com outros profissionais para tornar a construção do tesauro funcional adequada as realidades informacionais das instituições.

Diante das considerações abarcadas nessa seção em relação ao uso dos tesauros funcionais na Arquivologia e considerando que estes instrumentos melhoram a organização, representação, acesso e o uso da informação, a próxima subseção estruturou-se a partir de reflexões em relação ao desenvolvimento do tesauro funcional.

6.2 Requisitos para o desenvolvimento de tesauro funcional na Arquivologia

A Arquivologia tem como objeto de estudo e de tratamento a informação, independentemente de seu suporte. Acredita-se que o uso do tesauro funcional nas práticas e metodologias da área, irá melhorar as formas de representação e recuperação da informação. Essa recuperação permite que a socialização da informação ocorra de modo eficaz.

A proposta da presente pesquisa refere-se a oferecer meios para que um tesauro funcional possa ser desenvolvido de modo a atender aos interesses da Arquivologia e de forma que atenda todo o processo documentário e não a ciclos (períodos) conforme a Arquivologia tradicional.

Para que tesauro funcional seja desenvolvido de acordo com os subsídios advindos do modelo do RC permite que as instituições invistam e desenvolvam um único instrumento que possa ser usado tanto para os arquivos em idade administrativa como para os arquivos de idade histórica.

O desenvolvimento do tesauro funcional visando que sua aplicação ocorra em todo o processo documentário da Arquivologia é algo possível, pois esse tipo de instrumento, além de promover o acesso preciso à informação, também possibilita na fase permanente, o oferecimento de subsídios para que os usuários possam compreender o contexto de produção dos documentos pertencentes aos arquivos permanentes. Entende-se que os tesauros funcionais são instrumentos importantes, pois orientam os usuários, conduzindo suas pesquisas através de melhores estratégias que visam garantir o acesso informacional.

Um tesauro funcional que atenda a todo processo documentário da Arquivologia permite: a) maior controle e padronização da linguagem utilizada para o processo de representação da informação; b) maior precisão no que tange a recuperação da informação; c) estratégias de pesquisas que contribuam para uma navegação do usuário mais precisa, adequada as suas demandas informacionais.

O arquivista, enquanto profissional da informação, respalda-se na necessidade de disponibilizar a informação, porém para que o arquivista tenha êxito nesse objetivo, é necessário o uso de instrumentos que cooperem com essa realidade. Nessa perspectiva, entende-se que os tesauros funcionais são contributivos a Arquivologia.

Por essa razão, esta subseção propõe-se a demonstrar quais elementos devem estar presentes no desenvolvimento do tesauro funcional, a fim de que possa atender as especificidades da Arquivologia.

Para o desenvolvimento deste requisito, esta pesquisa utilizou como subsídios três publicações que abarcam os tesauros funcionais, ou seja: a) Como elaborar vocabulário

controlado para aplicação em arquivos; b) National Archives of Australia e, c) ISO 25.964 (partes 1 e 2).

Todas as publicações acima mencionadas apresentam elementos e orientações para o desenvolvimento de um tesauro funcional, por essa razão entende-se que não há necessidade de aprofundamento em tais publicações, uma vez que, principalmente as publicações de Smit e Kobashi (2003) e o National Archives of Australia (2003), estão disponíveis para consulta de forma gratuita. Somado a este fator, tais publicações foram desenvolvidas de maneira simples, com fácil compreensão, facilitando o entendimento dos objetivos de cada publicação.

Em relação à ISO 25.964, embora seu desenvolvimento não tenha sido direcionado de maneira específica para os arquivos, entende-se que sua abrangência e complexidade são muito mais expressivas do que as publicações de Smit e Kobashi (2003) e do National Archives of Australia (2003). Nesse sentido, compreende-se que a ISO 25.964 apresenta em sua constituição elementos mais complexos e abrangentes que podem atuar de maneira positiva em um tesauro funcional.

Visando estabelecer um modelo de requisitos para o desenvolvimento de um tesauro funcional, será indicado as etapas subjacentes a esse instrumento. O desenvolvimento de um tesauro funcional requer alguns cuidados subjacentes as etapas de planejamento. É a partir do planejamento que serão iniciadas as primeiras conversas em relação à necessidade do tesauro funcional. Nessa etapa, é fundamental que se discuta alguns aspectos que recaem sobre a) quem serão os integrantes da equipe que será responsável pelo desenvolvimento do tesauro funcional; b) estudo da instituição; c) definição de atividades; d) quem serão os responsáveis pelas atividades identificadas; e) o estudo dos usuários e f) comprometimento da equipe. Esse planejamento que antecede o desenvolvimento do tesauro funcional deve ser realizado a partir de reuniões, que devem ser realizadas semanalmente ou quinzenalmente.

A escolha em relação a periodicidade das reuniões deve ser analisada conforme os interesses e características de cada instituição, principalmente quando consideramos a parte dos recursos humanos que, em muitas situações, além de estarem envolvidas no desenvolvimento do tesauro funcional, estarão também desenvolvendo outras atividades na instituição onde estão alocados.

Ressalta-se que os elementos que constituem a primeira etapa que envolve a criação de um tesauro específico para a Arquivologia foram estabelecidos de acordo com reflexões que surgiram no decorrer da pesquisa e, também a partir de análise em relação às publicações selecionadas para subsidiar a criação de um requisito que contribua com o desenvolvimento de um tesauro funcional que abarque as demandas, princípios e características da Arquivologia.

Outro elemento que assume importância para o desenvolvimento de um tesouro funcional são as visitas aos departamentos, esta é também uma etapa que deve ser considerada, principalmente em situações nas quais não haja representantes do departamento participando do planejamento do tesouro funcional. Sabe-se que muitas instituições não possuem colaboradores em número suficiente, é nesse sentido que as visitas aos departamentos podem ser necessárias para que se compreenda de forma mais específica a realidade e demanda informacional de um departamento.

Contudo, salienta-se que além das visitas, a equipe que trabalha com o desenvolvimento do tesouro funcional pode fazer uso de outras estratégias para que seja possível conhecer o fluxo informacional das instituições. Assim, a aplicação de questionários é mais uma forma de análise em relação à instituição, sua estrutura e informações. O questionário deve ser encaminhado com o objetivo de compreender o funcionamento do departamento, conhecer quais documentos são produzidos e recebidos. Conhecer o fluxo informacional também contribui para o desenvolvimento dos tesouros funcionais. Para a compreensão de como ocorre o fluxo informacional nas instituições, o arquivista pode fazer uso de: a) organogramas; b) regimentos; c) estatutos; d) normas internas à instituição. Essa etapa de trabalho também é resultado de reflexões que foram realizadas no decorrer da pesquisa, não estando presente nas publicações que serviram de subsídios para o desenvolvimento do tesouro funcional.

Outro ponto importante que deve ser considerado diz respeito aos usuários, porque um tesouro funcional não deve ser desenvolvido sem que se conheça o usuário da instituição. Saber quem é o usuário possibilita que o tesouro funcional seja elaborado de forma que possa atender as demandas informacionais, pois a adoção de termos que não são usados com frequência pelos usuários pode colaborar para que este instrumento não seja usado, caindo em desuso. A necessidade de conhecer quem é o usuário da informação é destacada pelas autoras Smit e Kobashi (2003).

A identificação dos termos, realizada através da identificação documental é primordial, porque a partir dessa etapa de trabalho é possível realizar um diagnóstico dos setores, departamentos e/ou seções de forma que seja possível compreender o universo informacional de uma instituição. Esse levantamento também oferece subsídios para a construção ou para a atualização do plano de classificação.

A identificação documental também é um elemento que surgiu a partir das reflexões acerca desta pesquisa, pois entende-se que, para que um instrumento de controle e padronização terminológica seja desenvolvido de forma que atenda às necessidades da instituição, é fundamental que seu desenvolvimento ocorra de forma a abranger o maior número de

documentos que oferecem subsídios para as atividades e funções que subjazem aos departamentos, setores e/ou seções.

A execução dessa etapa de trabalho permite ao arquivista conhecer: a) o volume de informações existente em cada departamento; b) a demanda informacional que o departamento produz e recebe; c) o fluxo informacional; d) mapear onde as informações estão armazenadas, e) verificar os tipos de demandas que os departamentos, setores e seções recebem e, f) conhecer o usuário da informação.

Para essa análise, sugere-se que o arquivista faça uso de instrumentos que possam colaborar para o entendimento do universo informacional da instituição. Dessa maneira, pode-se entrevistar os colaboradores da instituição objetivando conhecer o tipo e o fluxo informacional existente no departamento onde o funcionário é alocado. Como sugestão, desenvolveu-se o seguinte modelo, estruturado em forma de quadro, sobre a aplicação de entrevista para auxiliar os arquivistas no que tange ao conhecimento das informações institucionais.

Quadro 19 - Entrevista para identificação de levantamento documental

Roteiro para entrevista
Departamento/Setor/Seção
Chefe do departamento/ Setor/Seção
Documentos analógicos
Documentos digitais
Formas de acondicionamento
Espécie documental
Tipologia documental
Data limite
Legislação
Volume informacional
Responsável pelo desenvolvimento das atividades
Data da entrevista

Fonte: Elaborado pela autora

A finalização da etapa da identificação documental permite o conhecimento dos documentos que fazem parte do universo das instituições. Dessa forma, a próxima etapa de trabalho é a análise e seleção dos termos que serão inseridos nos tesauros funcionais. Essa etapa

de trabalho será a responsável por permitir as demais atividades do tesauro funcional, portanto, é necessário avaliar quais termos serão os escolhidos para serem considerados como os termos preferidos. Será a partir dos termos preferidos que os usuários conduzirão suas estratégias de busca.

A análise e seleção dos termos atua de maneira direta em relação a inserção dos termos que serão estruturados nos tesouros funcionais. O arquivista, para a execução dessa atividade poderá fazer uso do levantamento documental que foi realizado na atividade de planejamento do tesauro funcional. Nessa atividade serão verificadas as melhores maneiras de representar um documento. Essa etapa de trabalho é sugerida por duas publicações que nortearam o desenvolvimento dessa pesquisa, ambas publicadas no ano de 2003: Smit; Kobashi e o National Archives of Australia.

Para colaborar com a aplicação prática em relação a como analisar e selecionar os termos que irão compor o tesauro funcional, foi desenvolvido o quadro 20 - Análise terminológica.

Quadro 20 - Análise terminológica

Análise terminológica					
Termos selecionados	Definição dos termos selecionados	Origem dos termos selecionados	Sinônimo	Sigla/Acrônimo	Contexto de uso do termo selecionado
Responsável:					
Revisor:					
Data:					

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Moreira et. al (2016)

A ficha terminológica é um importante instrumento para validar as informações que foram coletadas nos departamentos e que precisam ser avaliadas para que seja possível analisar qual termo será inserido no tesauro funcional.

Entende-se que a partir da ficha terminológica a equipe responsável pelo desenvolvimento do tesauro funcional terá maior embasamento para conhecer os termos que foram previamente levantados. É comum que um conceito seja representado por mais de um termo e, por essa razão, o uso da ficha terminológica se faz necessária, para demonstrar esse tipo de situação e para orientar os processos de decisão sobre a escolha do termo mais adequado.

Um exemplo típico do uso de mais de uma forma de representação ocorre, por exemplo, com documentos que pertencem ao departamento de recursos humanos, em que podemos encontrar as seguintes variações: cartão de ponto; folha de ponto; espelho de ponto; ficha de frequência etc. Todas essas formas de representação dizem respeito a apenas um tipo documental, ou seja, o controle de entrada e saída dos colaboradores.

Tomando como base o exemplo do departamento de recursos humanos, nota-se a necessidade de estabelecer uma melhor maneira para representar esse tipo documental, visando sua padronização.

O plano de classificação é abordado como elemento norteador dos tesauros funcionais, pois ao considerar que o plano de classificação é um instrumento consolidado e que seu desenvolvimento deve ocorrer em todas as instituições arquivísticas, já que sua estruturação abrange todas as informações, tanto as produzidas como as recebidas, em detrimento das funções e atividades, entende-se que tal instrumento oferece subsídios para o desenvolvimento do tesouro funcional, no que tange à seleção e estruturação dos termos. E, em contrapartida, os tesauros funcionais, cooperam para a precisão das entradas no plano de classificação, a partir do controle e padronização terminológica, contribuindo com o acesso à informação. A classificação e o plano de classificação são fundamentais para a Arquivologia, pois, “[...] permitem a compreensão do conteúdo dos documentos de arquivo dentro do processo integral de produção, uso e acesso à informação, mantendo a relação orgânica específica que possuem com a instituição geradora” (ARQUIVO NACIONAL, 2020, p. 13).

O desenvolvimento de um tesouro funcional, tomando-se como aporte o plano de classificação é um dos diferenciais que permitem aos arquivistas estruturar o tesouro funcional respeitando os princípios basilares da Arquivologia, além de representar o conjunto de documentos da instituição.

Outro elemento que deve ser considerado no desenvolvimento de um tesouro funcional refere-se aos “aspectos de normalização”, pois, envolvem os seguintes elementos: a) normalização gramatical; b) opções de grafia; c) alterações em nomes de pessoas ou topônimos; d) controle de sinonímia, homonímia e quase-sinonímia; e) adoção de termos compostos e f) introdução de notas de escopo e de uso. Tais elementos são fundamentais para a escolha de como os termos serão representados, nota-se que, a maneira pela qual os termos serão representados influenciam na recuperação da informação. Por essa razão, a consistência dos termos diminui os ruídos de comunicação. Entende-se que os “aspectos de normalização” são fundamentais para tornar o tesouro funcional sólido, de forma que possa atender as expectativas

da organização, representação e acesso à informação. Os aspectos de normalização são tratados por Smit; Kobashi (2003).

Outro aspecto que colabora para o bom funcionamento do tesauro funcional diz respeito aos tipos de relacionamentos que esse instrumento possui. Sobre os tipos de relacionamentos, Aguiar e Tálamo (2012, p.121-122) destacam que:

Para solucionar os possíveis impactos e ruídos que ocorrem no âmbito da representação e recuperação, o vocabulário controlado apresenta como uma de suas características principais a possibilidade de estabelecer relações entre os termos que o compõem (AGUIAR; TALÁMO, 2012, p. 121-122).

Dessa forma, os relacionamentos existentes nos tesauros funcionais são importantes por contribuírem em relação à recuperação da informação, ou seja, os relacionamentos ofereceram subsídios para que os usuários possam alcançar seus objetivos informacionais, uma vez que, os relacionamentos “ajudam os usuários a identificar todos os termos que são necessários para realizar uma busca completa” (AGUIAR; TALÁMO, 2012, p.125).

Nos tesauros funcionais, os relacionamentos são os elementos que ampliam as possibilidades de pesquisa por parte dos usuários, tornando a navegação precisa. Discussões sobre a importância dos relacionamentos entre conceitos e termos são elementos que foram contemplados nas três publicações que embasaram essa pesquisa: a) Smit e Kobashi (2003); b) National Archives of Australia e, c) ISO 25964 (2011; 2013).

Outro elemento que merece destaque no que tange ao desenvolvimento de um tesauro funcional é a sua abrangência. É necessário que as instituições avaliem qual instrumento de controle terminológico melhor se adequa às suas realidades informacionais. Para essa etapa, é necessário considerar também o nível de investimento financeiro, o volume documental e os recursos humanos, isto é, a disponibilidade de pessoas para estar à frente do projeto de desenvolvimento desse instrumento. A abrangência dos instrumentos de controle e padronização terminológica é tratado pelas autoras Smit e Kobashi (2003).

Observa-se que a possibilidade de um tesauro funcional ser desenvolvido de maneira que atenda à estrutura, ao fluxo informacional e à capacidade de investimento, vem ao encontro das especificidades dos arquivos, afinal, vale relembrar que cada arquivo é único a partir de seu contexto de produção e, por essa razão, a flexibilidade em relação ao desenvolvimento do tesauro funcional atende a realidade administrativa, financeira, pessoal e informacional de cada instituição.

As autoras Smit e Kobashi (2003) chamam a atenção para a necessidade do uso das listas alfabéticas, pois isso evita que o tesauro funcional assuma a posição de apenas uma lista controlada de termos e, por essa razão, os termos devem ser inseridos de forma organizada, ordenada e categorizada.

A atualização do tesauro funcional é fundamental para que esse instrumento possa estar sempre adequado às demandas informacionais, afinal, é comum que ocorram mudanças na estrutura administrativa das instituições.

Para essa etapa de trabalho é necessário estabelecer um responsável pelas atualizações. É importante ressaltar que todas as alterações pelas quais as instituições passam refletem de maneira direta no tesauro funcional. É comum que departamentos sejam criados em detrimento de algum tipo de necessidade administrativa das instituições. Dessa forma, novos documentos são produzidos e, por isso, precisam ser analisados visando sua inserção tanto no plano de classificação como no tesauro funcional.

Na contramão da criação de novos departamentos existe também a extinção de departamentos, ou ainda, pode ocorrer que um departamento X seja agregado ao departamento Y, o que impactará na organização e na classificação dos documentos. Essa mudança pode influenciar nas relações que foram estabelecidas entre os termos no tesauro funcional e, por isso, é necessário reavaliar a estrutura do tesauro funcional de forma que ele fique adequado à nova realidade informacional da instituição.

As questões relacionadas à atualização do tesauro funcional são tratadas por todas as três publicações que subsidiaram o desenvolvimento de um tesauro funcional específico para a Arquivologia: National Archives of Australia (2003), ISO 25.964 e Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos (2003).

Outro elemento que deve ser considerado para o desenvolvimento de um tesauro funcional refere-se à interoperabilidade. Destaca-se que Smit e Kobashi (2003) e o National Archives of Australia (2003) não fazem referência aos aspectos de interoperabilidade, mas entende-se que tal elemento é substancial para os tesauros funcionais ao possibilitar a comunicação entre os sistemas o que permite a troca e compartilhamento informacional.

O elemento interoperabilidade é contemplado na ISO 25.964, que destaca que tal elemento propicia a “habilidade de dois ou mais sistemas ou componentes de trocar informações e de usar a informação trocada”, portanto, a interoperabilidade é fundamental para que os usuários possam acessar com agilidade o mesmo documento, ou ainda, permitir aos usuários acessar várias bases de dados sem ter a obrigatoriedade de estar no mesmo ambiente

físico onde os documentos estão armazenados. A necessidade de se trabalhar tesouros funcionais que interoperem, é um dos elementos abrangidos pela ISO 25.964 (2011).

As notas de escopo também são consideradas essenciais no desenvolvimento do tesouro funcional. Por isso foram tratadas por Smit e Kobashi e pelo National Archives of Australia, ambos publicados no ano de 2003, pois contribuem com os usuários ao oferecer subsídios no que tange as estratégias de busca.

Visando apresentar os elementos que foram acima discriminados, desenvolvemos o Quadro 21- Requisitos para o desenvolvimento de tesouro funcional para a Arquivologia.

Quadro 21 - Requisitos para o desenvolvimento de tesouro funcional para a Arquivologia

Elementos necessários ao tesouro funcional	Abrangência dos elementos do tesouro funcional	Método de trabalho
Planejamento Orientações Definição da equipe e das responsabilidades Estudo dos usuários Estudo da instituição Comprometimento da equipe	Abarca o estudo da instituição de forma geral.	Realização de reuniões Realização de visitas Entrevistas Aplicação de questionários Análise de instrumentos normativos da instituição Mineradores de texto
Identificação documental ⁸ para verificar quais termos são usados pelas instituições	Aplica-se a todos os setores, departamentos, seções que constituem a instituição	Sugere-se que esse levantamento seja realizado através de entrevistas, aplicação de questionários e visitas “ <i>in loco</i> ”
Análise e seleção dos termos.	Analisar, planejar as formas nas quais os termos serão representados. Etapa fundamental para a análise de quais termos serão inseridos no tesouro funcional.	Através de análise do material que foi aplicado na instituição (questionários, visitas, entrevistas).
Elaboração do Plano de classificação	Descrição das funções e subfunções dos órgãos responsáveis pela produção dos documentos	Estudo do organograma da instituição.
Aspectos de normalização	Estão relacionadas as características que devem ser observadas para a representação da informação.	Através de análise dos termos que foram identificados no levantamento informacional.
Estabelecimento dos relacionamentos entre os termos.	Os relacionamentos indicam os vínculos existente entre os termos, afinal, nos tesouros, todos os termos apresentam relacionamentos entre si. Ou	Através dos termos que foram selecionados por meio do material aplicado pelo arquivista, deve-se contemplar como um termo está ligado a outro.

⁸ Cunha e Cavalcanti (2008, p. 122) definem diagnóstico de arquivo como: levantamento de informações relativas à quantidade, forma, tipo, localização, condições de conservação, taxa de acumulação, cronologia, frequência de utilização dos documentos e dados similares, a fim de planejar programas de acumulação, eliminação, microfilmagem e outras atividades arquivística.

	sejam na estrutura de um tesauro não existe um termo que não esteja vinculado a outro.	
Abrangência do instrumento de controle e padronização terminológica	Escolha do tipo de SOC que será usado pela instituição.	Estudo das demandas informacionais da instituição. Verificação das possibilidades de investimento (recursos humanos e financeiros) para o desenvolvimento do tesauro
Listas alfabéticas	Formas de apresentação do tesauro	Este elemento oferece subsídios em relação ao acesso a informação. Apresenta os termos que estão alocados nos tesauros, situando os usuários em relação ao contexto de uso da informação.
Atualização do tesauro	Reflete em toda a instituição	Análise da criação ou da extinção de departamentos
Interoperabilidade	Permite a comunicação e a troca de informação entre sistemas	Realização de reuniões com a equipe de Tecnologia da Informação
Notas de escopo	Usadas para ajudar na compreensão de um termo.	Apresentação do tesauro funcional

Fonte: Elaborado pela autora

Esta subseção foi desenvolvida de modo que pudéssemos analisar como um tesauro funcional deve ser desenvolvido de forma que atenda aos aspectos teóricos-metodológicos da Arquivologia. Por essa razão, usamos como subsídios estudos que são considerados referências em relação aos instrumentos de controle e padronização terminológica. Essa análise pretende também contribuir no desenvolvimento do tesauro funcional e, por isso, evidenciamos os elementos fundamentais aos tesauros funcionais, usando a apresentação um quadro.

Reiterando o que foi mencionado nas seções anteriores, um instrumento de controle e padronização terminológica pode ser desenvolvido a partir de estruturação mais simples ou mais complexas. Dessa forma, para aquelas instituições que podem investir no desenvolvimento de um instrumento mais abrangente e complexo, certamente podem buscar auxílio de forma mais aprofundada nas publicações aqui citadas, bem como em outras publicações que não foram contempladas devido o recorte e objetivos da pesquisa.

Contudo, destaca-se que ao considerar que, para a Arquivologia, trabalhar com instrumentos que colaborem com as questões terminológicas ainda não é comum, havendo ainda um distanciamento conforme evidenciado no decorrer desta pesquisa, observa-se que os

instrumentos que atuam visando melhores formas de organização, representação da informação são fundamentais para um melhor tratamento dispensado a informação arquivística.

Nesse sentido, o quadro 21, não foi desenvolvido de forma a esgotar todos os elementos que podem ser evidenciados em um tesauro funcional. Tal quadro tem o objetivo de auxiliar os arquivistas, que ainda não possuem familiaridade com a temática a encontrar subsídios que contribuam de maneira clara e objetiva com o desenvolvimento de um instrumento que possa ser aplicado na Arquivologia.

Tradicionalmente, ao refletir sobre o uso de um tesauro funcional para a Arquivologia são desenvolvidos dois tipos de instrumentos, um que atenda à fase corrente e intermediária e outro para os arquivos permanentes. Porém, nesta pesquisa o objetivo é contribuir com a Arquivologia oferecendo caminhos para que haja o desenvolvimento de um único instrumento para todo o processo documentário da área. Para tanto, recorreu-se ao RC para embasar esse desenvolvimento, pois, para tal modelo, os documentos não são divididos em ciclos, pois, no RC os documentos assumem a ideia de continuidade.

Ao considerar que o objetivo desta pesquisa se fundamenta na criação de um tesauro funcional que atenda à fase administrativa e à fase permanente, entende-se que existe a necessidade de tal instrumento ser desenvolvido a partir do modelo do RC, em que as informações assumem algumas características: a) os documentos no modelo do RC não são estáticos, ou seja, podem ser criados, usados e manipulados de maneira concomitante, b) os documentos são compreendidos como entidades lógicas e não físicos como na teoria das três idades, c) no modelo do RC, os documentos assumem o caráter de continuidade sem estar assentadas em ciclos, permitindo que seu uso ocorra de forma transacional, comprobatória e de memória (UPWARD, 1996).

A partir das considerações acerca do RC entende-se que tal modelo oferece subsídios para o desenvolvimento de um tesauro funcional que se estenda à todo o processo documentário da Arquivologia. Dessa forma, o planejamento, desenvolvimento e a aplicação prática de um único instrumento que possa contemplar tantos os arquivos administrativos como os arquivos permanentes é mais uma importante ferramenta que possibilita melhores formas de organização, acesso e uso da informação.

Somado a isso, um único instrumento que abarque todo o processo documentário da Arquivologia permite que, no momento de sua elaboração, sejam dispendidos esforços de cunho humano e financeiro de uma única vez e, como resultado, espera-se que o tesauro funcional colabore com maneiras mais eficazes notadamente em relação a representação e acesso a informação e, por essa razão, ressalta-se que, na Arquivologia, o desenvolvimento desse

instrumento deve respeitar os princípios da área, assim como as especificidades de cada instituição.

É necessário considerar também que, independentemente da área do conhecimento científico, todas as áreas passam por mudanças. No campo da Arquivologia não seria diferente, não há como negligenciar as mudanças que ocorreram na Arquivologia e, por essa razão, é necessário que a área (re)visite sua base teórico-metodológica.

Constata-se também que o usuário dos arquivos não busca informações considerando a teoria das três idades, afinal, em muitas situações os usuários não têm conhecimento de como os documentos são tratados. A necessidade do usuário é ter condições de recuperar um documento de maneira precisa, de forma que atenda a sua demanda informacional.

Partindo deste cenário, considera-se que o tesauro funcional é um instrumento que faz a mediação entre os usuários e os sistemas, indicando caminhos para que os usuários possam melhorar suas estratégias de busca. As funcionalidades oferecidas pelo modelo do RC possibilitam à Arquivologia o desenvolvimento de um instrumento que melhore as estratégias de busca por parte dos usuários, mas que ofereçam meios para processos mais consistentes no que tange à organização e representação da informação.

Nesse sentido, concorda-se com Sousa e Araújo Junior (2019) quando os autores destacam a necessidade do uso de buscas transversais nos arquivos, “os sistemas de gestão de documentos precisam ser capazes de atender a interesses difusos, que exigem buscas transversais entre as funções” (SOUSA; ARAÚJO JUNIOR, 2019, p.14). Ao considerar que os arquivos atendem aos mais variados tipos de solicitações é necessário investir em instrumento que possa ser desenvolvido de forma abrangente e, por isso, desprendendo-se da caracterização dos documentos em fases: corrente, intermediária e permanente.

Entende-se que o desenvolvimento de um tesauro funcional tendo como subsídio o modelo do RC oferece condições para que esse instrumento abranja a todo o processo documentário da Arquivologia, pois para o modelo do RC a teoria das três idades passa a não dar mais conta da abrangência dos documentos. Isso se deve principalmente às mudanças ocasionadas pelas tecnologias digitais, que mudaram não apenas o suporte da informação, mas mudaram também as maneiras de recuperação e de acesso informacional.

Ao considerar que os tesauros funcionais atuam como um processo contínuo, entende-se que tal instrumento pode ser desenvolvido de acordo com as demandas de cada instituição, sendo desenvolvido de forma única, linear sem considerar a teoria das três idades, evitando assim que sejam desenvolvidos dois tipos de tesauros, um para os arquivos correntes e intermediários e, outro para o arquivo permanente.

O modelo do RC quebra aquilo que se denomina de fisicalidade. Nesse sentido, Flynn (2001) identifica que o “[...] foco nos documentos como entidades lógicas, ao invés de físicas” é “[...] significativa para a gestão de documentos em meios eletrônicos” (FLYNN, 2001, p. 84). Pode-se, portanto, compreender que, no que tange aos documentos digitais, não seria ideal que as informações fossem tratadas a partir da teoria das três idades, por conta da sua dinamicidade.

O tesauro funcional permite às instituições utilizar meios mais adequados para dar conta do gerenciamento dos documentos que são produzidos e armazenados diariamente pelas instituições, assim todo o vasto campo informacional institucional poderá ser tratado de forma a melhorar a organização, a representação, o acesso e a socialização da informação. Ao se considerar que o fluxo informacional das instituições se torna cada vez mais intenso devido a sua alta produção, um tesauro funcional estruturado de forma a incorporar todo o processo documentário da Arquivologia é um avanço para a área, ao assegurar melhores formas de recuperar a informação arquivística.

O modelo do RC precisa de estudos e análises mais elaborados para fomentar a discussão em relação a novas formas de tratar, gerenciar e recuperar a informação, porém, entende-se que tal modelo considera tanto as informações administrativas como as informações de cunho permanente.

Ao considerar que o modelo do RC pode trazer benefícios no que concerne a abrangência do processo documentário da Arquivologia, entende-se que os eixos originados do modelo do RC trazem subsídios para o desenvolvimento do tesauro funcional ao possibilitar melhores estratégias que podem ser usadas para tornar a organização, representação e o acesso a informação mais estratégicas e, melhor estruturada. Para compreender essas relações foi elaborado o Quadro 22- Interfaces do modelo do RC em um tesauro funcional.

Quadro 22 - Interfaces do modelo do RC em um tesauro funcional

<i>Records continuum</i>			Subsídios Smit e Kobashi, National Archives of Australia e ISO 25.964
EIXO	Elementos dos eixos	Definição dos elementos	Elementos para o tesauro funcional
EVIDÊNCIA	Vestígios de ação	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> controlam documentos como vestígios de uma ação.	Atualização do tesauro
	Evidência	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> agregam evidência aos documentos.	Interoperabilidade
	Memória (organizacional/ individual)	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> fornecem memória às instituições.	Notas de escopo Listas alfabéticas

	Memória coletiva	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> fornecem memória coletiva.	
TRANSCACIONAL	Atos	Subcategoria de atividade.	Identificação documental
	Atividades	Subcategoria de função. Meios para a condução de negócios. Criam relações entre os documentos.	Relacionamentos entre os termos. Análise e seleção dos termos
	Funções	Não especificado pelo autor.	
	Missão	Funções de uma instituição a partir de uma perspectiva social mais ampla.	Aspectos de normalização Abrangência do instrumento de controle e padronização terminológica Interoperabilidade Plano de classificação
RECORDKEEPING	Arquivos	Conjunto de documentos arquivísticos de uma instituição.	Identificação documental
	Arquivo	Documentos pertencentes a inúmeras instituições, seja pela transferência espacial ou temporal entre instituições	Abrangência do instrumento de controle e padronização terminológica
	Documento	Representação de uma ação.	Listas alfabéticas
	Documento Arquivístico	Documento orgânico que se liga a outros documentos e possui contexto de produção facilmente identificado.	Notas de escopo
IDENTIDADE	Ator	Não especificado pelo autor	Planejamento
	Unidades	Unidade organizacional a que o ator está associado. A unidade pode ser o próprio ator.	Orientações Definição da equipe e das responsabilidades
	Organização	Entidade a que a unidade organizacional está associada. A organização pode consistir em apenas um ator ou em uma unidade organizacional.	Estudo dos usuários Estudo da instituição
	Instituição	Institucionalização da identidade dos demais elementos com amplo reconhecimento social.	Interoperabilidade

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Costa Filho (2016)

Ao refletir sobre o diagrama de Upward (1996) que apresenta os quatro eixos do modelo RC (eixo de evidência, eixo transacional, eixo *recordkeeping* e eixo de identidade) e, analisando-se os elementos que foram considerados para o desenvolvimento de um tesauro funcional adequado aos fundamentos da Arquivologia, foram realizadas análises que culminaram na elaboração do quadro 22 - Interfaces do modelo do RC em um tesauro funcional.

O quadro 22 foi desenvolvido de forma a demonstrar de que modo os elementos indicados como basilares ao planejamento e criação do tesauro funcional estão dispostos no diagrama de Upward (1996) que aborda o modelo do RC. Nota-se que alguns elementos que foram estabelecidos no desenvolvimento do tesauro funcional estão alocados em mais de um eixo no modelo do RC. Isso demonstra, por exemplo, que o elemento “interoperabilidade” deve ser pensando desde o planejamento do tesauro funcional, para que isso possibilite que haja troca e compartilhamento dos documentos de maneira independente do eixo onde estão alocados.

É necessário destacar que Upward (1996) não considera a teoria das três idades, mas estabelece dimensões que responsabilizam-se por: a) criar (que pode ser compreendido como a fase em que as informações são criadas), b) capturar (fase em que existe a materialidade da informação), c) organizar (organiza as informações de forma que possam ser utilizadas, pode estar relacionada as informações administrativas ou com a memória) e d) pluralizar (o que pode se relacionar com o acesso à informação, seu uso e socialização). Tais dimensões trazem subsídios para um amplo tratamento informacional.

O modelo de Upward (1996) foi contemplado na seção 3 desta pesquisa, porém, as análises em relação a como o modelo do RC colabora quanto à criação do tesauro funcional foram realizadas apenas nessa seção. O objetivo desta seção baseia-se na necessidade de estabelecer um requisito que possa ser utilizado pelas instituições arquivísticas, quando estas considerarem a necessidade de planejamento, elaboração, desenvolvimento e aplicação de um único instrumento que possibilite melhorias na organização, representação e recuperação da informação, através da padronização e controle terminológico, de forma que sua abrangência envolva todo o processo documentário da Arquivologia, respeitando os princípios que oferecem subsídios teórico e metodológicos para a área.

O tesauro funcional ao ser desenvolvido de acordo com a perspectiva do modelo do RC, leva em consideração a necessidade de um trabalho em relação a todo o processo documentário, o que contrária a teoria das três idades, onde o fluxo informacional existente nas instituições é tratado de acordo com as respectivas temporalidades, que são alicerçadas em legislações que foram estabelecidas em um momento anterior às tecnologias digitais, ou seja, antes da necessidade de precisão e rápido acesso informacional.

Considera-se que o modelo do RC permite uma visão ampla da instituição, situação que colabora de maneira muito expressiva para o desenvolvimento de um tesauro funcional que precise atender a todo o fluxo informacional de uma instituição. A visão holística de uma instituição possibilita que o arquivista tenha um conhecimento amplo do fluxo informacional e, com isso, entende-se a necessidade do arquivista assumir o papel de gestor da informação,

oferecendo melhores estratégias para transformar o nicho documental existente nas instituições, contribuindo, dentre outras vertentes, com as tomadas de decisões.

Por esta razão, cabe ao arquivista, além de compreender o funcionamento de uma instituição, criar estratégias para que sua atuação esteja mais próxima dos produtores dos documentos para que, a partir disso, sejam estabelecidos meios que contribuam com a organização, representação e acesso à informação desde o momento da criação dos documentos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentam-se nesta seção as considerações finais realizadas a partir dos objetivos estabelecidos na pesquisa. Pretende-se contribuir com a Arquivologia notadamente em relação a um modelo de requisito que colabore com o desenvolvimento de um tesauro funcional que atenda a todo o processo documentário da Arquivologia. Para alcançar êxito, realizou-se pesquisas em relação aos temas aqui apresentados, que foram fundamentais para a compreensão da atuação do RC e, com isso, entender de forma mais estruturada as características dos tesauros funcionais.

Cabe, portanto ressaltar que a tese dessa pesquisa é que, embora a Arquivologia faça um uso pobre dos tesauros funcionais e, também de outros instrumentos que colaboram com o controle de vocabulário, tais instrumentos contribuem para maximizar os processos de organização, representação, acesso e uso da informação arquivística. A melhoria no tratamento da informação é possível devido às questões de controle e padronização terminológica possibilitada pelos tesauros funcionais.

É necessário salientar que o desenvolvimento desta pesquisa ocorreu devido a duas inquietações: a) os tesauros funcionais podem oferecer contribuições que subsidiem a organização, a representação e a recuperação da informação na Arquivologia? e, b) Quais elementos são necessários para o desenvolvimento de um tesauro funcional de modo a atender às necessidades de tratamento informacional específico para a Arquivologia?

Propor subsídios teórico-metodológico que ajudem no desenvolvimento dos tesauros funcionais na Arquivologia, sugerindo um modelo de requisitos para o desenvolvimento de um tesauro funcional que possa se adequar às necessidades de integração de procedimentos de controle de vocabulário em todo o fluxo de representação e recuperação da documentação arquivística, foi o objetivo geral norteador da pesquisa.

Para alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa, ressalta-se que foram realizadas pesquisa bibliográfica e qualitativa em bases de dados da área de Ciência da Informação, no cenário brasileiro e internacional, além de pesquisas em anais de eventos também da área de Ciência da Informação.

O primeiro objetivo específico propôs realizar estudo teórico nacional e internacional sobre o modelo do *records continuum* de modo a compreender como, e se, essa temática tem sido investigada na Arquivologia. A partir dos levantamentos realizados nas bases de dados e em anais de eventos conclui-se que a temática não é negligenciada pela Arquivologia, porém, no cenário internacional as pesquisas estão mais consolidadas, conforme destacado na seção 3.

O segundo objetivo específico fundamentou-se na necessidade de correlacionar as abordagens existentes na literatura que tratem da temática linguagens documentárias na Arquivologia, com ênfase no tesouro funcional. Tal estudo permitiu compreender de forma mais assertiva a relação entre as linguagens documentárias e os tesouros funcionais. Salienta-se que tal estudo contribui em relação à Arquivologia com as instrumentalidades possibilitadas pelos instrumentos que trabalham com o controle e padronização terminológica.

O terceiro objetivo específico foi desenvolvido com a intenção de colaborar com a construção de um tesouro funcional específico para a Arquivologia, de forma a atender a todo o processo documentário. Visando contribuir com o desenvolvimento de um tesouro funcional, foram identificados quais são os elementos que devem ser observados para a construção de um tesouro funcional arquivístico.

É necessário ressaltar que podem ser desenvolvidos dois tipos de tesouros: a) um tesouro temático que abrange as instituições históricas, de guarda permanente e, b) um tesouro que atenda ao fluxo informacional do arquivo corrente e intermediário. Por essa razão, a contribuição dessa pesquisa é a de possibilitar o desenvolvimento de um único instrumento que preserve os princípios da Arquivologia e que integre todo o processo documentário. Para tanto, o tesouro funcional proposto nesta pesquisa alicerça-se no modelo do RC. A sugestão deste tesouro funcional foi apresentado na seção 6, na subseção 6.2.

O quarto objetivo específico propôs identificar, por meio de levantamento bibliográfico, as origens, princípios e as bases da Arquivologia, de forma a compreender em que momento a área começa a se aproximar da temática sobre os *Records continuum*. Para esse objetivo trouxemos a evolução histórica da Arquivologia, sendo dividida em períodos, onde destacou-se os autores mais influentes e suas contribuições. Os períodos da Arquivologia (clássica, moderna e pós-moderna) demonstram também o desenvolvimento da Arquivologia enquanto área do conhecimento científico.

Tais períodos apresentam os autores que ganharam destaque na área, assim como demonstram quais foram os princípios que se destacaram e como contribuíram para que a área conquistasse espaços e perdesse a característica de apenas uma ciência auxiliar da História, por exemplo. Devido à riqueza de informações que tais períodos apresentam e por compreender que a análise de tais períodos permitiram identificar em que momento o modelo do *Records Continuum* passam a ser discutidos na área – o que para esta pesquisa é de interesse, foram desenvolvidos um mapa conceitual para cada período, com vistas a sintetizar algumas características tais como: a) autores que se destacaram em cada período da Arquivologia, b) princípios que foram estabelecidos em cada período, c) principais obras publicadas em cada

período – todos esses elementos, de maneira simplificada, demonstram as diferenças e semelhanças de cada período.

A quinta seção desenvolveu-se objetivando identificar e analisar os manuais que tratam sobre a temática de desenvolvimento de tesouros e de tesouros funcionais. Este objetivo tem a intenção de demonstrar quais são as literaturas que apoiam o desenvolvimento dos tesouros. Para tanto, é necessário esclarecer que embora nem todos os manuais sejam desenvolvidos com o viés da Arquivologia, entende-se que suas leituras contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento de tesouros funcionais para a Arquivologia. Nesta seção foram analisadas as seguintes publicações: a) publicações específicas da Arquivologia: “Como elaborar vocabulário controlado para a aplicação em arquivos” de Smit e Kobashi (2003), b) National Archives of Australia (2003). Além dessas, outras publicações também foram contempladas nesta seção: a) norma Z39.19-2005 (R2010) - *Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies*, b) ISO 25.964- *Information and documentation -- Thesauri and interoperability with other vocabularies - Part 1: Thesauri for information retrieval* e *Part 2: Interoperability with other vocabularies* (2011; 2013) e, c) o *Essential thesaurus construction* de Vanda Broughton (2006).

Embora, apenas duas publicações sejam específicas para a Arquivologia (Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos de Smit; Kobashi) e o National Archives of Australia, ambos publicados no ano de 2003, considera-se que a ISO 25.964 e a norma Z39.19-2005 (R2010) oferecem uma riqueza maior de detalhes em torno dos tesouros e, por isso, devem ser consultadas por aquelas instituições que pretendem elaborar um tesouro funcional mais amplo. Somado a isso, a ISO 25.964 não poderia deixar de ser contemplada nesta seção por ser a publicação mais recente em relação aos tesouros. E, por fim, a publicação de Broughton (2006) por ser direcionada para a prática dos profissionais, possui uma linguagem clara, facilitando a compreensão da temática mesmo para aqueles que não possuem muita ou nenhuma familiaridade com o tema.

E, por fim, a sexta seção objetivou identificar os requisitos que devem ser considerados para o desenvolvimento do tesouro funcional de forma que este integre todo o processo documentário da Arquivologia. Para tanto, foi desenvolvido um quadro que contempla os elementos necessários para o desenvolvimento de um tesouro funcional que se adeque as demandas de informação arquivística.

Ressalta-se que os tesouros funcionais devem ser desenvolvidos de acordo com a realidade informacional das instituições, que se considere também os seus recursos (financeiros e humanos). Assim não há uma maneira exclusiva para o desenvolvimento dos tesouros

funcionais, porém, entende-se que algumas etapas são necessárias para que esse instrumento atenda às necessidades informacionais, isto é, da instituição e de seus usuários.

Ao considerar que a Arquivologia caminha de forma tímida no que tange aos tesouros funcionais, foram realizados levantamentos e estudos onde foi possível concluir que, no atual cenário de crescimento da demanda por melhores resultados em relação à recuperação e compartilhamento da informação, fazer uso de instrumentos que possam colaborar para essa realidade torna-se fundamental. Oferecer subsídios para um efetivo controle no que tange à produção dos documentos torna-se essencial ao avaliar as necessidades informacionais dos usuários.

Nesse sentido, observa-se que a Arquivologia ao trabalhar com a informação registrada, sendo esta analógica ou digital, pode se apropriar de instrumentos que colaboram com o controle e a padronização terminológica.

Os aspectos de controle e de padronização terminológica começaram a ser pensados na Arquivologia através da descrição arquivística. Dessa forma, a descrição na Arquivologia pode ser compreendida como a responsável por mediar a relação entre usuários e informação, através dos instrumentos de pesquisa. A descrição na Arquivologia tem, portanto, o propósito de orientar os usuários em suas demandas informacionais, facilitando e melhorando a maneira de recuperar a informação, facilitando o acesso.

Partem da descrição os instrumentos consagrados pela Arquivologia: guias, inventários, catálogos – tais instrumentos visam oferecer subsídios no que tange o acesso informacional. Porém, tais instrumentos não foram desenvolvidos de forma que pudessem contemplar a necessidade de controle e padronização terminológica, fato que colabora para a representação de um documento a partir de diversas formas, com diferentes nomenclaturas, situação que colabora para que ocorram dificuldades no processo de recuperação da informação.

A necessidade de criar formas padronizadas que favorecessem e representassem o acesso à informação ocorre na Arquivologia no século XX, a partir do ano de 1990, quando a área passa por várias transformações, não apenas em relação às demandas dos usuários, mas também devido às questões subjacentes às tecnologias digitais. É nesse contexto que são desenvolvidas as normas de descrição arquivística, impulsionadas principalmente pelo Conselho Internacional de Arquivos. Pesquisa realizada por Davanzo (2016) demonstra que embora as normas de descrição arquivística mencionem a necessidade de instrumentos de controle de vocabulário, estas não oferecem subsídios para o desenvolvimento destes instrumentos.

Embora a Arquivologia tenha instrumentos específicos que objetivam contribuir com a recuperação da informação, tais instrumentos não abarcam questões subjacentes à padronização terminológica.

Por meio da literatura pode-se notar que é possível para a Arquivologia fazer uso das funcionalidades advindas dos instrumentos de controle terminológico. Nesta pesquisa investigou-se o uso dos tesauros funcionais enquanto instrumentos que contribuem para melhores formas de organização, representação e acesso à informação.

Portanto, para compreender a origem deste instrumento, recorreu-se aos períodos históricos da Arquivologia, para que fosse possível compreender as bases de tal instrumento. Diante dessa investigação, constatou-se que os tesauros funcionais se originam na Austrália, onde é bastante difundido pelos órgãos governamentais. Seu idealizador foi Upward, autor que desenvolve uma nova proposta de tratamento informacional: o Modelo do RC, que é criado para suprir as necessidades advindas das tecnologias digitais.

O RC possui uma perspectiva continua em relação à gestão de documentos, ou seja, para esse modelo não existe a necessidade de separação entre arquivo corrente, intermediário e permanente, pois os documentos são compreendidos enquanto entidade lógica. Ao considerar que esse modelo trabalha com a perspectiva de linearidade entre as informações, esta pesquisa desenvolveu um requisito visando contribuir com o desenvolvimento de um tesouro funcional para a Arquivologia, de modo que tal instrumento possa se adequar às necessidades de integração de procedimentos de controle de vocabulário em todo o fluxo de representação e recuperação da documentação arquivística.

Para desenvolver a proposta de um tesouro funcional para a Arquivologia, buscamos a base teórica da Organização e Representação do Conhecimento, área que se destaca pela sua contribuição em relação a bases teóricas-metodológicas que subsidiam a construção dos SOC, que são instrumentos que colaboram para a representação da informação, através do uso de linguagens documentárias, que auxiliam no processo de representação da informação.

Considerando que os tesauros são um dos instrumentos que se originam dos SOC, essa pesquisa abordou de maneira específica tal instrumento por compreender que, para a Arquivologia, esse instrumento é o mais indicado por considerar as funções e atividades que são desenvolvidas pelas instituições e que, por essa razão, oferecem subsídios para o desenvolvimento do trabalho do arquivista.

O desenvolvimento de um tesouro funcional que atenda a todo o processo documentário da Arquivologia é uma maneira de contribuir com melhores resultados no acesso à informação. É necessário destacar que os documentos que são produzidos e recebidos pelas instituições

sofreram impactos devido aos impulsos possibilitados pelas tecnologias digitais. Os arquivos, enquanto ambientes físicos de armazenamento documental, precisam atravessar muros e paredes institucionais, isto é, os usuários precisam ter acesso aos documentos sem estar condicionados a horários de funcionamento pré-estabelecidos, ao contrário, a Arquivologia precisa desenvolver capacidade que possibilite que o usuário possa ter pleno acesso à informação sem ter que estar fisicamente nos arquivos.

Cabe salientar que, no Brasil, a literatura em relação aos tesauros funcionais ainda é tímida. Tal afirmação pode ser observada a partir do levantamento bibliográfico realizado na literatura brasileira. Não temos subsídios para entender o distanciamento da Arquivologia brasileira e os tesauros funcionais, porém é necessário destacar que no Brasil a implantação da gestão documental, de modo que as informações recebam tratamento adequado, ainda é um desafio para a área.

Mesmo após a criação de duas leis específicas para os arquivos, ou seja, a Lei de Arquivos (Lei 8.159 de janeiro de 1991) e a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527 de novembro de 2011) muitas instituições possuem massas documentais acumuladas, desorganizadas, o que dificulta o acesso à informação, o que contraria a Lei de Acesso à Informação. Nesse cenário em que a Arquivologia ainda precisa avançar, entende-se que tal situação pode desfavorecer o desenvolvimento e uso dos tesauros funcionais, afinal, conforme destacado no decorrer dessa pesquisa, tal instrumento deve ser desenvolvido após a elaboração do Plano de classificação, instrumento que materializa um dos princípios da Arquivologia: a proveniência – sendo considerado como um instrumento de organização.

O Brasil ainda é carente de políticas arquivísticas, de políticas de gestão documental. Considerando o tamanho do Brasil, pode-se imaginar, mesmo de maneira rasa, as inúmeras instituições que são responsáveis por produzir e receber informações. Todas essas instituições deveriam ter suas informações tratadas de forma adequada, atendendo aos requisitos da Lei 8159 de janeiro de 1991 e a Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011). Essas podem ser algumas das razões para que o uso do tesouro funcional no Brasil aconteça de maneira pobre.

Salienta-se também que, um dos empecilhos que a Arquivologia possui para se apropriar dos tesauros funcionais de forma mais abrangente pode ser o reflexo de algumas particularidades: a) as normas para o desenvolvimento de tesauros funcionais, em sua grande maioria estão na língua inglesa, algo que pode dificultar a aproximação dos profissionais arquivistas com a literatura; b) as normas que subsidiam teórica e metodologicamente os tesauros funcionais não tem acesso aberto, ainda é necessário adquirir tais normas e isso pode ser outro fator que amplia o distanciamento da Arquivologia com tais instrumentos.

Infelizmente, muitas instituições não possuem capacidade financeira para adquiri-las; c) falta de mão de obra especializada, afinal, muitas instituições não possuem o arquivista em seus quadros de colaboradores o que dificulta a implantação de uma gestão documental correta.

O inverso ocorreu na Austrália, onde devido a dificuldades que surgiram nos arquivos públicos, os tesouros funcionais foram desenvolvidos e se consolidaram, uma vez que o governo entendeu que havia a necessidade de um tratamento informacional em relação aos documentos que eram produzidos e recebidos pelas instituições.

A partir da necessidade de melhorar o tratamento informacional, o governo australiano, passa a adotar um novo instrumento que diminuísse as dificuldades encontradas nos arquivos. Diante disso, a Austrália passa a adotar as funcionalidades advindas dos tesouros funcionais. Os tesouros funcionais são usados principalmente em relação aos documentos administrativos, visando melhorias no que tange ao aprimoramento da gestão da informação arquivística.

O tesouro funcional, diferentemente dos tesouros temáticos, desenvolve-se considerando a função da informação arquivística, o que favorece que os princípios basilares da área sejam respeitados. Ressalta-se que os tesouros funcionais são criados a partir do Plano de classificação, instrumento que é elaborado considerando as funções e atividades que são desenvolvidas nos arquivos, mas que não trabalham em relação aos aspectos de normalização. A normalização atua de maneira direta na representação e no acesso à informação.

Para esta pesquisa, as reflexões acerca dos tesouros funcionais visam fomentar a discussão da possibilidade de um tesouro funcional ser desenvolvido de forma a abarcar todo o processo documentário da arquivística. E para tal construção, recorre-se ao modelo do RC, já que tal modelo sugere que o tratamento da informação arquivística seja realizado de maneira contínua, linear e, por isso, o Modelo do RC se opõe à teoria das três idades, onde as informações são tratadas a partir da tradicional divisão por ciclos (corrente, intermediário e permanente).

Salienta-se que o intuito desta pesquisa não é negar a legitimidade da teoria das três idades, mas sim trazer reflexões que colaborem com o desenvolvimento de novas maneiras para tratar a informação arquivística. A informação arquivística sofre mudanças, principalmente no que tange aos grandes volumes documentais que fazem parte do fluxo informacional das instituições.

Diante disso, não há como negligenciar que as formas de acesso à informação também não sofreram mudanças, ou seja, os usuários buscam por melhores formas no que tange ao acesso a informação e, por isso, é necessário investir em novas formas de organização e de representação, pois, tais processos afetam a recuperação da informação.

Com vistas a melhores formas de organizar, representar e acessar as informações, esta pesquisa preocupou-se em contribuir com reflexões acerca do tesouro funcional, instrumento que pode ser usado tanto para as informações analógicas quanto em relação às informações digitais, sempre respeitando os princípios e características da Arquivologia, trazendo novas estratégias que podem melhorar o tratamento da informação.

Como sugestão de trabalhos futuros entende-se a necessidade de uma aplicação prática, a saber, o desenvolvimento e aplicação de um tesouro funcional em relação à alguma instituição arquivística. Entende-se também, que a aplicação prática é uma etapa posterior à realização de pesquisas teóricas fundamentais para o sucesso de qualquer tipo de experimento.

Desse modo, considera-se que as instrumentalidades dos tesouros funcionais no que tange ao controle e padronização terminológica é uma necessidade da Arquivologia. Tais instrumentos colaboram com a eficiência e eficácia da recuperação da informação, o que torna o acesso por parte dos usuários mais preciso, consistente e, por isso, seu uso na Arquivologia impacta na organização, representação e acesso a informação.

REFERÊNCIAS

AGANETTE, E. C; ALMEIDA, M. B. Teoria da Terminologia e Teoria da Ontologia: um comparativo baseado na criação de definições para termos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XIV ENANCIB), 14., 2014, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2014, p. 394-412. Disponível em: repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/.../ANAIS-FINAL_GT2b.75-93.pdf?. Acesso em 21 jul. de 2019.

AGUIAR, F. L; TALÁMO, M. de F. G. M. O controle de vocabulário da linguagem orgânico-funcional: concepção e princípios teórico-metodológicos. Acervo: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 117-138, 2012. Disponível em: revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/341. Acesso em: 08 fev. 2021.

ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 18-40, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n15p18> . Acesso em: jan.2020

ALBUQUERQUE, A. C de. Em foco a classificação: abordagens conceituais na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 20, n. 43, p. 20-46, 2015. DOI: 10.5007/1518-2924.2015v20n43p20. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20n43p20>. Acesso em 01 jul. 2020.

ALBUQUERQUE, A. C de. Pressupostos para uma discussão acerca das interlocuções entre a classificação arquivística, a teoria da classificação e a teoria do conceito. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XVII ENANCIB), 17., 2017, Paraíba. Anais [...]. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 2017. Disponível em: www.ufpb.br/index.php/enancib2016/paper/view. Acesso: 05 fev. 2020.

ALENCAR, M. F. Organização e representação da informação na Arquivística: abordagens para a construção de tesouros funcionais. 2017. ---f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2017.

ALENCAR, M. F; CERVANTES, B. M. N. Organização e representação do conhecimento arquivístico: em busca de um método para construção de tesouro funcional. Em Questão, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 368-389, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/80375>. Acesso em: 09 fev. 2021.

ALMEIDA, C. C de. Peirce e a organização da informação: contribuições teóricas da semiótica e do pragmatismo. 2009. 416 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103380>. Acesso em: 08 fev. 2021.

ALMEIDA, G. M. B. A teoria comunicativa da terminologia e a sua prática. Alfa, Araraquara, v. 50, p. 81-97, 2006. Disponível em: <http://www.alfa.ibilce.unesp.br/download/v50-2/06-Almeida.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2020.

AN, X. An integrated approach to records management. Information Management Journal, [S. l.], v. 37, n. 4, p. 24-30, Jul./Aug. 2003. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/c7dc554d40c83ef5d1635e228612e8fd/1?pq-origsite=gscholar&cbl=47365>. Acesso em 01 jul. 2020.

AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE; NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. ANSI/NISO Z39.19-2005: guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda, Ma: NISO Press, 2005. 184 p.

ARAÚJO, C. A. Á. Correntes teóricas da Arquivologia. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 61-82, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2013v18n37p61>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p61>. Acesso em: 15 fev. 2020.

ATHERTON, J. From life cycle to continuum: some thoughts on the records management – archives relationship. Archivaria, [S. l.], v. 21, p. 43-51, 1985. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11233/12172>. Acesso em 29 jun. 2020.

AZEVEDO, J. F. de S. O processo de recuperação da informação em documentos de arquivos estaduais do Sudeste brasileiro. 2020. 99f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16116>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teorico-conceptual en bibliotecología y documentacion. In: CARRARA, K. (Org.). Educação, universidade e pesquisa: textos completos do III Simpósio em Filosofia e Ciência: paradigmas do conhecimento no final do milênio, v. 3, 2001. Anais [...]. São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.

BARROS, L. A. Curso básico de Terminologia. São Paulo: Edusp, 2004.

BARROS, T. H. B. A Construção Discursiva em Arquivística: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição. 2010. 132f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93667>. Acesso em: 08 fev. 2021.

BELLOTTTO, H. L. Arquivística: objeto, princípios e rumos. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTTTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

BELLOTTTO, H. L. A terminologia das áreas do saber e fazer: o caso da Arquivística. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, jan./dez., p. 47-56, 2007. Disponível em: revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/71. Acesso em: 08 fev. 2021.

BOCCATO, V. R. C. Os sistemas de Organização do Conhecimento nas perspectivas atuais das normas internacionais de construção. In *CID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 165-192, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000010820&dd1=6f84f>. Acesso em: 15 set. 2019.

BOCCATO, V. R. C.; RAMALHO, R. A. S.; FUJITA, M. S. L. A contribuição dos tesouros na construção de ontologias como instrumento de organização e recuperação da informação em ambientes digitais. *Ibersid: revista de sistemas de información y documentación*, Zaragoza, v. 2, p. 199-209, 2008. Disponível em: <https://ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/2235>. Acesso em: 08 fev. 2021.

BRÄSCHER, M; CAFE, L. Organização da informação ou organização do conhecimento?. In: *ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (IX ENANCIB)*, 9, 2008, São Paulo. Anais [...]. Brasília: ANCIB, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRÄSCHER, M; CARLAN, E. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. In: *ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (Org.). Passeios no bosque da informação: estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento*. Brasília, DF: IBICT, 2010. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>. Acesso em 23 jun. 2020.

BRASIL. [Lei dos Arquivos] Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1991]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm#:~:text=LEI%20No%208.159%2C%20DE%20JANEIRO%20DE%201991.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20pol%C3%ADtica%20nacional,privados%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Ancias.&text=Art.&text=5%C2%BA%20%2D%20A%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%ABlica%20franquear%C3%A1,p%C3%ABlicos%20na%20forma%20desta%20Lei. Acesso em: 08 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf.

BRASIL. [Lei de Acesso à Informação] Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.527%2C%20DE%2018%20D

[E%20NOVEMBRO%20DE%202011.&text=Regula%20o%20acesso%20a%20informa%C3%A7%C3%B5es%20previsto%20no%20inciso%20XXXIII%20do%20art.&text=216%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal%3B%20altera,1991%3B%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.](#) Acesso em: 18 jun. 2020.

BRENNEKE, A. Archivkunde: Bearb. nach Vorlesungsnachschriften und Nachlaßpapieren und erg. von Wolfgang Lersch. Leipzig: Koehler & Amelang, 1953.

BROOKS, P. C. What records shall we preserve? Washington: National Archives and Records Service, 1975.

BROUGHTON, V. Essential thesaurus construction. London: Facet Publishing, 2006.

CABRÉ, M. T. La terminologia: la teoria, les mètodes, les aplicacions. Barcelona: Les Naus d'Empúries, 1992.

CABRÉ, M.T. Terminologie et dictionnaires. Meta, Montreal, n. 4, v. 39, 1994, p. 590-597.

CABRÉ, M.T. **La terminologia**: representació, y comunicació: elementos para uma teoria de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1999.

Cabré M.T. "Elements for a theory of terminology: Towards an alternative paradigm", in Terminology 6/1, p.35-57. 2000

CABRÉ, M. T. Una nueva teoría de la terminología: de la denominación a la comunicación. Conferência apresentada no VI Simpósio Ibero-americano de Terminologia, Havana, novembro de 1998. In: CABRÉ, M. T. La terminología: representación y comunicación, elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos, Barcelona, España: Universitat Pompeu Fabra, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 2000.

CAMPOS, M. L. A. Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EDUFF, 2001.

CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Metodologia de elaboração de tesauro conceitual: a categorização como princípio norteador. Perspectivas em Ciência da Informação, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 348-359, set./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362006000300005. Acesso em: 24 jun. 2020.

CARLAN, E.; BRÄSCHER, M. Sistemas de organização do conhecimento na visão da Ciência da Informação. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 4, n. 2, p. 53-73, ago./dez. 2011. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/RICI/article/view/6209>. Acesso em: 2 abr. 2019.

CARVALHO, S. A.; LIMA, G. A. B. O. Terminologia e documentação: estudo terminográfico da performance musical. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XIV ENANCIB), 14., 2014, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: ECI/UFMG, Belo Horizonte, 2014.

CASANOVA, E. Archivística. Siena: Stab Arti Grafiche Lazzeri, 1928.

CERVANTES, B. M. N. A construção de tesouros com a integração de procedimentos terminográficos. 2009. 198f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103382>. Acesso em: 08 fev. 2021.

CINTRA, A. M. et al. Para entender as linguagens documentárias. São Paulo: Polis APB, 1994.

Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Câmara técnica de documentos eletrônicos. Oficina e-Arq Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Rio de Janeiro, 2011.

COOK, T. Fashionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and practices of archives. *Archivaria*, v. 51, p. 14-35, 2001.

COOK, T. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. *Informação arquivística*, v. 1, n. 1, jul./dez., p. 123-148, 2012. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9>. Acesso em 03 jul. 2020.

COOK, T. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, v. 1, n. 1, p. 3-24, 2001.

COSTA, A. de O; RONCAGLIO, C. O diálogo entre as vertentes clássica, moderna e contemporânea da Arquivologia. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 355-386, 2020. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245262.355-386>. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/90306>. Acesso em: 09 fev. 2021.

COSTA FILHO, C. M. A. Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante ao pós-custodialismo: o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação. 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20998>. Acesso em: 09 fev. 2021.

COSTA FILHO, C. M. A. O sistema de séries como base intelectual da descrição arquivística contemporânea. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 8., 2018, João Pessoa. Anais eletrônicos [...]. Revista Analisando em Ciência da Informação: RACIn, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 37-51, out. 2018. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_TA_GT01_0037-0051.pdf. Acesso em: 09 fev. 2021.

COSTA FILHO, C. M.A; SOUSA, R. T. B de. Compreendendo o records continuum: contextualização, objetivos e reflexões. *Informação Arquivística*, v. 6, n. 2, 2018. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/208>. Acesso em: 09 fev. 2021.

CUNHA, M. B da; CAVALCANTI, C. R de O. Dicionário de biblioteconomia e arquivologia. Briquet de Lemos, 2008.

CUNNINGHAM, A. O Poder da Proveniência na Descrição Arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR(CPF). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n.

1-2, p. 77-92, jan./dez., 2007. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/54594>. Acesso: 3 abr. 2020.

CUMMING, K. Ways of seeing: Contextualising the continuum. *Records Management Journal*, v.10, n.1, p.41-52. 2010. Disponível em: <https://www.emerald.com/html>. Acesso em: 15 jul. 2019.

DAHLBERG, I. Teoria da classificação, ontem e hoje. In: Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica. 1976. p. 12-17.

DAHLBERG, I. Fundamentos teórico-conceituais da classificação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*. v. 6, n. 1, p. 9-21, 1978. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/29057>. Acesso em: 27 ago. 2019.

DAHLBERG, I. Conceptual definitions for INTERCONCEPT. *International Classification*, v. 8, n. 1, p. 16-22, 1981. Disponível em: https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/ic_8_1981_1_d.pdf. Acesso em 01 jul. 2020.

DAHLBERG, I. Knowledge Organization: A New Science? *Knowledge Organization*, v. 33, n. 1, 2006. Disponível em: <http://storage.hinterland.nu/webdav/Documents/Organization/ko3320061.pdf#page=12>. Acesso em 20 jun. 2020.

DALE, P; AUSTIN, D. Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngües. 1993.

DAVANZO, L. Vocabulário controlado para arquivos: análise de viabilidade e propostas. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138956>. Acesso em: 09 fev. 2021.

DURANTI, L. Registro documentais contemporâneos como prova de ação. *Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976>. Acesso em 27 jun. 2020.

DURANTI, L. Reliability and authenticity: the concepts and their implications. *Archivaria*, v. 39, 1995.

DURANTI, L. *Ciencia Archivistica*. Trad. Manuel Vázquez. Córdoba, 1995a.

DURANTI, L. From digital diplomatics to digital records forensics. *Archivaria*, n. 68, p. 39–66, 2009. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13229/14548>. Acesso em: 01 jul. 2020.

DURANTI, L.; MACNEIL, H. The protection of the integrity of electronic records: an overview of the UBC-MAS research project. *Archivaria*, n. 42, p. 46-67, 1996. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12153/13158>. Acesso em: 02 jul. 2020.

DZINCHARADZE, A. Le rôle de la terminologie lors de la création de bases de connaissances et de systèmes d'intelligence artificielle. In: TERMNET SYMPOSIUM "TERMINOLOGY IN

ADVANCED MICROCOMPUTER APPLICATIONS” (TAMA’92). Avignon, 1992. Proceedings [...] Avignon: Wien, p. 125-141, 1993.

EASTWOOD, T. M. Reflections on the development of archives in Canada and Australia. In: MCKEMMISH, S.; UPWARD, F. (Org.). Archival documents: providing accountability through recordkeeping. Melbourne: Ancora Press, p. 27-39, 1993.

FLYNN, S. J. A. The Records continuum model in context and its implications for archival practice. Journal of the Society of Archivists, [S. l.], v. 22, n.1, p. 79-93, 2001.

FONSECA, M. O. Arquivologia e Ciência da Informação. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

FRANCELIN, M. M. Ordem dos conceitos na organização da informação e do conhecimento. 2010. 220f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-29102010-125600/publico/5504324.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.

FREITAS, L. M.; ALBUQUERQUE, A, C. Concepções acerca da classificação arquivística a luz da teoria do conceito. In: SEMINÁRIO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (VII SECIN), 7., Londrina, 2017. Anais [...]. Londrina: UEL, p. 817-832, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/view/456/314>. Acesso em: 23 jun. 2020.

FROHMANN, B. P. An investigation of the semantic bases of some theoretical principles of classification proposed by Austin and the CRG. Cataloging & Classification Quarterly, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 11-27, 1983.

FUJITA, M. S. L. et al. Avaliação das características do Tema Três e Multites para o controle de autoridades nas bibliotecas universitárias. Scire, Zaragoza, v. 23, n. 2, p. 63-73, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/180787>. Acesso em: 23 jun. 2020.

GOMES, H. E. Manual de elaboração de tesouros monolíngues. Brasília: Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia, Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior, 1990.

GONÇALVES, J. Como classificar e ordenar documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

GUIMARÃES, J. A. C; SALES, R de. Análise documental: concepções do universo acadêmico brasileiro em Ciência da Informação. DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 1-17, 2010.

HARPRING, P. Introdução aos vocabulários controlados: terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais [Em linha]. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo; Pinacoteca de São Paulo; ACAM Portinari, 2016. Disponível em www.issuu.com/sisem-sp/docs/vocabul__rios_controlados_-_digital >. Acesso: 10 mai.2020.

HIPPERD, M. A. S.; NAVEIRO, R. M. Organização e representação do conhecimento: um estudo aplicado aos documentos de gestão da qualidade. Ambiente em construção, v. 10, n.1,

p. 89-101, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-86212010000100005>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-86212010000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 25 jun. 2020.

HJØRLAND, B. Nine principles of Knowledge Organization. *Advances in Knowledge Organization*, [S. l.], v. 4, p. 91-100, 1994. Disponível em: <https://repository.arizona.edu/handle/10150/106195>. Acesso em 29 jun. 2020.

HJØRLAND, B. Semantics and knowledge organization. *Annual Review of Information Science and Technology*, [S. l.], v. 41, p. 367-405, 2007. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/aris.2007.1440410115>. Acesso em 29 jun. 2020.

HJØRLAND, B. What is knowledge organization (KO)?. *Knowledge Organization*, [S. l.], v. 35, n. 2-3, p. 86-101, 2008.

HJØRLAND, B. Knowledge Organization (KO). In: HJØRLAND, B.; GNOLI, C. (Org.) *Encyclopedia of Knowledge Organization*, [S. l.], v. 43, n. 6, p. 475-84. 2016. Disponível em: http://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization. Acesso em 24 jun. 2020.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 25964-1: information and documentation - Thesauri and interoperability with other vocabularies - part 1: Thesauri for information retrieval. Genebra, 2011.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 25964-2: information and documentation - Thesauri and interoperability with other vocabularies - part 2: Interoperability with other vocabularies. Genebra, 2013.

JENKINSON, H. *A manual of Archive Administration*. Oxford: The Clarendon Press, 1922. Disponível em: <http://www.worldcat.org/title/manual-of-archive-administration-including-the-problems-of-war-archives>. Acesso: 23 jan. 2020.

JESUS, J.B.M de. Tesauro: um instrumento de representação do conhecimento em sistemas de recuperação da informação. 2002. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/481/1/Jesus%2C%20Jerocir-Tesaurus-Evento-2002.pdf>. Acesso: 10.out.2020.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. *Introdução à Terminologia: teoria & prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

KUROKI, I. F. M.; MARQUES, A. O princípio da proveniência à luz da filosofia e sociologia da ciência: contribuições para a configuração da arquivologia. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, v. 10, n. 2, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/26838>. Acesso em: 10 jan. 2020.

LARA, M. L. G. Uma teoria terminológica para um conceito contemporâneo de informação documentária. In: *ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (VI ENANCIB)*, 6., 2005, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/2>. Acesso em: 09 jul. 2019.

LIMA, G. A.; MACULAN, B. C. M. S. Estudo comparativo das estruturas semânticas em diferentes sistemas de organização do conhecimento. *Ciência da Informação*, v. 46, n. 1, p. 60-72, 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4014>. Acesso 30 jun. 2020.

LLANSÓ-SANJUAN, J. La Norma ISO 15489-1 y 2. Análisis y contenido / Aplicación de la norma. *Arch-e: Revista Andaluza de Archivos*, [S. l.], v. 11, n. 1, 2009. Disponível em: http://www.juntadeandalucia.es/cultura/archivos_html/sites/default/contenidos/general/revista/numeros/Numero_1/galeria/01-04_Joaquim_Llansx_Sanjuan_II.pdf. Acesso em: 08 mar. 2020.

LOPEZ, A.P.A. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Projeto como fazer).

LUNARDELLI, R. S. A.; CALDERON, W. R. Fundo arquivístico: múltiplas leituras a respeito do termo. In: BARTALO, L.; MORENO, N. A. (Org.). *Gestão em Arquivologia: abordagens múltiplas*. Londrina: EDUEL, p.55-69, 2008.

MARQUES, A. A. C. Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

MAUREL, D; CHAMPAGNE, M. La description et l'indexation. In: _____. *Les fonctions de l'archivistique contemporaine*. Sainte-Foy (Québec), Presses de l'Université du Québec, 1999, p. 255–371. [26].

MCKEMMISH, S. et al. (orgs.). *Archives: recordkeeping in society*. Wagga: Centre for Information Studies, 2005.

MEDEIROS, M. B. B. Terminologia Brasileira em Ciência da Informação: uma análise. *Ciência da Informação*, Brasília DF, v. 15, n. 2, p.135-142, jul./dez., 1986.

MELO, M. A. F.; BRÄSCHER, M. Termo, conceito e relações conceituais: um estudo das propostas de Dahlberg e Hjørland. *Ciência da Informação*, v. 43, n. 1, 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1419>. Acesso em: 29 set. 2019.

MELO, M. A. F.; BRÄSCHER, M. Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade Assunto (FRSAD): entidades, atributos e relacionamentos. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 102–119, 2014. DOI: 10.20396/rdbci.v12i2.1605. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1605>. Acesso em: 29 set. 2020.

MENDES, P. M.; TEIXEIRA, A. P.; A.; FERREIRA, D. M. O uso da teoria do conceito para categorização documental e representação da memória na microbiologia como área do saber da UFRJ. Atena Editora: Ponta Grossa, 2019.

MENNE-HARITZ, A. Access the reformulation of an archival paradigm. *Archival sciencia*, Netherlands, v. 1 n 1, p. 57-82, 2001. Disponível em: <http://staff-www.uni-marburg.de/~mennehar/publikationen/aces.pdf>. Acesso: 01 dez.2020.

MIRANDA, M. E. Historiadores, arquivistas e arquivos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307020581_ARQUIVO_MarciaEckertMirandaAnpuh2011.pdf. Acesso em: 15 abr. 2013.

MOREIRA, W; LARA, M. L. G. de. Ontologias, categorias e interoperabilidade semântica. DataGramaZero: revista de informação, Brasília, v. 13, n. 4, ago 2012. Disponível em: http://profwalter.com.br/meusArtigos/%5B2012,DataGramaZero%5DMoreira,W_OntologiasCategoriasEInteroperabilidadeSemantica.pdf. Acesso em: 30 jul. 2020.

MOREIRA, W; DAVANZO, L; MORAES, I. S. Abordagem sobre vocabulários controlados para arquivos: conceitos, aplicações e metodologias. In: XII CONGRESO ISKO ESPAÑA Y II CONGRESO ISKO ESPAPA-PORTUGAL, 12., 2015. Anales [...]. Murcia: Universidad de Murcia, 2015. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/47_Moreira.pdf. Acesso em: 09 fev. 2021.

MOREIRA, W; FUJITA, M. S. L; SANTOS, L. B. P dos. Vocabulário controlado para arquivos universitários: a experiência do VTArq-UNESP. // Scire. 22:2 (jul.-dic. 2016) 107-112. ISSN 1135-3716.

MULLER, S.; FEUTH, T.; FRUIN, J. Manual de arranjo e descrição de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, p.167, 1973. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf. Acesso 03 jul. 2020.

NASCIMENTO, N. M.; MORO-CABERO, M. M.; VALENTIN, M. L. P. Perspectiva Brasileira do modelo Records Continuum. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XVIII ENANCIB), 18., 2017, Marília. Anais [...]. Marília: Unesp, 2017. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/74/766. Acesso em: 25 jun. 2020.

NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. Developing a functions thesaurus: guidelines for commonwealth agencies. Canberra: NAA, 2003.

PINHO, E. M. O plano de classificação de documentos do conselho nacional de arquivos: uma análise crítica. Informação & Informação, v. 16, n. 1, p. 1-20, 2011. DOI: [10.5433/1981-8920.2011v16n1p1](https://doi.org/10.5433/1981-8920.2011v16n1p1) Acesso em: 06. Jan. 2020.

POSNER, E. Archives in the Ancient World. Cambridge: Harvard University Press, 1972.

RABELLO, R; GUIMARÃES, J. A. C. A relação conceitual entre conhecimento e documento no contexto da organização do conhecimento: elementos para uma reflexão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. Anais... Marília: UNESP, 2006.

REIS, L. O arquivo e arquivísticas evolução histórica. Biblos, v. 7, n. 24, abr./jun., 2006. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1836/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Daniela_Porto.pdf. Acesso em 02 jul. 2020.

RIBEIRO, F. Da Arquivística técnica à Arquivística Científica: a mudança de paradigma. Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio, Porto, v. 1, n. 1, p. 97-110, 2002. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/8459>. Acesso em: 25 abr. 2020.

ROCHA, J. R.; DOMINGUES, G.; CERVANTES, B. N. Estudo de metodologias para a construção de vocabulários controlados no âmbito da Ciência da Informação. In: SEMINÁRIO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (V SECIN), 5., Londrina-PR, 2013. Anais [...]. Londrina: UEL, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2013/secin2013/paper/viewFile/150/91>. Acesso: 31. out.2019.

RODRIGUES, A. M. L. Uma análise da teoria dos arquivos. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

RODRIGUES VIANA, G. F; MADIO, T. C de C. Modelo Records Continuum aplicado a uma instituição pública universitária. Ibersid, Zaragoza, v. 10, n. 1, 2016.

RONDEAU, F. Problèmes et Méthodes de la Néologie (néonymie). In: THEORETICAL AND METHODOLOGICAL PROBLEMS OF TERMINOLOGY, Moscou, 1981, p.160-176. Proceedings [...]. Moscou, Muenchen Saur, Moscou, 1981.

RONDINELLI, R. C. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, 160 p.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa, Portugal: Nova Enciclopédia, 1998.

SALES, R. Teoria comunicativa da terminologia (TCT) como aporte teórico para a representação do conhecimento especializado. In: ENCONTRO NACIONAL 2007 DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (VII ENANCIB), 7., 2007, Salvador. Anais [...]. Salvador, Bahia, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/144>. Acesso em: jan. 2020.

SANTOS, B.H.M; FLORES, D. O documento arquivístico digital enquanto fonte de pesquisa. Perspectivas em Ciência da Informação, v.21, n.4, p.121-137, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v21n4/1413-9936-pci-21-04-00121.pdf>. Acesso: 15.set.2020.

SANTOS, H. M. D.; FLORES, D. Estratégias de preservação digital para documentos arquivísticos: uma breve reflexão. Cadernos BAD (Portugal), n. 1, p. 87-101, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/82290>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 48.897 de 27 de agosto de 2004. Dispõe sobre os Arquivos Públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, define normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo. São Paulo, SP: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48897-27.08.2004.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20os%20Arquivos%20P%C3%BAblico>

[s,elimina%C3%A7%C3%A3o%20de%20documentos%20de%20arquivo](#). Acesso em: 08 fev. 2021.

SCHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. Tradução: Nilza Teixeira Soares, 6. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHMIDT, C. M. S. Arquivologia e a Construção do seu Objeto Científico: concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCOTT, P. J. The record group concept: a case for abandonment. *The American Archivist*. vol 29, nº 4, 1966, pp. 492-504.

SEMIDÃO, R. A. M. Abordagens teóricas de organização do conhecimento: uma análise a partir do CSKOL da ISKO. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

SILVA, J. T.; SANTOS, J. A. A Arquivística brasileira e o modelo australiano do records continuum. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, v. 14, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/46118>. Acesso: 03 fev. 2020.

SILVA, L. E. F.; SILVA, A. M. S. A influência da teoria pós-custodial de Terry Cook como prenuncio da socialização da arquivística, do arquivista e dos arquivos. *Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn*, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 99-114, jul./dez. 2016. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_n2/racin_v4_n2_artigo06.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

SILVA, A.B.M da et.al. Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999.v.1.

SMIT, J. W; KOBASHI, N. Y. Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos. São Paulo: Arquivo do Estado, 2003.

SOUZA, F. C. Organização do conhecimento na sociedade. Florianópolis: Centro de Ciências da Educação, 1998.

SOUSA, R. T. B. Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo. *Brazilian Journal of Information Science*, v. 8 No 1/2, n. 1/2, 2014. DOI: [10.5016/brajis.v8i1/2.4246](https://doi.org/10.5016/brajis.v8i1/2.4246) Acesso em: 19 mar. 2020.

SOUSA, R. T. B. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. *Arquivística.net*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 120-142, 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/948/2/ARTIGO_ClassificacaoDocumentoArquivistico.pdf. Acesso em 01 jul 2020.

SOUSA, R.T. B de; ARAÚJO JÚNIOR, R. H de. A classificação e a taxonomia como instrumentos efetivos para a recuperação da informação arquivística. *Ciência da informação*,

Brasília, v. 42, n. 1, 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1400>. Acesso em: 09 fev. 2021.

SOUSA, R. T. B. de; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. de. Considerações sobre a classificação e descrição de documentos de arquivo no contexto do ambiente tecnológico e social. *Ciência Da Informação*, 48(2). 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4694>

SOUSA, R. T. B; ALVES, T.H. O controle de documentos arquivísticos em trâmite: entrada, registro, movimentação e saída. *Ágora*, v. 27, n. 54, p. 47-81, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/12542>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

STEFAN, L. The three records management models. 2010. Slides. Disponível em: http://pt.slideshare.net/Stelucia/records-management_models-4849738. Acesso em: 4 abr. 2020.

TÁLAMO, M. de F. G. M. Terminologia e documentação. *TradTerm: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia*, São Paulo, n.7, p.141-152, 2001.

TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. G. de. O campo da linguística documentária. *Transinformação*, Campinas, v. 18, n. 3, p. 203-211, set./dez., 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010337862006000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 Jul. 2020.

THOMASSEN, T. The Development of Archival Science and its European Dimension. In: *Swedish National Archives, Estocolmo, 1999. Proceedings [...]. Estocolmo, 1999*. Disponível em: <https://www.archiefschool.nl/docs/thomdeve.pdf>. Acesso: 15 mar. 2020.

THOMASSEN, T. Uma primeira introdução à arquivologia. *Revista Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56814>. Acesso em: 20 jun. 2020.

TOGNOLI, N. B. A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

TRISTÃO, A. M. D.; FACHIN, G. R. B; ALARCON, O. E. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 2, p.161-171, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652004000200017>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652004000200017&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 25 jun. 2020.

UPWARD, F. Structuring the records continuum – part one: post-custodial principles and properties. *Archives and Manuscripts*, v. 24, n. 2, p. 268-285, 1996.

VAN DER LAAN, R. H; FERREIRA, G.I.S. Tesouros e terminologia. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10208/000294943.pdf>. 2000. Acesso: 20. Junh.2019.

VAN DER LAAN, R.H. Terminologia: uma inter-relação. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Faculdade de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre, 2002.

VICKERY, B. C. Thesaurus: a new word in documentation. *Journal of Documentation*, v. 16, n. 4, dec. 1960.

VOGEL, M. J. M.; KOBASHI, N. Y. Tesauro funcional para organização de arquivos administrativos. *Páginas A&B*, v.3, n. 12, p. 48-62, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21747/21836671/pag12a4>. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/6370>. Acesso: 10 jun. 2020.

WUSTER, E. Introducción a la teoria de la terminologia y a la lexocografia terminológica. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra. 1998.